

Newton Bignotto

Republicanism e Realismo

Um perfil de Francesco Guicciardini

Editora da UFMG

AGRADECIMENTOS

Esse trabalho não teria sido possível sem a *Bolsa de produtividade em pesquisa* concedida pelo CNPq. A esse órgão vão meus sinceros agradecimentos. Agradeço também o suporte contínuo e o incentivo generoso de Heloísa Starling, que contribuíram de forma decisiva para que esse livro chegasse a ser publicado. Agradeço aos amigos do *Grupo de Estudos do Renascimento* Telma Birchal, Sérgio Cardoso, Carlos Antônio Leite Brandão, Alberto Barros, Floriano Jonas que tiveram a generosidade de discutir partes do trabalho e de fazer sugestões em diversas ocasiões. Expresso também minha dívida com Marcelo Jasmin com quem tive a oportunidade de discutir o projeto do livro em mais de uma ocasião e que me incentivou a prosseguir. A Ivan Domingues que tem sido ao longo do tempo um interlocutor atento e generoso minha gratidão. A Janete e Francisco, de quem roubei por vezes mais tempo de convívio do que deveria para levar a cabo essa tarefa, meu afeto e reconhecimento.

INTRODUÇÃO

Estranho destino o de Francesco Guicciardini. Tendo vivido cercado de glórias acabou sua vida amargurado e derrotado. Suas reflexões seriam esquecidas por muitos séculos, ficando dele apenas a memória do historiador, que em seus últimos anos se dedicou a narrar a tragédia italiana do começo do século XVI. Nascido em 1483¹ no seio de uma das famílias mais importantes de Florença, ele fez de sua confessada ambição e do orgulho de pertencer à aristocracia a mola de uma ação contínua na cena política italiana. A lucidez com que foi capaz de ver o término do sonho de muitos republicanos de sua geração não foi capaz de salvá-lo do desastre que se abateu sobre a vida política florentina depois de 1530. Acostumados a viver livres e a discutir seus problemas abertamente durante duzentos anos, mesmo nos períodos de predomínio da família dos Médici, os florentinos tiveram de se acostumar com o fato de que sua cidade não era mais uma potência livre e influente, mas sim um principado governado por uma família, ela mesma dependente de forças externas, que não controlava e das quais não participava de forma decisiva. Guicciardini, que colocou sua vida a serviço do projeto de construção de uma república aristocrática, seria ele mesmo tragado pelo movimento que encerrou de maneira definitiva a história republicana de Florença. Convencido de que não havia mais saída para sua cidade depois da derrota da república popular para as forças estrangeiras, seria progressivamente deixado de lado pelos novos governantes no curso de consolidação do principado, apesar de seu senso de oportunidade e de seu desejo de participar, mesmo ao preço de algumas de suas convicções.

O ano de 1494 é um marco importante no período recoberto por esse livro, assim como na obra de nosso autor. Com a expulsão dos Médici de Florença e a ascensão de um governo com claras preocupações republicanas, iniciou-se uma série de debates dentro dos quais se insere uma boa parte dos principais textos políticos do começo do século XVI na Itália. Alguns, como o *Príncipe* de Maquiavel, são bastante conhecidos, mas o que nos interessa ressaltar é o fato de que a tradição construída pelos chamados humanistas cívicos² encontraria no final do *quattrocento* seus limites e passaria por

¹ O melhor guia para um estudo da vida de nosso autor segue sendo a biografia: R. RIDOLFI. *Vita di Francesco Guicciardini*. Milano: Rusconi, 1982.

² Sobre esse ponto ver nosso N. BIGNOTTO. *Origens do Republicanismo Moderno*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2001.

transformações que mais uma vez fariam do pensamento republicano uma referência obrigatória nos debates políticos.

Desses debates participaram tanto os defensores de uma república popular, que iriam manter suas posições até 1530, quando a república foi definitivamente extinta em Florença, como foi o caso de Donato Gianotti³, quanto escritores que, como Maquiavel, vinculavam seu republicanismo a uma leitura renovada da tradição política da Antigüidade. No pólo oposto, homens como Goro Gheri, Alamanni e outros empregaram toda sua energia para defender os princípios de um governo principesco nas principais cidades italianas, usando de recursos teóricos retirados de Aristóteles e de outros autores clássicos, para propor teses opostas às de seus adversários políticos⁴.

Nesse quadro, Francesco Guicciardini se insere como um republicano moderado, com fortes vínculos pessoais com a aristocracia de sua cidade. Sua obra só pode ser corretamente compreendida dentro do momento em que foi elaborada e, em particular, em sua referência aos debates sobre a natureza da república, que dominaram a cena intelectual florentina e italiana no começo do século XVI. Para nossos propósitos, os escritos clássicos de Albertini e o trabalho de Giovanni Silvano⁵ sobre a cena intelectual da época serão guias preciosos, não só por apresentarem uma leitura de Guicciardini, mas, sobretudo, por situá-lo em seu tempo.

Essas considerações iniciais são, no entanto, por demais genéricas para oferecer uma justificativa para a escolha de nosso tema principal: o realismo político e o republicanismo de Guicciardini. Elas são fundamentais apenas por tornar explícito um pressuposto de ordem geral, que será mais tarde explorado. De qualquer forma, é importante, antes de passarmos a nosso objeto mais específico de estudo, esclarecer os elementos do "contexto" que irão nos servir diretamente em nossa pesquisa e de que forma serão apropriados.

Ora, a referência ao contexto da obra de um autor exige um certo grau de detalhamento dos elementos que serão considerados, se não quisermos nos contentar com a constatação óbvia de que toda obra depende em alguma medida de determinações de seu próprio tempo. No caso dos debates republicanos do período que nos interessa, é preciso reconhecer que pelo menos dois aspectos repercutem nos escritos políticos de

³ Ver a esse respeito. G. CADONI. *L'utopia repubblicana di Donato Gianotti*. Roma: Varese, 1978.

⁴ A melhor referência a Goro Gheri permanece sendo o livro clássico de ALBERTINI. *Firenze dalla Repubblica al Principato*. Torino: Einaudi, 1970.

⁵ G. SILVANO. *Vivere Civile e Governo Misto a Firenze nelPrimo Cinquecento*. Bologna: Patron Editore, 1985.

Guicciardini. Em primeiro lugar, as disputas entre os diversos grupos rivais da política italiana, que se digladiavam pela posse do poder nos principais centros políticos. Embora seja inegável que Guicciardini fizesse parte de uma orgulhosa aristocracia florentina e de que muitas de suas ações tenham sido levadas a cabo para defender seus interesses mais imediatos, não acreditamos que sua inclusão no campo da aristocracia seja uma chave convincente para a compreensão de sua obra política, como parecem crer vários intérpretes⁶. Se obviamente não poderemos deixar de lado o fato de que ele se manteve fiel à suas origens ao longo de toda sua vida, usar esse fato como ponto central de análise de sua obra serve apenas para abdicar de uma leitura do significado da trama conceitual, que vai sendo construída em seus escritos.

O segundo aspecto, que deve ser levado em conta, é o fato de que a herança humanista foi recebida pela geração de Maquiavel e Guicciardini e posta a serviço de uma discussão complexa e cheia de nuances. Vários problemas teóricos como o da identidade das cidades, a questão do melhor regime, o da organização institucional, o dos valores republicanos, foram mobilizados num período em que às crises sucessivas se sucederam momentos de grandes esperanças. Felix Gilbert já mostrou que o pensamento político da época foi tecido a partir tanto do debate entre pensadores quanto no calor dos conflitos, que dilaceraram a cena italiana no período⁷. Seja como for, qualquer estudo da época deve levar em conta a observação de Silvano:

"A história do republicanismo do Renascimento florentino desafia qualquer esquematização. Para mencionar somente dois dos mais importantes protagonistas dessa história, Maquiavel e Guicciardini freqüentemente mobilizam idéias conflitantes o que só pode ser compreendido se levado em conta o contexto histórico dentro do qual se inserem"⁸.

Alguns temas como o da fortuna e da prudência serão centrais em nossa estratégia investigativa uma vez que permitem afrontar corretamente a questão da natureza do realismo político de Guicciardini. A explicitação de nossa hipótese de trabalho, entretanto, demanda antes uma investigação sobre a recepção das obras de nosso autor nos séculos seguintes à sua morte e do "estado da questão" na atualidade.

⁶ G. SILVANO. "Florentine republicanism in the early sixteenth century" in G. BOCK. *Machiavelli and Republicanism*. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.

⁷ F. GILBERT. *Machiavelli e Guicciardini. Pensiero politico e storiografia a Firenze nel cinquecento*. Torino: Einaudi, 1970. p 20-69.

⁸ G. SILVANO. *Vivere Civile e Governo Misto a Firenze nelPrimo Cinquecento*. p. 68.

Ora, o primeiro fator a ser considerado, e que em larga medida determinou por muitos séculos a recepção da obra do diplomata florentino, foi o fato de que ele não escrevia para ser divulgado e não publicou nada em vida. Isso fez com que após sua morte apenas sua monumental *Storia d'Italia* tenha vindo a público sob forma integral e tenha servido para consolidar sua fama de maior historiador de seu tempo na Itália. É assim que a ele se refere Bodin⁹ em uma de suas obras, ou ainda Montaigne nos *Ensaíes*¹⁰. É ainda como um historiador diligente que ele é citado por Leopardi no século XIX¹¹.

Essa percepção começou a mudar com a publicação de seus escritos políticos e autobiográficos entre 1857 e 1867 por Canestrini. Embora os *Ricordi* já fossem conhecidos parcialmente desde o século XVI, foi na segunda metade do século XIX que eles chamaram a atenção dos historiadores da filosofia e que seu autor foi guindado à condição de filósofo. O pioneiro nesse movimento e que iria marcar a recepção por mais de cem anos foi De Sanctis. Em seu hoje célebre *L'uomo del Guicciardini*¹², o intérprete busca compreender a natureza da obra do grande historiador florentino à luz das "revelações" contidas nos escritos recém publicados. Assim, ao contrário de todos que viam nele apenas um historiador de seu próprio tempo, De Sanctis procurou demonstrar que havia nos *Ricordi* uma verdadeira antropologia filosófica centrada na análise dos acontecimentos particulares e na idéia de fortuna. Para sustentar tal interpretação, ele lançou mão de uma caracterização do que seria o homem segundo Guicciardini:

“O homem para Guicciardini, que ele acreditava que deveria ser o homem sábio como o chama, é um tipo possível somente em uma civilização muito avançada e assinala aquele momento no qual o espírito já maduro tendo progredido abandona a imaginação o afeto é a fé e adquire o absoluto domínio de si”¹³.

Essa interpretação, que separa o Guicciardini filósofo do escritor político, e que faz dele quase um individualista utilitarista *avant la lettre*, teve enorme sucesso e repercutiu nas leituras sucessivas que seriam feitas pelo menos até a metade do século XX, como testemunham as obras de Chabod, Capponi, Palmarocchi, Spirito e de tantos outros.

⁹ J. BODIN. *Methodus ad facilem historiarum cognitionem libri VI*. Trapani, 1968. P. 65-68.

¹⁰ MONTAIGNE. *Essais in Oeuvres complètes*. Seuil, 1967. Livro II, cap 10, p. 175.

¹¹ G. LEOPARDI. *Opere*. Firenze, 1865, vol II, p. 144.

¹² F. DE SANCTIS. *L'uomo Guicciardini*. In: *Saggi critici*. Bari: Laterza. 1957. P. 1-23.

¹³ Idem, p. 17.

Na metade do século passado o livro de De Caprariis¹⁴ - *F. Guicciardini. Dalla Politica alla Storia* - daria origem aos estudos da obra propriamente política de nosso autor criando o campo conceitual dentro do qual nos inserimos. Dentre os temas, que se destacariam nos diversos estudos críticos, podemos lembrar alguns que nos ajudam a compreender a natureza de nosso livro.

Em primeiro lugar, os intérpretes têm insistido no papel que a idéia de *discrezione* ocupa nas análises de Guicciardini. Consciente da grande variabilidade das coisas do mundo, o pensador teria optado por uma forma de relativismo, que considera apenas os eventos particulares objetos passíveis de serem estudados, e, ainda assim, sem que as conclusões a respeito de sua existência possam aspirar a um grau qualquer de universalidade. A precisão na observação é a única arma que resta aos que se dispõem a pesquisar o sentido dos diversos fatos observáveis ao longo da vida. Dessa percepção geral do mundo, ele teria evoluído para uma super valorização do dado particular¹⁵ e para o abandono de toda vontade de construir uma teoria sobre as coisas humanas que tivesse valor de verdade.

Nesse quadro é que viria a se inserir a idéia de fortuna. Embora ele só viesse a tratar explicitamente dela em obra de sua fase madura, em particular nos *Ricordi*, ela seria a consumação de uma reflexão, que não teria apontado uma saída para os impasses que identificou no estudo de seu tempo e dos homens de sua época. No tocante à teoria política propriamente dita, o resultado seria uma espécie de "realismo", cujas principais conseqüências seriam uma forma de amoralismo combinada com uma visão utilitária da relação do homem com a cidade, que já vinha sendo denunciada por leitores desde o século XIX, que viam no historiador um caso de escritor desprovido de senso moral. .

Ora, a aceitação de alguns dos pressupostos acima mencionados tem conduzido a impasses dos quais a crítica atual está longe de ter se livrado. Podemos dizer que o principal problema enfrentado pelos intérpretes é de conciliar as referências diretas a sistemas de governo e a instituições com um suposto "realismo", que, na forma manifesta dos seus escritos de maturidade de Guicciardini, aconselharia a recusa de toda teorização efetiva do político. De maneira diferente, as leituras mais recentes e influentes de sua obra lidam com esse problema.

¹⁴ V. DE CAPRARIIS. *F. Guicciardini: dalla politica alla storia*. Napoli: Il Mulino, 1953.

¹⁵ "E in questa ricerca intorno all'uomo e alla storia vi è un altro elemento di sicura straordinarietà: la scoperta del "particolare" come condizione fondamentale del pensare e dell'agire dell'uomo nel mondo moderno che ribalta ogni convinzione, da quella di ispirazione classica a quelle teologica". A QUATELA. *Invito alla lettura di Guicciardini*. Milano: Mursia, 1991. p.23.

Moulakis em seu *Republican Realism in Renaissance Florence*¹⁶, publicado em 1998 procura demonstrar duas teses. Em primeiro lugar que Guicciardini ao expressar sua crença numa forma de governo republicana limitada e com menor participação popular estaria ao mesmo tempo conduzindo sua reflexão para o terreno do debate puramente constitucional, que o autor chama de "constitutionalism *avant le mot*"¹⁷, e para uma percepção realista da política na qual "bons governos serão julgados pela capacidade de produzir resultados desejados"¹⁸. A segunda tese é a de que essa maneira de proceder teria conduzido Guicciardini a produzir um novo começo para o pensamento político baseado no abandono dos parâmetros medievais e na construção de uma teoria pragmática da república¹⁹.

Quanto a Cadoni, desde seu *Crisi della Mediazione Politica*²⁰, até seu livro de 1999 - *Un Governo Immaginato. L'universo politico de Francesco Guicciardini*²¹, ele procura mostrar a dificuldade de se compreender o projeto político de nosso autor à luz do que ele acredita ser a contradição insolúvel entre o desejo de se construir uma república baseada na virtude de poucos, uma república aristocrática, e a necessidade de se encontrar homens efetivamente virtuosos e dispostos a agir segundo seus princípios no desenrolar das lutas políticas. Para demonstrar suas teses, Cadoni realiza análises detalhadas dos principais escritos políticos de Guicciardini, procurando, assim, mostrar as raízes dos impasses que identifica em seu pensamento.

A referência aos dois intérpretes serve para balizar o campo dentro do qual nos movemos. Nosso livro se insere no esforço feito pela crítica para compreender as principais articulações do pensamento político da Guicciardini à luz de seus escritos mais diretamente voltados para questões ligadas à vida na cidade, mas ele se justifica pelo fato de acreditarmos que o estudo das principais questões postas pelo debate em torno da natureza de seu republicanismo se beneficia com a análise da articulação entre suas proposições diretamente políticas, contidas em escritos como o *Discorso di Logrogno* e o *Dialogo del Reggimento di Firenze*, e aquelas explicitadas em escritos mais amplamente filosóficos como os *Ricordi* ou ainda suas *Considerazioni intorno ai Discorsi del Machiavelli*. Essa tomada de posição nos distancia de boa parte da crítica

¹⁶ A. MOULAKIS. *Republican Realism in Renaissance Florence*. New York: Rowman & Littlefield, 1998.

¹⁷ Idem, p.22.

¹⁸ idem. p. 17.

¹⁹ Idem, p. 65.

²⁰ G. CADONI. *Crisi della Mediazione Politica*. Roma: Jouvence, 1994.

²¹ G. CADONI. *Un Governo Immaginato. L'universo politico de Francesco Guicciardini*. Roma: Jouvence 1999.

mais recente, que preferiu investigar os aspectos mencionados recorrendo apenas aos textos voltados para a questão republicana. Um segundo aspecto a ser levado em conta diz respeito ao fato de que partilhamos com Moulakis, e antes dele com Pocock²², a crença de que o estudo da obra de Guicciardini é um passo essencial para a compreensão do nascimento do pensamento político moderno, em particular em sua vertente republicana, que tem sido o eixo de nossas pesquisas nos últimos anos.

Nossa hipótese central é a de que só podemos abordar corretamente as questões postas por nosso autor no tocante à natureza do melhor regime e às dificuldades de se chegar a construí-lo se formos capazes de mostrar como ele concebe a ação humana e quais são seus limites.

Como indicamos anteriormente, uma parte dos intérpretes acredita compreender a questão da ação fazendo convergir um suposto relativismo geral em relação às coisas do homem, para uma posição realista em política, que seria compreendida como uma interdição de toda utopia e de toda generalização no campo do comportamento humano. Nessa vertente interpretativa, a ação é algo do domínio do particular, devendo toda afirmação sobre seus domínios ser balizada pela impossibilidade de se chegar a uma teoria mais geral sobre a organização da vida política. Uma teoria dos regimes seria limitada pela capacidade dos homens de compreender o sentido de sua própria atuação.

Nosso caminho argumentativo será outro. Nossa estratégia interpretativa está calcada na idéia de que as referências à prudência nos primeiros escritos, que orientam a tomada de posição de nosso autor no tocante às instituições republicanas, não é contraditada pelo papel que a fortuna irá ocupar em seu pensamento na face madura. Tentaremos demonstrar que o pessimismo dos *Ricordi*, longe de destruir as conclusões anteriores, apenas as aprofunda, fornecendo uma melhor compreensão do papel da fortuna na construção dos limites que a vontade encontra para sua manifestação no domínio da ação política. Não se trata de tentar simplesmente superar os impasses teóricos do pensamento de Guicciardini, mas de propor uma leitura que reflète de maneira mais coerente sua riqueza conceitual.

A delimitação de nosso problema exige, no entanto, que tornemos mais claros os termos de nossa questão. Desde muito cedo Guicciardini mobilizou em seu discurso dois elementos essenciais: a necessidade de se recorrer à experiência, para se compreender o domínio da ação, e a vontade de definir um conjunto de valores, que

²² J.G.A. POCKOCK. *The Machiavellian Moment*. Princeton. Princeton University Press, 1975.

pudesse ser compatível com os dados da observação direta do mundo. Assim, já em seu *Discorso di Logrogno*²³, obra na qual as preocupações com a natureza do melhor regime para Florença são dominantes, a referência à aristocracia, e à impossibilidade de se estabelecer um governo meramente baseado nas qualidades de uma classe, se deve menos à desconfiança em relação a seus pares e mais ao fato de que ele reconhece que uma estrutura institucional na qual o *popolo* está contemplado é mais apropriada para se erigir um regime verdadeiramente livre.

O conceito fundamental, alguns intérpretes poderão alegar, é aquele de liberdade e o sentido do texto se esclarece melhor diante do fato de que ele se inscreve no intenso debate sobre a natureza das instituições, que domina os letrados florentinos do começo do *cinquecento*²⁴. Mas, deixando de lado o fato que o texto nunca foi publicado, e que não parece ter sido destinado a isso, não podemos esquecer que o debate sobre a natureza do *vivere libero* trazia já incluído a discussão sobre os valores a ele associados. Assim, se observarmos a referência à liberdade no *Discorso*, veremos que ela comporta uma demanda que talvez não pudesse ser inteiramente satisfeita pelos termos dentro dos quais se monta um debate sobre o papel das instituições. Guicciardini define a liberdade em termos estritamente institucionais: “A liberdade não é outra coisa do que a prevalência das leis e da ordem pública sobre os apetites dos homens particulares”²⁵. A observação da natureza humana já tem, no entanto, um papel essencial na delimitação de sua preocupação com os limites da ação humana.

Em seu texto político mais estudado, o *Dialogo del Reggimento di Firenze*²⁶, escrito que descreve uma conversa supostamente mantida em 1494, logo após a queda dos Médici, em torno do papel a ser atribuído aos aristocratas, os *ottimati*, na transformação do regime, o problema dos valores explode de maneira muito mais explícita. O conceito de liberdade é estudado e a questão dos conselhos revisitada, mas a necessidade de se conciliar a discussão sobre a *virtù* com aquela sobre as instituições é aqui manifesta:

“Assim - declara Soderini no *Dialogo* – se o principal objeto daqueles que legitimamente governaram a cidade, se a principal tarefa dos filósofos e dos que escreveram sobre a vida política, foi a de construir a instituição que produza o engenho mais virtuoso e excelente e as obras mais generosas, como deve ser

²³ F. GUICCIARDINI. *Discorso de Logrogno. Opere*. Torino: UTET, 1970.

²⁴ A. MOULAKIS. *Republican Realism in Renaissance Florence*. P. 88.

²⁵ F. GUICCIARDINI. *Discorso de Logrogno*. P. 256.

²⁶ F. GUICCIARDINI. *Dialogo del Reggimento di Firenze. Opere*. Torino: UTET, 1970.

criticado e detestado um governo no qual, ao contrário, se faz todo o esforço para não ser generoso e não desenvolver virtude alguma. Falo daquela virtude com a qual os homens se tornam aptos para praticar ações excelentes, que são as que beneficiam a república²⁷.

Guicciardini vai ao longo do texto tentar mostrar como podem ser construídas as instituições que permitam desenvolver as virtudes que os pensadores de seu tempo associavam ao melhor regime. Pocock chama a atenção para o fato de que o pensador irá conviver a partir de então como dois sentidos de liberdade: um associado às leis e ao seu cumprimento e outro à participação nos negócios da cidade, muito mais próximo daquele dos primeiros humanistas²⁸. Essa ambigüidade no tocante à liberdade, e que tanto inquieta Cadoni, acaba por se refletir também no debate sobre as virtudes. Ao lado da *virtù* ligada à excelência nas ações públicas, aparece a idéia de *prudenzia*, associada a uma elite capaz de entender o funcionamento das coisas humanas e com isso governar o Estado.

Nesse particular, a via aberta por Pocock, há mais de vinte e cinco anos, parece-nos a mais fecunda. Com efeito, o intérprete observa que Guicciardini tem tendência a substituir a *virtù* pela prudência²⁹ e a colocar em questão algumas convicções típicas do republicanismo democrático de Maquiavel. Mas o movimento de pensamento de nosso autor é bem mais complexo do que querem intérpretes como Moulakis. O aparecimento da prudência é, a nosso ver, a pedra de toque para a abertura de um campo de problemas, que não se esgota nos textos de natureza política e que não pode ser inteiramente explorado se nos limitamos aos dois diálogos citados.

Em nosso livro seguiremos a trilha aberta por Pocock, mas desdobraremos nossas investigações para além dos textos examinados pelo intérprete. Para nós, a obra política de Guicciardini pode ser compreendida se a lermos como um longo debate sobre valores na vida pública. Com isso estamos sugerindo que, ao incorporarmos discussões sobre temas aparentemente distantes do ideário republicano, estamos na verdade permitindo uma compreensão alargada de seu republicanismo, mesmo se isso não solucione todos os impasses apontados corretamente por alguns intérpretes.

²⁷ Idem, p. 333.

²⁸ J.G.A. POCKOCK. *The Machiavellian Moment*. p. 232.

²⁹ "But Guicciardini is identifying (if not replacing) *virtù* with prudence, the steersman's or doctor's power to observe events and accommodate oneself to them, rather than seeking to shape or determine them: he is a politics of maneuver rather than of action". Idem, p. 238.

Ao longo do livro, procuraremos prestar atenção também aos textos nos quais Guicciardini deixa transparecer todo seu pessimismo. Nas *orazioni* a discussão sobre sua desgraça política aparece de forma mais evidente. Em seu exílio ele escreve: “Não me espanta Francesco, ainda que eu conheça seu ânimo forte e viril, que tu te encontres cheio de grande desprazer pelos muitos acontecimentos ocorridos no mesmo tempo e que o perturbaram”³⁰. Mas é nos *Ricordi*, que sua visão de mundo dá lugar a uma série de considerações de natureza filosófica, que alargam o escopo de suas reflexões anteriores. Temas tradicionais e que comparecem de maneira esparsa ao longo de seus escritos são aqui reunidos, mesmo se a forma escolhida não permita sempre estabelecer a exata conexão entre eles. Assim, Guicciardini trata da natureza humana, da variabilidade das coisas, da importância da experiência e da *discrezione*. É, no entanto, com o problema da fortuna que ele dá um salto para além de suas considerações anteriores.

Ora, não é a presença do tema clássico da fortuna que deve chamar nossa atenção. Desde o século XIV os humanistas vinham insistindo sobre sua força e sua importância. O que queremos estudar é sua relação com temas próprios a Guicciardini em especial com o tema da prudência. Conduziremos nossa pesquisa a partir da hipótese de que uma leitura da relação entre prudência e fortuna, ou, dizendo de outra maneira, um estudo da relação entre valores e contingência, é a melhor forma de compreender o sentido mais amplo da contribuição de nosso autor para a filosofia política de seu tempo e o significado de seu realismo político. Com isso pretendemos mostrar a especificidade do uso que ele faz do conceito de prudência e, ao mesmo tempo, como isso se relaciona com a forma como incorpora o tema da fortuna em seu discurso político.

Nessa ótica as relações com Maquiavel serão um aspecto essencial de nosso trabalho, não por pretendermos focar nossa atenção nesse ponto, mas por ele nos permitir uma boa compreensão dos temas que elegemos. Nesse aspecto vamos privilegiar o estudo do texto *Considerazioni intorno ai Discorsi del Machiavelli sopra la prima Deca di Tito Livio*, como última etapa de nossos esforços.

³⁰ F. GUICCIARDINI. *Consolatoria. Opere*. Torino: UTET, 1970. P. 487.

CAPÍTULO I

HISTÓRIA E REFLEXÃO POLÍTICA.

Poucos períodos da história conheceram um grupo de intelectuais, que fizeram do diálogo com o passado o eixo de suas reflexões sobre o presente, como foi o caso do Renascimento Italiano. Desde o século XIII, se contentar-nos com a localização do início do movimento humanista na figura de Petrarca³¹, o recurso a textos da Antigüidade foi a ferramenta usada por filósofos, historiadores e artistas, para abandonar os cânones medievais e construir um mundo em tudo oposto ao que Leonardo Bruni pela primeira vez qualificou de “idade das trevas”. Essa referência constante aos modelos da Antigüidade acabou projetando na modernidade a imagem do Renascimento como um período de intenso classicismo e ausência de espírito crítico com relação ao passado. O que se convencionou chamar de “querela” dos antigos e dos modernos e que, segundo Baron³², teve seu centro na Inglaterra do século XVII, fundou-se sobre a idéia de que o nascimento das ciências modernas opôs os defensores da Antigüidade a todos os que compreenderam o papel renovador dos novos domínios do conhecimento.

A história da “querela” foi ela mesma um território de muita controvérsia durante o século XX, sobretudo após a publicação dos trabalhos de Richard F. Jones – *Ancients and Moderns*- em 1936. No espaço desse capítulo não poderemos voltar a esse tema, mas importa tomar partido a favor das teses de Baron, sobretudo, quando ele acusa os estudiosos atuais de não prestar a devida atenção ao fato de que os humanistas italianos travaram verdadeiras batalhas contra o que identificavam como “perigos do classicismo”³³. É óbvio que a referência ao passado fez parte da estratégia de afirmação do humanismo, mas não podemos esquecer que os principais envolvidos no movimento de consolidação de novos parâmetros em vários domínios do conhecimento, tinham

³¹ Sobre as origens do humanismo do Renascimento ver: NICHOLAS MANN. “The origins of humanism”. In: JILL KRAYE(ED). *The Cambridge companion to Renaissance Humanism*. Cambridge: Cambridge University Press, 1996, p. 1-19. Para um trabalho mais completo sobre o poeta italiano ver: NICHOLAS MANN. *Petrarch*. Oxford: Oxford University Press, 1984.

³² HANS BARON. “The Querelle of the Ancients and the Moderns as a problem for present Renaissance Scholarship”. In: *In Search of Florentine Civic Humanism*. Princeton: Princeton University Press, 1988, vol II, p 72-75.

³³ Idem, p. 88.

orgulho de suas cidades natais e buscavam a todo preço aproxima-las dos modelos antigos. Nesse sentido, não era Roma ou Atenas o objeto das preocupações dos humanistas, mas Florença, Veneza ou Gênova. A referência ao passado era obrigatória, quando se tratava de reconstituir a identidade das cidades italianas, mas para fazê-las herdeiras das grandezas romanas e não súditas de um passado irrecuperável.

Para ficarmos com apenas um exemplo é interessante lembrar o conteúdo de um dos textos mais famosos de Leonardo Bruni, a *Laudatio Florentinae Urbis*³⁴. Nele o humanista traça um perfil altamente elogioso de sua cidade e de sua história recorrendo para isso a artifícios retóricos e à imitação de modelos antigos. Se concentrarmos nossa atenção apenas nesses elementos, deixaremos de lado o fato essencial de que Bruni procura se servir do passado para defender uma tese que nada tinha a ver com o passado, a saber, o direito à autonomia e à liberdade de sua cidade em face de todos os poderes externos³⁵. Como acontecerá mais tarde quando for escrever a história de Florença, o humanista busca apoio no passado para defender uma posição que tinha na afirmação da identidade de sua cidade seu eixo central. O recurso à Antigüidade é nesse sentido uma ferramenta para um combate que nada tem de abstrato. O interesse primeiro de muitos humanistas é a afirmação da importância de suas cidades no passado e a continuidade desses traços no presente e não o de realizar uma simples busca das origens. Como mostra Baron, isso é ainda mais evidente quando escrevem a história das cidades, como foi o caso de Bruni³⁶. Buscar em Roma o nascimento de Florença era uma maneira de distanciá-la da Idade Média e, sobretudo, negar o poder de mando da Igreja Católica e do Império. Pouca importa se essas eram forças decadentes no século XV. Mesmo se eram incapazes de dominar efetivamente as cidades italianas, continuavam a reivindicar sua soberania e a disputar sua influência. O passado romano era, portanto, uma poderosa arma contra forças desagregadoras do presente e não uma simples miragem, que não resistia a mais simples análise histórica.

A especificidade da obra de Francesco Guicciardini.

Francesco Guicciardini conheceu em vida a glória e a derrota, mas não viveu bastante para ver sua obra capital, única que desejou publicar, se transformar num dos

³⁴ LEONARDO BRUNI. *Laudatio Florentinae Urbis*. IN: BARON, H. *From Petrarch to Bruni. Studies in humanist and political literature*. Chicago: University of Chicago Press, 1968.

³⁵ Desenvolvemos esse ponto em: NEWTON BIGNOTTO. *Origens do Republicanismo Moderno*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2001, p 123-130.

³⁶ HANS BARON. "The Querelle of the Ancients and the Moderns as a problem for present Renaissance Scholarship". P. 92.

grandes clássicos da historiografia do Renascimento. Na verdade o sucesso de sua *Storia d'Italia* demorou a ocorrer e foi fruto de um longo e tortuoso caminho de recepção. Guicciardini faleceu em 1540, quando seu esforço para terminar sua última obra já se tornara insuportável para sua saúde debilitada. O fato de que desejara em vida ver impressa sua *Storia* não contribuiu de imediato para sua difusão. Em seu testamento ele não a menciona, o que fez com que seus herdeiros hesitassem em imprimir um texto, que no último momento não tinha parecido ao autor merecer a publicação. Somente em 1561 veio à luz a *editio princeps*. Em 1579 saiu em Londres a primeira tradução, que iria contribuir em muito para a posteridade do autor³⁷.

Durante muito tempo Guicciardini foi conhecido apenas como historiador. Suas reflexões sobre a política ou seus escritos juvenis sobre a história permaneceram inéditos contribuindo para forjar o perfil de humanista dedicado à história e avesso à teoria política, que havia sido a marca dos trabalhos de muito de seus contemporâneos. Foi somente no século XIX com a edição parcial de suas obras por Giuseppe Canestrini entre 1857 e 1867 que se descortinou o pensador político ao lado do grande historiador³⁸. Mas a sorte mais uma vez lhe foi ingrata. A luta pela afirmação da soberania italiana e pela unificação da nação, não ajudou em nada na constituição da imagem de um homem que havia empregado toda sua força para ajudar o papado a consolidar seus domínios na Itália renascentista. Se hoje sabemos que essa é uma maneira muito limitada de se entender o percurso de nosso autor, isso não impediu que mais uma vez a recepção de sua obra fosse marcada por circunstâncias que escaparam às intenções originais do autor.

Nosso propósito nesse capítulo não é o de resgatar para a história das idéias esse grande autor que foi Francesco Guicciardini. Essa tarefa já mobilizou muitos de seus intérpretes no século XX e hoje podemos dizer que possuímos uma visão de conjunto de seus escritos, que não tiveram seus leitores durante muitos séculos³⁹. Nosso intento principal é mostrar como política e história se entrelaçaram ao longo de sua vida fornecendo a trama principal de suas reflexões. Para tanto, no entanto, devemos prestar atenção às especificidades de sua obra.

³⁷ Para maiores informações sobre a fortuna crítica da *Storia d'Italia* ver : ROBERTO RIDOLFI. *Studi Guicciardiniani*. Firenze: Leo Olschki, 1978. p197-223.

³⁸ Idem, p. 18.

³⁹ Encontramos uma apresentação didática do pensamento de Guicciardini em: ANTONIO QUATELA. *Invito allá lettura di Guicciardini*. Milano: Mursia, 1991. Para uma seleção inicial de seus textos mais importantes: MATTEO PALUMBO. *Francesco Guicciardini. Materiali per lo studio della letteratura italiana*. Napoli: Liguori, 1995.

Desse ponto de vista, é preciso observar que, embora as edições sucessivas de suas obras e os estudos críticos apurados tenham contribuído para que tenhamos uma visão melhor do percurso de nosso autor, não podemos esquecer que Guicciardini continua a ser um autor que merece uma atenção metodológica especial. Dois problemas são lembrados por todos os que se preocupam em estudar seu pensamento e em particular sua historiografia. Em primeiro lugar, está o fato de que ele não escrevia para ser lido. Esse é um dado que não pode ser desprezado, pois a ausência voluntária de um destinatário altera a maneira como devemos analisar os diversos procedimentos discursivos. Para ficar com apenas um exemplo, tomemos a questão da retórica em seu aspecto persuasivo. Abordando o problema do ponto de vista do contexto histórico e dos usos freqüentes de procedimentos retóricos herdados da Antiguidade, vemo-nos diante da pergunta sobre a pertinência de nos servirmos do que sabemos a esse respeito para ler nosso autor. De um lado a análise de sua biografia sugere que ele era um herdeiro legítimo do humanismo florentino e conhecia seus caminhos principais⁴⁰. Ao escrever para si mesmo, é possível afirmar que sua formação retórica, inclusive enquanto jurista, permeia seus escritos? Mais do que apontar uma resposta, nós queremos mostrar as dificuldades que enfrentamos ao nos vermos obrigados a deixar de lado alguns cânones atuais da história das idéias, sobretudo daquela que faz do estudo do contexto lingüístico uma ferramenta básica para a compreensão das obras do passado⁴¹. É claro que o contexto político influenciou de maneira decisiva os escritos de Guicciardini, mas será possível considerar seus textos da mesma forma que analisamos as obras de um autor que explicitamente desejava convencer seus auditores, como foi o caso de Maquiavel?⁴² Será possível falar de retórica e de sua relação com a estrutura de argumentação, quando o autor queria apenas registrar seus próprios pensamentos? Essas são questões que não podem ser desprezadas no momento em que estudamos, por exemplo, os diversos perfis históricos, que fazem a força de alguns dos textos de Guicciardini. Não se trata de dizer que não há procedimento retórico subjacente à escrita e que ele provavelmente é uma herança do meio intelectual do autor. O que se deve notar é que não podemos observar a imitação dos paradigmas antigos, ou seu abandono, da mesma forma que fazemos com autores que queriam se fazer notar pela maestria no uso dos recursos estilísticos do

⁴⁰ A obra de referência nesse terreno segue sendo: ROBERTO RIDOLFI. *Vita di Francesco Guicciardini*. Milano: Rusconi, 1982.

⁴¹ Ver a esse respeito. MARCOS ANTÔNIO LOPES. *Para ler os clássicos do pensamento político: um guia historiográfico*. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2002.

⁴² Um ótimo estudo sobre o papel da retórica em Maquiavel encontramos em HELTON M. ADVERSE. *Aparência, retórica e juízo na filosofia política de Maquiavel*. Tese de Doutorado, UFMG, 2003.

passado e desejavam ardentemente persuadir seus leitores. Não é possível falar de persuasão, quando não se deseja ser lido.

A segunda questão metodológica que nos interessa diz respeito à história da recepção da obra. Se todos sabemos que a descoberta de inéditos pode alterar nossa percepção sobre as reflexões de um escritor, o fato de que a recepção de Guicciardini tenha durante muitos séculos sido construída sobre o desconhecimento quase total de sua obra muda radicalmente os termos do problema. Rigorosamente podemos afirmar que nosso objeto de estudo nesse capítulo, a saber, a relação da historiografia com o pensamento político, é fruto de uma condição de análise que apenas recentemente se construiu. A principal consequência desse estado de coisas é que nosso procedimento é o produto de uma lógica da interpretação do texto no mais puro sentido lefortiano⁴³, e não pode se beneficiar de alguns dos procedimentos defendidos por historiadores como Skinner⁴⁴, uma vez que pelas circunstâncias especiais da obra não existia nem para os contemporâneos do autor nem para seus estudiosos durante muito tempo.

As duas questões metodológicas apontadas são amplas demais para serem tratadas no interior desse estudo. Mesmo sabendo que não poderemos oferecer uma resposta satisfatória para elas nas páginas seguintes, elas serão o pano de fundo sobre o qual desenvolveremos nossas investigações. Para não fugirmos inteiramente às dificuldades para as quais elas apontam, gostaríamos de defender o recurso a uma lógica de interpretação, que dá atenção em primeiro lugar à conexão interna dos textos, para só depois se lançar no estudo do contexto em que os argumentos foram proferidos. Com isso não estamos afirmando uma posição geral sobre a metodologia mais apropriada para a história das idéias, nem renunciando à análise do contexto no qual a obra de Guicciardini foi escrita. Queremos apenas tomar partido a favor de um procedimento de análise que parece mais adequado para nosso objeto. A tese geral que estamos sustentando diz respeito, portanto, à necessidade de se escolher uma metodologia que seja adequada ao objeto que estudamos e não que prescindia do estudo da particularidade dos autores, para se afirmar como o melhor caminho. Em outras palavras, aceitamos como não contraditório que o estudo de outros problemas, mesmo no interior da obra de Guicciardini, possa se beneficiar de metodologias que privilegiam o estudo do contexto,

⁴³ Estamos nos referindo aqui ao sentido de interpretação defendido por Claude Lefort em seu estudo clássico sobre Maquiavel. CLAUDE LEFORT. *Le travail de l'oeuvre. Maquiavel*. Paris: Gallimard, 1973. P 24-89.

⁴⁴ Para uma visão de conjunto dos problemas metodológicos estudados por Skinner ver: QUENTIN SKINNER. *Visions of Politics*. Cambridge: Cambridge University Press, 2002. Vol I, Regarding Method, cap 3, p 27-56.

mesmo se o ponto de partida das análises nos leve a conceder um peso maior ao estudo das estruturas argumentativas internas das obras e sua evolução ao longo da carreira do autor.

Herança Historiográfica

A análise do percurso historiográfico de Guicciardini conduz-nos fatalmente a ocupar-nos de suas relações com a historiografia humanista. Como mostrou em seu livro clássico Felix Gilbert: “ainda que durante a Idade Média tenham sido escritas numerosas obras cujo objeto era a história, os humanistas foram os primeiros depois da Antigüidade clássica, a conceber a historiografia como um gênero literário importante e independente”⁴⁵. Todos os que se ocuparam de história no começo do século XVI sofreram a influência dos cânones humanistas. Ocorre, no entanto, que os princípios que guiavam os historiadores eram muito mais praticados do que refletidos. Tirando o *Actius* de Giovanni Pontano, poucos escritos tornavam explícitas as regras que deveriam ser seguidas pelos que escreviam a história de seu tempo⁴⁶. O princípio metodológico fundamental era o da imitação. Tomando como modelo obras de historiadores como Tito Lívio e as considerações de Cícero no *De oratore*, os historiadores procuravam por em prática as regras que podiam ser apreendidas através do exame dos esquemas seguidos pelos clássicos. Por essa razão, a descrição de uma batalha, tema essencial em toda história, deveria seguir um padrão fixo, que começava com a descrição dos auspícios que a haviam precedido, passando pela descrição do lugar no qual os acontecimentos se desenrolaram e por um retrato dos principais personagens envolvidos, até mostrar as máquinas de guerra utilizadas. Os discursos apareciam ao lado das descrições dos comandantes e eram usados para explicar as diversas alternativas e as razões pelas quais um determinado caminho havia sido seguido de preferência a outro. Como observa Gilbert, os humanistas estavam convencidos de que tinham o direito de inventar discursos pela simples razão de que era assim que haviam feito os antigos historiadores⁴⁷.

Muito se debateu sobre o caráter da historiografia humanista e sobre o fato que quase todos os historiadores do Renascimento se preocuparam em primeiro lugar com o papel ético da história e com sua função pedagógica. Estudiosos contemporâneos

⁴⁵ FELIX GILBERT. *Machiavelli e Guicciardini*. Torino: Einaudi, 1970, p. 175.

⁴⁶ Idem, p. 176.

⁴⁷ Idem, p. 181.

acabaram passando a idéia de que os autores do período eram incapazes de escrever a história nos moldes que são os nossos e por isso produziram um discurso meramente retórico, sem utilidade para os que depois se ocuparam com a história do período. O ponto de partida dessas análises é a observação correta de que a história era um gênero retórico, que tinha por função educar os homens. Mas cabe perguntar se essa maneira de encarar os escritos do período faz justiça à verdadeira revolução que foi preparada então e que teria em Guicciardini um de seus grandes atores⁴⁸. Tomar como ponto de referência a dimensão ética e retórica da história pode obscurecer o fato de que os humanistas se preocuparam não apenas com as lições que queriam ensinar, mas também com os meios que podiam utilizar. Nesse sentido, nunca misturaram história e literatura. O que chamavam de *vera storia* correspondia ao produto da imitação do antigos, mas para chegar a atingir esse fim era preciso antes escolher uma fonte confiável, que pudesse servir de base objetiva sobre a qual se erguiam as narrativas exemplares⁴⁹.

Foi na esteira dessa preocupação com as bases objetivas da *vera storia* que escritores como Tristano Calco em pleno século XV se interessaram pelo uso de arquivos estatais como base e fundamento para a narrativa da história das cidades. A guinada em direção a uma maior objetividade do discurso histórico teve um longo período de maturação e não compreenderemos o papel inovador de Guicciardini se deixarmos de lado os sinais precursores de mudança, que foram se acumulando ao longo dos anos. Um aspecto essencial é a transformação na compreensão do papel dos homens na história. Na Idade Média a providência divina era o fator explicativo de quase todas as transformações ocorridas, que não podiam ser diretamente relacionadas a causas visíveis. O enaltecimento das faculdades criativas dos homens, feito pelos filósofos renascentistas, teve um reflexo direto na estrutura narrativa dos historiadores na medida em que alterou a percepção do papel dos atores nos acontecimentos históricos. Capaz de realizar grandes proezas com o simples uso de suas faculdades naturais, os homens não podiam mais ser tratados como joguetes de forças que o ultrapassavam. A *fortuna* ocupou para muitos deles o lugar da providência, mas ninguém pensaria em escrever a história de uma cidade apenas como reflexo das ações da deusa romana. A cada acontecimento descrito era preciso acrescentar uma explicação para o papel que os participantes haviam representado na construção do resultado final.

⁴⁸ Ver a esse respeito: E. COCHRANE. *Historians and Historiography in the Italian Renaissance*. Chicago: University of Chicago Press, 1981; RAFFAELLO CHIANTELLA. *Storiografia e pensiero politico nel Rinascimento*. Torino: Società editrice internazionale. 1973. p 23-94.

⁴⁹ FELIX GILBERT. *Machiavelli e Guicciardini*. P. 191.

Com isso o uso de exemplos se tornou muito complexo, pois, não bastava a simples descrição dos acontecimentos, o historiador deveria ser capaz de extrair lições, que ultrapassassem as fronteiras temporais e geográficas do acontecido. Ou seja, sem a descoberta dos valores subjacentes às ações descritas e sem a certeza do esclarecimento dos laços causais que uniam os fatos, a história se convertia em memória, em lembrança, mas não em um conhecimento útil para todos que dele se serviam. Por isso os renascentistas podiam utilizar as crônicas medievais como fonte de suas histórias sem conferir-lhes um papel determinante. A oposição vigente não era entre discurso falso e discurso verdadeiro, mas entre discurso universal e discurso particular. Na lógica dos humanistas apenas os escritos da *vera storia* podiam aspirar à universalidade⁵⁰.

Como todo florentino culto de seu tempo Francesco Guicciardini sofreu a influência dos padrões humanistas de historiografia. A prova disso é que mesmo quando começou a escrever a *Storia d'Italia* ainda acreditava que seu destino era produzir uma *vera storia*⁵¹. Se seus textos tivessem sido escritos para servir a um público amplo, poderíamos suspeitar de algum artifício retórico no momento em que ele exprimia essa pretensão. Mas essa não foi jamais a intenção do diplomata florentino. Até o final da vida ele foi cético quanto à publicação de seus escritos. Isso nos leva a concluir que de fato o grande historiador pensou em seguir os cânones mesmo quando se preparava para destruí-los, o que prova a força da herança humanista. A verdade, no entanto, é que tendo se ocupado de história desde quando ainda era um jovem advogado em Florença, ele foi incapaz de se adaptar integralmente às regras ao longo de todo seu percurso historiográfico. Consciente dos conselhos que Pontano distribuía aos que se acercavam de seu círculo de estudos, Guicciardini forjou um caminho inteiramente seu, que culminou com aquela que é, ao lado dos escritos de Maquiavel, a grande obra de transformação da historiografia do Renascimento.

Essas observações, no entanto, poderiam sugerir que o impacto dos humanistas foi pequeno sobre o autor e que desde seus primeiros escritos ele já havia se distanciado dos historiadores de seu tempo. As coisas são bem mais complexas. Embora não seja nosso objetivo fazer o balanço dessa relação intrincada, cabe lembrar que pelo menos em um aspecto, Guicciardini foi fiel à revolução que os humanistas vinham operando com relação aos cronistas medievais. Desde o início ele seguiu a intuição de que história e

⁵⁰ Para compreender a evolução do discurso histórico sobre as cidades do Renascimento ver: ANNA MARIA CABRINI. *Un'Idea di Firenze. Da Villani a Guicciardini*. Roma: Bulzoni, 2001.

⁵¹ E. COCHRANE. L'eredità del Guicciardini. Dall storia "nazionale" alle storie "definitive". In: *Francesco Guicciardini nel V centenario della nascita. 1483-1983*. Firenze: Leo Olschki, 1984, p. 279.

política deveriam ser pensadas juntas. Como lembra Gilbert: “As ‘verdadeiras histórias’, no sentido humanístico, eram histórias políticas, mas o conteúdo político era subordinado ao intento humanístico da instrução moral”⁵². A força de Guicciardini está no fato de que soube conservar a ligação entre história e política no núcleo de suas preocupações, sem transformar seus escritos em ensinamentos morais. Dessa forma percorreu um caminho pela historiografia de seu tempo que o distinguiria para sempre da maior parte de seus contemporâneos.

Os primeiros escritos

É claro que não podemos refazer no espaço de um texto toda a complexidade de uma trajetória, que se entrelaçou não apenas com a vida política das primeiras décadas do *cinquecento*, mas também com a crise conceitual, que abalou os alicerces da cultura humanista do século anterior. Guicciardini foi um ator e um espectador privilegiado de ambas e deixou marcas indeléveis tanto no campo da ação política, como um dos homens mais sagazes de seu tempo na administração de territórios e cidades no meio do verdadeiro caos que dominou a vida italiana do período, quanto nos domínios da reflexão política, território no qual alterou de forma profunda a maneira de se escrever a história. Deixando de lado, portanto, a idéia de fornecer uma visão global do percurso do autor, vamos tentar demonstrar como sua prática historiográfica esteve intimamente conectada com sua visão da política, acompanhando no plano da historiografia as mudanças, muitas das quais radicais, que sofreu seu pensamento político.

Antes de iniciar nossas considerações sobre os primeiros escritos de história de nosso autor, cabe, no entanto, uma precisão. Ao procurar demonstrar a íntima conexão entre reflexão política e história não estamos supondo em momento algum que as obras de historiador de Guicciardini sejam uma espécie de aplicação de preceitos desenvolvidos em obras de outro caráter. Nossa hipótese é a de que a profunda solidariedade entre os escritos de diversas fases é uma das marcas de nosso autor, que não separava seus trabalhos segundo seus objetos, até pela simples razão que, com exceção do último, não eram destinados a públicos diversos, mas apenas ao próprio autor. Nesse sentido, as dificuldades metodológicas que encontramos para estudar um autor, que não escrevia para ser lido, facilitam a demonstração de nosso ponto de partida

⁵² FELIX GILBERT. *Machiavelli e Guicciardini*. P. 200.

baseado na conexão entre as diversas obras para além de uma hipotética hierarquia entre as disciplinas.

O primeiro trabalho de história que nos legou Guicciardini, as *Storie Florentine*, foi escrito entre 1508 e 1509, sendo interrompido definitivamente em 1511, quando ele foi nomeado embaixador junto aos reis da Espanha. O diplomata florentino serviu-se de poucas fontes para construí-lo, recorrendo no mais das vezes a poucos livros que encontrava na biblioteca familiar⁵³. Esse fato introduz uma limitação, mas não impede que apareçam algumas características marcantes do futuro historiador da Itália. A primeira é o entrelaçamento das descrições de pessoas e lugares com juízos políticos claros e pertinentes. A segunda característica a ser notada é a capacidade de traçar o retrato dos grandes personagens. Nos dois casos reconhecemos a herança humanista, em ambos se manifesta o gênio de um autor que não se conformou com as regras de seu tempo.

Guicciardini escreveu as *Storie* na condição de um jovem ligado à aristocracia florentina, os chamados *ottimati*, e de defensor de seus valores. No começo do século XV a atuação dos Medici, a experiência recente de Savonarola e a invasão da Itália pelo rei francês Carlos VIII eram marcos obrigatórios para todos os historiadores. Era comum, no entanto, desde o *quattrocento*, incluir nos debates sobre a situação política das cidades, Florença em particular, uma série de referência à intervenção divina e ao papel que ela teve no desenrolar dos acontecimentos. Ao tentar compreender a sucessão de fatos raramente os homens políticos deixavam de lado a idéia de que Deus havia se manifestado de alguma maneira, para produzir os resultados catastróficos, que muitas vezes acompanhavam as ações humanas⁵⁴. A razão era uma ferramenta poderosa, mas nunca se recorria a ela sem ao mesmo tempo buscar uma via alternativa para a compreensão de fatos, que não correspondiam aos caminhos explicativos tradicionais⁵⁵. Seguindo uma pista aberta pelos humanistas, Guicciardini excluiu de suas explicações e análises a referência freqüente a Deus ou a forças transcendentais. Os homens e suas ações são seu ponto de partida e, por isso, o foco de suas preocupações recai sobre a responsabilidade de cada um dos atores envolvidos, seus méritos ou erros⁵⁶. Só esse traço já seria suficiente para mostrar como a herança humanista agiu sobre nosso autor,

⁵³ Um estudo clássico sobre o gênero historiográfico ao qual pertencem os primeiros escritos de nosso autor encontramos em: NICOLAI RUBISTEIN. "The *Storie fiorentine* and the *Memorie di famiglia* by Francesco Guicciardini", *Rinascimento*, vol 4, n° 2 (1953), p. 171-225.

⁵⁴ FELIX GILBERT. *Machiavelli e il suo tempo*. Bologna: Il Mulino, 1977, p 67-108.

⁵⁵ Idem, p. 95.

⁵⁶ ANTONIO QUATELA. *Invitto alla lettura di Guicciardini*. Milano: Mursia, 1991, p. 41.

mas a verdade é que desde muito cedo ele usou a seu modo os instrumentos analíticos que herdou⁵⁷. Ao longo de suas páginas juvenis Guicciardini deixa entrever o método que depois iria caracterizar sua prática historiográfica. Se Deus era excluído das cadeias explicativas, também o uso de alguns procedimentos retóricos dos humanistas era deixado de lado em favor de uma prosa controlada, muitas vezes seca na qual apenas os elementos essenciais para o entendimento dos fatos são valorizados.

Como herdeiro da tradição política aristocrática florentina, que acreditava ter sido o começo do século XV o melhor momento da história da cidade exatamente por coincidir como a fase de predomínio das grandes famílias no governo de Florença, Guicciardini não hesitou em escrever a história tomando por referência os valores do que chamava de *uomini da bene*⁵⁸. Ao se referir ao período que vai de 1393 até 1420, ele afirma que mesmo diante dos perigos enfrentados pelos florentinos em suas guerras contra Milão, souberam resistir galhardamente⁵⁹. Esse estrato social tinha por principais características “a prudência, a riqueza, o espírito de tolerância, o caráter reservado, constituindo um autêntico protótipo do sábio”⁶⁰. A essa aristocracia se opunham os *uomini plebei*, que se caracterizavam pela instabilidade do juízo, pela incapacidade administrativa e política e que contribuíam sempre que dominavam o Estado para sua ruína. O exemplo típico da atuação dos “plebeus” na política foi a revolta dos *Ciompi*, que em 1378 tomaram as principais magistraturas da cidade por algumas semanas e provocaram a inflexão do governo para o lado popular por alguns anos⁶¹.

Guicciardini começa as *Storie Fiorentine* justamente pelo estudo desse período e não hesita em caracterizá-lo como uma época de barbárie:

“Ficou o governo muito mais nas mãos de homens plebeus e nas da multidão do que na dos nobres e escolheram como chefe *messer* Giorgio Scali e *messer* Tommaso Strozzi. Esses com o apoio popular governaram a cidade por três anos e fizeram muitas coisas ruins. A maior quando, mesmo sem culpa, cortaram a cabeça de Piero di Filippo degli Albizzi, que era um dos mais importantes

⁵⁷ Nossa posição a esse respeito difere daquela de Cochrane que acredita em uma continuidade explícita entre Guicciardini e os humanistas ao longo de toda sua obra. COCHRANE. L’eredità del Guicciardini. Dall storia “nazionale” alle storie “definitive”. P. 284.

⁵⁸ Para o uso do termo em Guicciardini ver: GIOVANI SILVANO. Gli “uomini da bene” di Francesco Guicciardini: coscienza aristocrática e repubblica a Firenze nel primo ‘500. *Archivio storico italiano*, vol 148, n° 4, (1990), p. 845-892.

⁵⁹ FRANCESCO GUICCIARDINI. *Storie Fiorentine. Opere*. Torino: UTET, 1983, Vol I, p. 62.

⁶⁰ ANTONIO QUATELA. *Invitto alla lettura di Guicciardini*. P. 47.

⁶¹ Para uma comparação entre as visões de diversos historiadores do Renascimento sobre os *Ciompi* ver: ANNA MARIA CABRINI. *Un’Idea di Firenze. Da Villani a Guicciardini*. P 3-108.

cidadãos de Florença, só para se sobrepor a seus adversários. O mesmo fizeram a Donato Barbadori e a muitos outros cidadãos inocentes. Por fim, como de hábito, não foram mais suportados e acabaram sendo abandonados pelo povo. *Messer Giorgio* foi decapitado e *messer Tommaso* teve de fugir para preservar a vida, tendo sido banido junto com seus descendentes perpetuamente. *Messer Benedetto degli Alberti* que era um de seus seguidores acabou confinado”⁶².

Ao longo do escrito nosso autor não abandona jamais a oposição entre *uomini da bene* e *uomini plebei*. Mas nos enganaríamos se supuséssemos que a clara posição política de Guicciardini impede-o de avançar juízos equilibrados sobre muitos dos fatos que analisa. Um estudo, por exemplo, de seus célebres retratos mostraria que apesar da simpatia que nutria por algumas figuras da casa dos Médici, ele não hesitou em criticar alguns aspectos da personalidade de Lourenço o Magnífico⁶³ e a mostrar os erros e a incapacidade de seu sucessor Piero⁶⁴. Tendo realizado uma história com claras colorações ideológicas, ele não hesitou em denunciar os erros daqueles que se situavam próximo de seu grupo social. As *Storie Fiorentine* não são o retrato perfeito do entrelaçamento entre teoria política e história, que assistiremos na *Storia d'Italia*, mas ajudam a compreender como se construiu a obra do grande pensador e historiador que foi Guicciardini. Essas pistas são ainda mais visíveis na parte final do livro quando, sem renunciar a seus pressupostos ideológicos, ele emprega toda sua capacidade de argumentação e narração, para produzir um quadro rico e complexo dos acontecimentos que o atingiam diretamente em seu período de juventude.

Para ilustrar o que acabamos de dizer nada melhor do que observar o tratamento que Guicciardini dá ao “caso Savonarola”⁶⁵. A primeira referência ao frade lembra ao leitor sua origem social – filho de uma família “popular e mediana”⁶⁶ - e seus estudos junto aos dominicanos, que contribuiriam para transformá-lo em um grande entendido em filosofia aos olhos do jovem advogado. Dado o papel que a concepção aristocrática da república tem no pensamento de nosso autor, poderíamos esperar que a

⁶² FRANCESCO GUICCIARDINI. *Storie Fiorentine*. P. 61-62.

⁶³ *Idem*, p. 100.

⁶⁴ *Idem*, p. 124.

⁶⁵ Ficaremos atentos, pelas limitações de espaço, apenas às interpretações de Guicciardini, mas é bastante útil para o leitor recorrer a uma bibliografia específica sobre o monge. Para se entender o impacto que Savonarola teve na vida política florentina consultar: LORENZO POLIZZOTTO. *The elect nation. The Savonarolan Movement in Florence 1494-1545*. Oxford: Clarendon Press, 1994. Para uma interpretação clássica da trajetória de Savonarola ver: DONALD WEINSTEIN. *Savonarole et Florence*. Paris: Calmann-Levy, 1973. Uma biografia interessante do monge encontramos em: IVAN CLOULAS. *Savonarole*. Paris: Fayard, 1994.

⁶⁶ FRANCESCO GUICCIARDINI. *Storie Fiorentine*. P 133.

caracterização inicial de Savonarola como de um homem de origem medíocre influenciaria todo o juízo do pensador. Não é isso que ocorre. Na verdade na parte final das *Storie* cresce em Guicciardini a preocupação com os detalhes e a preparação de juízos que dependem dos fatos narrados e não de idéias prévias. A marca da obra do jovem historiador será, assim, a busca da objetividade e, nesse sentido, o distanciamento dos procedimentos retóricos dos humanistas e não a exploração de sua veia partidária. A maneira como Savonarola é integrado no movimento geral da história florentina e como os fatos são narrados de forma límpida, por vezes mesmo seca, são muito mais importantes do que a exposição da posição política do autor, que parecia dominar a primeira parte do texto.

Observando a descrição da influência do frade na vida florentina e como o “governo popular”, representado pela adoção do *consiglio grande* como órgão político fundamental da cidade, foi produto de sua intervenção na vida pública da cidade, convencemo-nos que a força do texto guicciardiniano está em sua busca pela apresentação clara dos fatos e não no desejo de propagação de uma ideologia qualquer. Não há razão para supor que o jovem advogado nutrisse apreço pela política de Savonarola e de seus seguidores. Ainda assim ele se limita a mostrar que o frade usando do fato de que havia “conseguido junto ao povo crédito de doutrina e santidade” convenceu a todos, após a queda de Piero de Medici, de que “Deus queria que a cidade se mantivesse livre e fosse dirigida por um governo popular ao modo do veneziano, o qual era mais natural a essa terra que qualquer outro”⁶⁷. Esse desejo era contrário à vontade de boa parte dos *uomini da bene*, mas a força moral de Savonarola foi suficiente para influenciar nos destinos da cidade. Seguir os passos do frade e ao mesmo tempo compreender os desdobramentos da política italiana passam a dominar a narrativa de Guicciardini.

No correr do texto o jovem autor não deixa nunca de lado o relato das prédicas do frade e se esforça para mostrar como elas migram do terreno religioso e moral para aquele da política. Se os discursos de Savonarola tendiam sempre a mostrar a vontade de Deus como o verdadeiro motor das transformações que ele desejava, Guicciardini se abstém de julgar a inspiração divina do pregador, ou mesmo de ironizá-la, como fará Maquiavel, para apontar para seus reflexos na política italiana. Nesse sentido ele aponta

⁶⁷ Idem, p134-135.

com toda clareza que ao pregar a favor da reforma da Igreja, ele incorria perigosamente no ódio do papa:

“Esse modo de pregar o levaram a ser odiado pelo papa, pois ao predizer a renovação da Igreja expunha e atacava muito abertamente os costumes e os governos dos prelados”⁶⁸.

A ruína de Savonarola será fruto do encontro de seus discursos proféticos e morais com o universo complexo da política. A força do texto de Guicciardini está em que foi capaz de percorrer os caminhos sinuosos dos embates de sua época, sem apressar uma conclusão, que deveria ser produto de um esforço de exposição dos fatos. Ao tentar unificar Florença sob a égide de uma reforma global dos costumes, o pregador acabou provocando um terremoto político:

“Assim nasceu uma grande divisão e o ódio capital nos ânimos dos cidadãos, de tal forma entre irmãos e entre pais e filhos nasciam disputas sobre as coisas do frade. Os que defendiam o frade tomavam o partido dos franceses, os que o atacavam eram partidários da liga”⁶⁹.

Tal estado de coisas só poderia levar à ruína do governo popular alimentado pelos partidários de Savonarola.

A essa conclusão Guicciardini chega depois de narrar os fatos que foram se entrelaçando para produzir um confronto sem saída entre as partes envolvidas. O leitor tem diante dos olhos uma narrativa seca, mas precisa de acontecimentos, que não dependem de um apelo à intervenção de forças transcendentais para serem compreendidos. O melhor exemplo disso é a descrição da chamada “prova do fogo”⁷⁰, quando partidários de Savonarola e frades franciscanos se envolveram em uma disputa em torno da santidade do frade, que poderia ser provada pelo fato de que ele e seus seguidores eram imunes ao fogo. A “prova” envolveu toda a cidade e acabou num grande fiasco uma vez que na última hora as duas partes recuaram. Esse fato quase folclórico acabou, no entanto, aos olhos do historiador por abalar a reputação do pregador.

Os elementos lembrados até aqui poderiam sugerir que Guicciardini reserva para Savonarola um juízo duro no momento em que traça seu retrato à luz dos acontecimentos que presidiram sua morte na fogueira. Fiel, no entanto, ao método que

⁶⁸ Idem, p. 147.

⁶⁹ Idem, p. 149.

⁷⁰ Idem, p. 171.

guia suas reflexões ao longo das *Storie fiorentine*, ele fornece ao leitor um perfil notavelmente equilibrado de um personagem com o qual não dividia as convicções políticas. Logo no início das considerações sobre o religioso ele diz que raramente se viu em Florença “em nosso tempo, ou de nossos pais e avós um religioso tão bem instruído, de tanta virtude, nem com tanto crédito e autoridade”⁷¹. Mesmo observando os excessos do frade, o historiador não duvida da correção de seu comportamento. Ao contrário, nota que: “suas obras relativas à obediência dos bons costumes foi uma coisa miraculosa e santa, nem existiu tanta bondade e religiosidade em Florença quanto em seu tempo”.⁷² O fracasso de Savonarola e a discordância quanto à sua visada da política não impediram o jovem advogado de buscar o juízo mais equilibrado sobre o homem, suas convicções e sua obra. Ao final Guicciardini mantém o respeito aos fatos sem se deixar contaminar por paixões partidárias. Nascia aqui um pensamento realista sobre a política que só encontraria sua expressão máxima nas obras de maturidade. A capacidade de produzir juízos levando em conta as observações diretas da realidade política foi uma marca constante nos escritos de Guicciardini, que soube como poucos combinar essa característica com um esforço conceitual que o distanciou de muitos de seus contemporâneos.

Retorno à História.

Guicciardini só voltaria escrever a história de sua cidade em 1527, quando se encontrava inativo em uma de suas casas em Santa Maria a Montici nas cercanias de Florença. Depois de um longo período de intensa atividade política, ele foi obrigado a se refugiar em sua propriedade vítima de uma situação que não favorecia um político ligado à corte do papa. O saque de Roma, a prisão de Clemente VII e a instalação de um governo republicano em Florença com forte influência dos herdeiros de Savonarola não era um terreno fértil para um escritor que havia sempre defendido a posição dos *ottimati* em sua terra natal e favorecido o papado, que nos últimos anos estivera muito ligado aos destinos da casa dos Médici. O texto iniciado então, que veio a ser editado como *Cose Fiorentine*⁷³, acabou ficando inacabado, embora o autor tenha continuado a fazer

⁷¹ Idem, p. 180.

⁷² Idem, p.180.

⁷³ A primeira edição do manuscrito foi feita em 1945 por Roberto Ridolfi responsável por sua descoberta nos arquivos florentinos. Ver a esse respeito: ROBERTO RIDOLFI. *Studi Guicciardiniani*. Firenze: Leo S. Olschki, 1978. O segundo capítulo trata especificamente da descoberta do texto.

correções e acréscimos até pelo menos em 1534⁷⁴. Os dois primeiros livros permitem ao leitor medir a revolução que se operava no pensamento do autor⁷⁵.

O primeiro ponto que deve ser observado é o balanço crítico que domina o primeiro livro, que coloca em questão os procedimentos da juvenil *Storie*. Servindo-se de um método, que Anna Cabrini notou estar próximo da enquête judiciária⁷⁶, Guicciardini afronta o difícil problema da origem da cidade com instrumentos que ignorava, quando produziu seu primeiro texto de história. Nunca é demais lembrar o papel que essa discussão teve para os primeiros humanistas⁷⁷. No momento de afirmação da identidade republicana de Florença no final do século XIV início do século XV a referência aos vínculos da cidade com a Roma Republicana foi uma estratégia bem sucedida, para deixar de lado a posição daqueles que, como Dante, haviam insistido nas ligações entre sua pátria e o Império.⁷⁸ Procedendo dessa forma, os humanistas acreditavam poder vincular a reivindicação da liberdade como esteio das instituições políticas de seu tempo a um passado, que mantinha intacto o direito que presidira a formação da cidade. Fazer de Florença herdeira direta da Roma republicana era uma forma de utilizar o passado como ferramenta de legitimação das reivindicações de autonomia, que dominaram a vida política da comuna ao final da Idade Média.

Nosso autor não desconhecia a longa polêmica envolvendo esse problema. Longe, no entanto, de querer retornar a um debate do século anterior, ele vai buscar no exame dos argumentos apresentados por seus predecessores o ponto de apoio para uma história que dispensa todo elemento mitológico. Quanto à origem romana da cidade o historiador parece não ter dúvida: “o que confirmam não somente todas nossas memórias, mas também antigos escritores dignos de fé”⁷⁹. O problema restante é o de estabelecer se Florença foi originalmente uma colônia romana, ou obra de romanos mandados viver em Fiesole, que acabaram fundando uma cidade nas margens do Arno. Nesse caso, observa o historiador, sua pátria seria uma colônia de Fiesole e não romana,

⁷⁴ Para uma abordagem do tema que tratamos aqui e que não concorda com nossas conclusões ver: MANUELA DONI GARFAGNINI. “Metodo storico e riflessione política nelle “Cose fiorentine” di Francesco Guicciardini”. *Rinascimento, Seconda serie*, vol 28 (1988), p 3-40.

⁷⁵ Sobre a escolha dos temas do livro ver: LAURA RICCÒ. “Le date-guida delle “Storie fiorentine” e delle “Cose fiorentine” di Francesco Guicciardini”. *Rinascimento, Seconda serie*, vol 21 (1981), p 265-284.

⁷⁶ ANNA MARIA CABRINI. *Un’Idea di Firenze. Da Villani a Guicciardini*. P. 94.

⁷⁷ A referência clássica para esse problema segue sendo a obra de Baron. : HANS BARON. *The crisis of the early Italian Renaissance*. Princeton: Princeton Universit Press, 1966. Capítulo 3: “A New view of history”, p 47-78.

⁷⁸ Idem, p. 52-53.

⁷⁹ FRANCESCO GUICCIARDINI. *Cose Fiorentine. Opere*. P. 681.

pois a prática de colonização romana implicava na constituição integral de uma nova cidade e não na simples presença de romanos em um novo povoado.

Para dirimir a questão Guicciardini lança mão dos textos de Cornélio Tácito, que vão contra a idéia de Dante, que se fia em fontes medievais por demais distantes do ocorrido para firmar sua posição. Para o historiador a escolha de Tácito em detrimento das referências medievais se dá pelo motivo objetivo de que esse narra fatos que ocorreram próximos à sua existência, enquanto outros se servem de narrativas indiretas ou fantasiosas a respeito da origem da cidade.

Esse passo inicial permite a confirmação do nome inicial da cidade –*Florentia*. Ao escolher Tácito e Plínio Segundo como fontes seguras para a descoberta da denominação primeira da cidade natal, nosso historiador é levado a dizer que Leonardo Bruni e Poggio Bracciolini teriam chegado à mesma conclusão se tivessem usado a mesma fonte e seguido o critério de antiguidade e proximidade com os acontecimentos, que tornam os dois historiadores fontes seguras em detrimento das crônicas medievais⁸⁰. O uso de um critério claro para discriminar as fontes históricas aumenta a confiabilidade das conclusões retiradas não apenas dos relatos dos historiadores, mas também da memória arquitetônica da cidade. Um exemplo desse procedimento, nós encontramos na descrição das primeiras portas da cidade. Consciente de que em seu tempo Florença era o resultado de uma série de épocas, que misturaram a marca romana inicial, expressa em um templo de Marte, ao qual se referem os historiadores, com as muitas Igrejas que eram o sinal vivo da conversão da cidade ao cristianismo, Guicciardini procura mostrar como o recurso a várias fontes permite uma melhor aproximação da história da cidade do que aquela conseguida apenas se fiando nos cronistas medievais⁸¹.

A atenção a outros elementos, como a posição geográfica da cidade, permite ao historiador compreender não apenas suas relações com Roma, mas também as causas de sua grandeza e liberdade e de sua ruína. Depois de passar em revista a situação de outras cidades importantes como Milão e Veneza ele afirma:

“Mas por estar, se pode dizer, sob os muros de Roma e no meio da Itália, em um país por si mesmo estéril e mais apto a ser o ninho da liberdade do que o lugar de grandes príncipes, ela acabou sendo percorrida todos os dias por exércitos amigos e inimigos, de modo que a grandeza de Roma lhe fez sombra e as pedras

⁸⁰ Idem, p. 685.

⁸¹ Idem, p. 687.

de sua ruína a atingiram. Esses acidentes, causados por grandes movimentos, não puderam ser barrados pela virtude ou pela força de um cidade tão frágil”⁸².

Florença sucumbe junto com Roma por ser sua filha e vítima de seu poderio. Esse vínculo íntimo de dependência entre as duas cidades conduz Guicciardini a atacar de frente o mito de que algumas cidades fundadas pelos romanos conservaram uma eterna liberdade, pois, segundo ele: “nenhuma cidade, senão aquelas fundadas depois do declínio romano, podem alegar que gozaram uma perpétua liberdade”⁸³.

A recusa do mito como fonte de compreensão das origens das cidades conduz Guicciardini a afirmar muito diretamente, quando investigando a destruição de Florença por Totila que: “Eu, no meio de tanta obscuridade, não arrisco a afirmar nada”⁸⁴. O historiador, diante da incerteza das fontes deve recuar e não aceitar relatos fantasiosos ao lado de fatos históricos. Com esse procedimento é possível passar ao estudo dos primeiros governos republicanos de Florença, sem abandonar o método que conduziu as primeiras análises. Está preparado o terreno para um escrita da história que, mesmo mantendo a referência à *vera storia* dos humanistas, rejeita vários de seus procedimentos metodológicos. Para Guicciardini não há razão alguma para tratar da origem de sua cidade com métodos diferentes daqueles que emprega para estudar fatos que conheceu de perto ou sobre os quais existe um conjunto de fontes confiáveis. A incerteza não deve dar lugar ao mito, mas sim à dúvida e à busca por novos instrumentos.

O livro de retorno do diplomata á história ficou inacabado. Enquanto ele tentava voltar à história de Florença partindo de pressupostos diferentes daqueles que o haviam guiado em sua obra juvenil, Guicciardini abria novas frentes tanto em sua reflexão política quanto em sua aventura historiográfica. No primeiro campo o fruto mais vistoso foi a última redação do *Ricordi*⁸⁵, que consolidava uma forma de anotar suas preocupações filosóficas que se iniciara quando ele ainda era jovem. No terreno da escrita da história o político se lançou em um caminho que faria dele um dos historiadores mais inovadores de seu século. Tanto os *Ricordi* quanto a *Storia d'Italia*⁸⁶ merecem estudos a parte e comportam uma matéria rica de reflexões. Para os propósitos

⁸² Idem, p. 691.

⁸³ Idem, p. 695.

⁸⁴ Idem, p. 692.

⁸⁵ Vamos seguir aqui a edição de Emilio Pasquini da série C dos *Ricordi*: FRANCESCO GUICCIARDINI. *Ricordi*. Milano: Garzanti, 1984. Para um estudo de alguns temas centrais do livro ver: MATTEO PALUMBO. *Gli orizzonti della verità*. Napoli: Liguori Editore, 1990.

⁸⁶ Seguiremos aqui a seguinte edição: FRANCESCO GUICCIARDINI. *Storia d'Italia*. Milano: Garzanti, 1988. 3 vol.

desse texto, no entanto, são os territórios conceituais compartilhados que nos interessam. Nosso interesse principal será, na última parte, mostrar como os laços que uniam reflexão política e história, esboçados ainda na juventude, viriam a ser o cimento de uma obra cuja unidade se teceu por caminhos pouco convencionais. Por isso nossa preocupação será com alguns conceitos, que estruturam as duas obras e não com o universo complexo de pensamento presente em ambas. Trata-se de uma limitação, que nos permite abordar corretamente o tema central desse capítulo.

Filosofia e História.

Em 1538, quando se lançou definitivamente na escrita de sua *Storia d'Italia*, Guicciardini era um homem desiludido e derrotado na política. Para alguém que havia dedicado toda a vida a alcançar a glória, o desejo de imortalidade no território das letras era apenas uma consolação. Mas como tudo o que fez na vida foi guiado pela ambição e pela perseverança, o velho diplomata não se contentou em acabar antigos projetos, lançou-se em uma empresa que iria consumir suas últimas forças⁸⁷. O leitor contemporâneo, que se acostumou com os elogios da crítica às inovações historiográficas contidas no texto do diplomata florentino pode não levar muito a sério a pretensão do próprio autor de escrever uma *vera storia* bem no estilo dos humanistas. Mas foi exatamente isso que procurou fazer, como prova o fato de que colou o trecho do *De oratore* de Cícero, no qual são descritas o que Guicciardini chamava de “leis da história”, ao manuscrito para servir-lhe de guia no curso da redação⁸⁸.

O produto final guarda as marcas do humanismo em sua forma. O texto acabou sendo dividido em vinte livros para respeitar uma certa simetria, livros que privilegiam a descrição de feitos políticos, em particular batalhas e campanhas militares, que eram o objeto mais nobre da historiografia humanista. Além disso, Guicciardini continuou a lançar mão dos discursos inventados, para melhor explicar as situações nas quais se encontraram os personagens analisados. Raramente a descrição de uma batalha deixa de ser precedida pela “fala” de um capitão, que ajuda o leitor a entender a complexidade da cena que será descrita. Tudo isso contribuiu para fazer que a *Storia d'Italia* seja, nas palavras de Felix Gilbert: “a última grande obra histórica conduzida segundo o esquema clássico, mas é também a primeira grande obra da historiografia moderna”⁸⁹. Essas

⁸⁷ ROBERTO RIDOLFI. *Vita di Francesco Guicciardini*. P. 321-324.

⁸⁸ FELIX GILBERT. *Machiavelli e Guicciardini*. P 232-233.

⁸⁹ Idem, p. 255.

características transformam a obra de Guicciardini num lugar privilegiado para se entender a formação da “querela entre antigos e modernos” no seio de uma época que muitos críticos atuais insistem em caracterizar como um período de puro classicismo historiográfico.

Dentre os elementos “modernos” cuja gestação data dos primeiros escritos de nosso autor encontra-se o uso de fontes documentais como núcleo de referência da história. Se na juventude o historiador de Florença se contentou com fontes escassas, a *Storia d'Italia* foi preparada por uma verdadeira caça de referências. Já no começo da década de 1530, Guicciardini se pôs a coletar documentos, em particular em Florença. Ao exercer as funções repressivas contra os governantes republicanos do período 1527-30, ele simplesmente se apropriou dos arquivos do *Consiglio dei Deci*, que continha importantes documentos relativos à diplomacia e à guerra de sua cidade natal⁹⁰. Como mostra Gilbert, ao longo dos livros, são visíveis as marcas dos escritos diplomáticos florentinos⁹¹. Mas não são apenas esses escritos que fornecerão as bases para uma empresa que queria se beneficiar do método esboçado nas *Cose fiorentine* de maneira sistemática⁹². Guicciardini foi metódico ao recolher tudo o que pudesse lhe servir para se aproximar com o maior cuidado dos fatos. Essa obsessão com detalhes, números e referências cruzadas acabaram se transformando na ferramenta que fez da *Storia d'Italia* uma obra diferente daquelas que a precederam no interior de uma tradição historiográfica na qual dominavam os cânones humanistas e a preocupação com a particularidade das cidades. Mesmo se o título do livro lhe foi acrescentado pelos editores, desde o início fica claro para o leitor que Guicciardini deixaria para trás os parâmetros usados nas “histórias municipais” para constituir pela primeira vez em Florença uma história cuja referência era a Itália e seu complexo jogo político e não apenas sua cidade natal e suas guerras e disputas internas.

Como não é possível apresentar uma visão de conjunto da *Storia d'Italia*, vamos nos contentar em mostrar como a revolução historiográfica que ela encerra, no corpo de uma história humanista, foi preparada e deu existência e uma reflexão política que amadureceu ao longo da movimentada vida política do autor. Ao registrar seus pensamentos na versão final dos *Ricordi*, Guicciardini fez mais do que terminar uma tarefa à qual vinha se dedicando desde a juventude de legar para seus parentes próximos

⁹⁰ ROBERTO RIDOLFI. *Studi Guicciardiniani*. P. 110.

⁹¹ FELIX GILBERT. *Machiavelli e Guicciardini*. P. 252.

⁹² Um estudo da forma de trabalhar de Guicciardini em sua última obra encontramos em: ROBERTO RIDOLFI. *Studi Guicciardiniani*. P112-130.

uma memória de sua visão de mundo, ele consolidou uma reflexão sobre a história e a política que abarca um universo extremamente complexo de temas. As duas obras lidas em conjunto fornecem uma visão equilibrada do esforço intelectual de nosso autor naqueles que foram seus anos mais difíceis.

Nossa escolha de temas privilegiará, portanto, os pontos de intercessão entre as duas obras, sem que tenhamos a pretensão de fornecer uma chave única de leitura dos dois escritos, o que contrariaria a própria visão que Guicciardini tinha dos acontecimentos históricos. Com efeito, desde cedo ele amadureceu a idéia de que devemos prestar atenção ao particular das coisas no lugar de sempre tentar descobrir um universal subjacente aos acontecimentos. Essa idéia está maravilhosamente apresentada nos *Ricordi*:

“É um grande erro falar das coisas do mundo de um modo indistinto e absoluto, ou para dizer de outra forma, por regras; porque quase todas têm distinções e exceções dada a variedade das circunstâncias, às quais não podem ser fixadas com uma mesma medida. Essas distinções e exceções não estão escritas nos livros, mas são ensinadas pela *discrezione* (discrição, sentido de medida)”⁹³.

Esse ponto de partida guiará a análise dos eventos históricos na *Storia d'Italia*. No lugar de procurar reduzir os acontecimentos a um fundo comum, nosso autor destacará os aspectos particulares, o detalhe que produziu o efeito inesperado. Para escapar da tentação de enxergar em cada fato a expressão de uma regra é preciso aguçar os olhos para o que torna cada pessoa e cada situação diferente. Como sintetiza Guicciardini: “...é necessário proceder distinguindo a qualidade das pessoas, dos casos e dos tempos, e para isso é necessária a *discrezione*”⁹⁴. Olhando para a *Storia d'Italia* vemos que essa idéia foi aplicada com cuidado. A cada personagem apresentado, a cada acontecimento, segue-se sempre um conjunto de observações que amplia o quadro de compreensão da situação sem reduzi-la.

Desse primeiro ponto decorrem outros, que contribuem para desmentir o propósito original do autor de escrever uma *vera storia* humanista. No *ricordo* 110 Guicciardini faz um ataque direto a um dos pontos cardeais da historiografia humanista: “Quanto se enganam –diz ele- aqueles que a cada palavra citam os romanos!”⁹⁵. Formado ele mesmo no berço do humanismo renascentista, o diplomata não despreza os

⁹³ FRANCESCO GUICCIARDINI. *Ricordi*. N° 6, p. 12.

⁹⁴ FRANCESCO GUICCIARDINI. *Ricordi*. N° 186, p. 217.

⁹⁵ FRANCESCO GUICCIARDINI. *Ricordi*. N° 110, p. 136.

romanos e suas obras, mas a sim a transposição de seus feitos para outras épocas. É possível aprender com os antigos, mas talvez isso se deva muito mais às diferenças do que às semelhanças. De um modo geral Guicciardini desconfia do uso dos exemplos do passado e não apenas do uso das referências aos romanos. Para ilustrar isso vale lembrar uma passagem importante da *Storia d'Italia*.

O décimo quarto capítulo do primeiro livro é dedicado à análise da derrocada de Piero de Médici, o filho de Lourenço o Magnífico. Em 1494 ele foi imprudente o bastante para não considerar os perigos que assediavam a Itália com a invasão francesa, comandada pelo rei Carlos VIII. Diante do perigo eminente, quando a situação interna em Florença já se tornava insustentável, optou por repetir o gesto de seu pai que, no final de 1479, numa fase difícil da guerra comandada pelo papa Sisto IV contra sua cidade, a chamada “guerra dos Pazzi”, embarcou para Nápoles para tentar um acordo com o rei Ferrante⁹⁶. O gesto de Lourenço foi desesperado e implicou em grandes riscos para a cidade e, sobretudo, para os partidários dos Médici, mas acabou consagrando-o como um dos homens políticos mais importantes de seu tempo. Seu filho perdeu seu poder e foi mandado para o exílio por tentar repetir um gesto que se mostrara essencial para o sucesso de sua família. Esse fato levou Guicciardini a concluir:

“Mas é sem dúvida muito perigoso guiar-se pelos exemplos se não concorrem, não apenas em geral, mas em todos os particulares, as mesmas razões, se as coisas não são reguladas com a mesma prudência e se, além de outros fundamentos, a fortuna não conserva a mesma parte”⁹⁷.

O que se depreende da crítica ao comportamento de Piero de Médici é que não é apenas o hábito humanista de citar a história romana sempre que desejam aconselhar algum governante que é arriscado, mas servir-se de exemplos históricos em qualquer situação como referências absolutas. Guicciardini não nega que Piero pudesse ter se servido do exemplo do pai para agir na cena política, mas mostra que a imitação depende de um concurso de circunstâncias quase impossível de ser repetido. Na ausência da pura repetição das condições de ação na cena política o que resta são elementos de pura particularidade, que exigirão do ator o uso de sua própria virtude, que apenas de maneira limitada poderá se beneficiar dos exemplos dos antigos.

⁹⁶ A esse respeito ver: LAURO MARTINES. *Abril Sangrento*. Florença e o complô contra os Médici. Rio de Janeiro: Imago, 2003. p 232-242.

⁹⁷ FRANCESCO GUICCIARDINI. *Storia d'Italia*. Livro I, cap 14, p. 107.

Essa maneira de encarar a história altera em primeiro lugar as condições de sua escritura. Nos *Ricordi* Guicciardini observa que os historiadores normalmente deixam de registrar fatos conhecidos exatamente por pressupor que não merecem registro por serem conhecidos por todos⁹⁸. Ora, isso é a seus olhos um grande erro uma vez que priva as gerações futuras de registros, que não podem ser obtidos senão por aqueles que conheceram diretamente os fatos. A primeira consequência é a afirmação do valor dos documentos e das descrições diretas como fonte da história. A pesquisa iniciada muito antes da escritura da *Storia d'Italia* se mostra assim essencial para sua feitura. O simples recurso a outros historiadores se mostra um procedimento limitado, salvo se tiveram o mesmo cuidado do diplomata florentino o que evidentemente não era o caso de muitos dos escritores humanistas. Guicciardini não pretende dizer que tudo o que fora escrito era falso. Tal afirmação dependeria da defesa do lugar universal da verdade histórica, que é recusado por ele. O que está em jogo é o fato de que não podemos nos fiar inteiramente nos historiadores do passado e, por isso, não podemos simplesmente imitá-los para escrever a história de nosso tempo. É nesse momento que a dimensão moderna da obra de nosso autor se mostra mais claramente. Ao fazer considerações sobre método, Guicciardini completa uma mudança na historiografia humanista que já vinha sendo anunciada, mas que nunca antes encontrara uma expressão tão perfeita.

Essa postura diante de seus predecessores ilustres vem acompanhada de uma verdadeira teoria do olhar nas ciências históricas. Como já observou Palumbo: “Ver, observar são o fundamento mesmo do juízo, o terreno sobre o qual nasce a interpretação”⁹⁹. Se o particular é a porta para a compreensão dos fatos históricos e da natureza do homem, todos os que se dedicam a pensar a história e a política devem aguçar os sentidos, acima de tudo o olhar. Por isso Guicciardini repete com tanta frequência que devemos “observar bem” as coisas, pois é de sua presença diante dos olhos que podemos deduzir os passos da investigação. O olho é fundamental porque é a ferramenta ideal para a experiência do mundo.

O realismo guicciardiniano possui uma face empirista que implica no uso dos sentidos no processo de formação dos juízos. Sem o “olho” a realidade aparece indistinta para o homem, impossível de ser captada por suas faculdades cognitivas. O *ricordo 76* resume essa percepção:

⁹⁸ “Parmi che tutti gli istorici abbino, non eccetuando alcuno, errato in questo: che hannı lasciato di scrivere molte cose che a tempo loro erano note, presupponendole come note”. FRANCESCO GUICCIARDINI. *Ricordi*. N° 143. p. 170.

⁹⁹ MATTEO PALUMBO. *Gli orizzonti della verità*. P 116.

“Tudo o que existiu no passado, existe no presente e existirá no futuro, mas mudam os nomes e a superfície das coisas de tal modo que, quem não tem um bom olho, não as reconhece, nem sabe apreender as regras ou produzir juízos a partir da observação”¹⁰⁰.

Combina-se aqui a idéia naturalística adotada pelos humanistas de que o mundo possui uma regularidade inabalável, o que permite o uso dos exemplos do passado como guia para resolver dificuldades presentes, com o realismo guicciardiniano, que o leva a desconfiar da facilidade com a qual muitos de seus predecessores se referiam à imitação dos antigos. Para ele existe um substrato nas coisas, que nos permite conhecê-las, mas ao mesmo tempo uma barreira entre os tempos, que nos obriga a buscar um novo olhar, para não ser traído pela falsa similitude produzida pelo uso de exemplos ruins¹⁰¹. Mesmo em uma pequena cidade é tal a distância entre os que governam e os que são governados, que “entre o palácio e a praça existe uma névoa tão densa, um muro tão espesso, que não penetra o olho dos homens”¹⁰². Com isso o mundo é povoado de “opiniões errôneas e vãs”, que só fazem aumentar a confusão nas cidades.

A virada metodológica possui, no entanto, um significado filosófico ainda mais amplo do que o que deixamos entrever até aqui. Com efeito, se o uso do passado e dos exemplos não pode ser feito como pretendiam os humanistas, como pode a história “ensinar através dos exemplos”? Em outras palavras, como ela pode ter uma função moral, se seus conteúdos são particulares e dependem de um “olho” treinado para serem descobertos, o que escapa à maioria dos homens? Felix Gilbert procurou resolver essa questão dizendo:

“Assim Guicciardini, mesmo não partilhando a idéia humanística da história como exemplificação de regras gerais ou guia da conduta humana, retornava à concepção humanística do valor moral da história: a história induz o homem a adquirir consciência do próprio valor intrínseco”¹⁰³.

O caminho sugerido pelo intérprete parece longe de solucionar as dificuldades e as tensões internas do pensamento de nosso autor. Se de fato não podemos imaginar que ele tivesse dedicado tanto esforço no final da vida a uma tarefa à qual não atribuía valor

¹⁰⁰ FRANCESCO GUICCIARDINI. *Ricordi*. N° 76. p. 98.

¹⁰¹ “È fallacissimo el giudicare per gli esempli, perché, se non sono simili in tutto e per tutto, no servono, conciosia che ogni mínima varietà nel caso può essere causa di grandissima variazione nello effetto: e el discernere queste varietà, quando sono piccole, vuole buono e perspicace occhio”. FRANCESCO GUICCIARDINI. *Ricordi*. N° 117. p. 143.

¹⁰² FRANCESCO GUICCIARDINI. *Ricordi*. N° 141. p. 168.

¹⁰³ FELIX GILBERT. *Machiavelli e Guicciardini*. P. 254.

algum, também não é verdade que não tivesse consciência das aporias que devia enfrentar e do papel da natureza humana e da *fortuna* na indeterminação essencial dos acontecimentos históricos particulares. Os *Ricordi* e a *Storia d'Italia* fornecem os traços decisivos para o realismo pessimista de Guicciardini e alteram decisivamente sua visão da política. Por isso devemos seguir seus passos nos terrenos difíceis da alma humana e da “deusa romana”.

Fortuna, Natureza humana e História.

No começo de sua carreira Guicciardini manifestava uma grande confiança na razão e na capacidade dos homens prudentes de alcançarem sucesso em sua empreitada desde que não se deixassem levar pelas ilusões e não despregassem o “olho” da realidade. Nesse primeiro momento a experiência é a parceira ideal da razão na medida em que fornece os elementos sobre os quais o juízo pode se exercitar corrigindo os rumos da ação. Essa máxima ele conservou até o fim, como mostram alguns *ricordi*¹⁰⁴. Mas o curso de sua própria existência e a observação da carreira de muitos políticos italianos iria convencê-lo de que essa simples determinação não era suficiente para garantir o sucesso. A razão é uma ferramenta essencial para a condução dos negócios humanos, mas opera em companhia de outras forças tanto internas ao homem quanto externas à sua vontade. Sua própria vida servia de demonstração de que o emprego da razão e da observação não é suficiente quando somos confrontados com a força da *fortuna* e os limites de nossa natureza. Esses dois temas – a *fortuna* e a natureza humana – terão um papel decisivo em suas últimas obras.

A preocupação com a natureza terá um reflexo direto na narrativa da *Storia d'Italia*. Em sua *Storie fiorentine* o então jovem advogado se serve dos esquemas humanísticos e procura descrever cada personagem segundo uma idéia preconcebida do que são os vícios e como as virtudes se desenvolvem¹⁰⁵. Essa maneira de proceder encontrará ao longo dos anos sérios obstáculos à medida que as observações diretas do comportamento humano convencerão o pensador que esse procedimento conduz a erros incorrigíveis. Ao lidar com os homens é preciso recordar sua natureza mutável, em qualquer situação, diz Guicciardini: “não existe nada mais lábil do que a memória dos benefícios que recebemos”¹⁰⁶. Por isso, não podemos imaginar que a prática contínua

¹⁰⁴ Ver em particular os *ricordi* 152,180, e sobretudo 187.

¹⁰⁵ FELIX GILBERT. *Machiavelli e Guicciardini*. P. 247.

¹⁰⁶ FRANCESCO GUICCIARDINI. *Ricordi*. N° 24, p. 37.

das virtudes, supondo que ela seja possível, conduza ao sucesso. Aliás, nosso autor estava longe de acreditar na tendência universal à prática do bem. Segundo ele: “se os homens fossem bons e prudentes, aqueles que os governam deveriam se servir mais de métodos suaves do que dos severos”. Ocorre, no entanto, “que a maior parte não são nem bons nem prudentes, por isso é necessário usar mais severidade e quem pensa de forma diferente se engana”¹⁰⁷. Disso o diplomata não deriva uma regra universal segundo a qual o uso de meios severos ou violentos seria sempre recomendável. Suas observações não demonstram que os homens ajam da mesma forma em todas as situações, mas, ao contrário, que são inconstantes em suas ações. O conselho de Guicciardini, portanto, aponta no sentido da prudência e do respeito à experiência e não no sentido do emprego de regras absolutas.

Segundo nosso autor dois sentimentos opostos comparecem no momento em que agimos: o medo e a esperança. O problema surge pelo fato de que preferimos sempre seguir a esperança, mesmo quando deveríamos temer pelas conseqüências de nossos atos, e dessa maneira fazemos pouco caso da prudência, quando há alguma possibilidade de ganho¹⁰⁸. Guicciardini não pretende afirmar a maldade natural dos homens, mas sim sua fragilidade. Segundo ele os homens tendem ao bem, “mas é tão frágil a natureza dos homens e são tantas as ocasiões no mundo que nos convidam a praticar o mal, que os homens se deixam facilmente desviar do bem”¹⁰⁹. Essas considerações de ordem geral servem de referência para o observador dos homens em todas as condições. Quando os objetos são os “interesses materiais e o poder” é preciso reconhecer que há mais homens capazes de fazer o mal do que praticar o bem¹¹⁰.

Poderíamos pensar como alguns intérpretes que Guicciardini se enreda em aporias e contradições ao longo dos *Ricordi*, sobretudo, quando os temas tratados são de natureza mais geral e não dizem respeito a questões bem determinadas¹¹¹. O próprio fato de que ele se interesse por considerações gerais pode soar estranho em um pensador que faz questão de afirmar a prioridade da observação dos fatos particulares sobre as considerações universais. Mas antes de criticarmos o autor pela falta de sistematicidade

¹⁰⁷ FRANCESCO GUICCIARDINI. *Ricordi*. N° 41. p. 60.

¹⁰⁸ “La ragione di questa fallacia è che negli uomini può ordinariamente molto più la speranza che el timore”. FRANCESCO GUICCIARDINI. *Ricordi*. N° 62. p. 83.

¹⁰⁹ FRANCESCO GUICCIARDINI. *Ricordi*. N° 134. p. 161.

¹¹⁰ FRANCESCO GUICCIARDINI. *Ricordi*. N° 201. p. 235.

¹¹¹ Palumbo discute essa questão mostrando que “il solo critério di sistemazione è la progressione numerale, código neutro e imparziale”. MATTEO PALUMBO. *Gli orizzonti della verità*. P. 103.

de seus escritos, é preciso lembrar tanto a regra de sua composição quanto sua estruturação interna.

Quanto ao primeiro ponto cabe lembrar que Guicciardini redigiu os *Ricordi* praticamente ao longo de toda sua vida, destinado-o à própria família. Trata-se assim de um escrito que se enquadra perfeitamente no gênero das recordações que os florentinos importantes costumavam redigir imaginando deixar para seus descendentes um guia que servisse para orientá-los tanto no mundo dos negócios quanto na política. É inegável que o escrito de nosso autor ultrapassou em muito o alcance da maioria das peças desse gênero, mas guardou as marcas de sua origem e por isso manteve a destinação familiar no horizonte de sua composição, o que afasta a possibilidade de que tenha sido composto à moda dos tratados escolásticos, que em outras esferas servia de modelo de filosofia sistemática, ou mesmo à moda dos escritos humanistas, que se contrapunham aos primeiros, mas que também seguiam cânones bem precisos de expressão e de escolha dos temas. Guicciardini quis deixar para os seus o legado de suas reflexões teóricas sobre temas essenciais da condição humana e não um livro de filosofia. Se perdermos essa referência, corremos o risco de ler os *Ricordi* com uma chave de leitura externa tanto ao gênero ao qual originalmente pretendia pertencer quanto aos conteúdos centrais em sua elaboração.

Em conformidade com as observações anteriores devemos lembrar que a redação de cada um dos *ricordi* conheceu uma história própria. Alguns datam do começo da carreira do autor e foram reescritos várias vezes. Outros comparecem apenas na última redação à qual estamos nos referindo aqui. Como mostra Scarano, é possível listar cinco redações entre 1512 e 1530¹¹². Em momento algum a ordenação do texto obedeceu à idéia de conferir-lhes sistematicidade. Pelo menos não há nada na biografia do autor que sugira isso e, mais importante, não há nada no próprio texto que mostre que o autor pretendia harmonizar os conteúdos em uma seqüência logicamente coerente.

Há, no entanto, um outro ponto que deve ser levado em consideração. Guicciardini sempre desconfiou daqueles que tentam raciocinar sobre temas universais e alegam máximas absolutas a cada problema que analisam. Ora, não há razão alguma para que tenha abandonado essa preocupação no momento em que consolidava suas reflexões de tantos anos. Nesse sentido, é mais razoável supor que cada *ricordo* deve ser lido como a expressão do pensamento do autor sobre um tema particular, ou, mais

¹¹² E. SCARANO. *Guicciardini e la crisi del Rinascimento*. Roma-Bari: Laterza, 1982, p. 61.

importante, a visão teórica de um problema de um ponto de vista que era necessariamente limitado. Portanto, não há razão para fazer da descoberta de contradições entre as diversas partes do escrito uma ferramenta para sua compreensão. O melhor caminho parece ser o de buscar descobrir o campo de aplicação de cada reflexão e a partir daí analisar seu alcance e sua consistência. A descoberta de contradições entre partes é produtiva apenas se os trechos analisados se referem explicitamente ao mesmo tema. Nesse caso, no entanto, a comparação deve ser feita entre *ricordi* que o autor explicitamente quis associar e que estão colocados lado a lado no livro.

Os *Ricordi* são uma obra explicitamente constituída sem preocupação com o caráter sistemático de seu conteúdo. Esse é o ponto de partida necessário para sua leitura e compreensão. Isso dito, nada nos impede de apontar seus limites e os limites da filosofia expressa voluntariamente sob uma forma literária adequada para memórias familiares e que expressa uma dúvida quanto à capacidade do homem de chegar a conteúdos universais sobre temas que tocam a condição humana. Como veremos no capítulo dedicado à discussão com Maquiavel, Guicciardini acaba caindo em aporias e encontrando dificuldades teóricas relevantes exatamente por suas posições sobre o problema da relação entre o particular e o universal, que são uma obsessão em seus escritos. Mas deixemos por enquanto essa preocupação para analisar a repercussão que sua concepção, ou suas concepções, sobre a natureza humana tiveram na redação de sua última obra.

Na *Storia d'Italia* o pessimismo antropológico de nosso autor repercute diretamente nas descrições dos grandes personagens que analisa. Se em seus escritos juvenis havia uma grande preocupação com a objetividade das análises, na obra de maturidade a visão da natureza humana preside um conjunto de estudos que não poupa nenhum do analisados. No décimo capítulo do décimo quarto livro Guicciardini relata a morte talvez provocada por veneno do papa Leão X. Em frases rápidas, ele contrasta o que pensam os homens comuns, para os quais ele morreu “em grande glória e felicidade”, com seu próprio juízo¹¹³. Para ele o papa enganou a todos, pois, ao cabo dos anos, mostrou ser mais prudente do que se imaginava, mas de caráter muito pior. Essa observação, que serve claramente para demonstrar o que pensava nosso autor da forma como os homens julgam os governantes, encontrará sua expressão maior quando ele se

¹¹³ FRANCESCO GUICCIARDINI. *Storia d'Italia*. Livro XIV, cap X, p 1590.

dispuser a analisar a personalidade contrastante do dois papas Médici que conheceu tão bem.

O papa Leão X mostrou ser em seu pontificado um homem de pouca virtude e de agir com pouca habilidade em coisas que diziam respeito à manutenção de seu poder. Sua tendência à liberalidade levou-o a agir de forma tão desmesurada que “tornava vil a autoridade espiritual, desordenava o comportamento da corte e por gastar muito acabava tendo necessidade de conseguir mais dinheiro por vias extraordinárias”¹¹⁴. Esse perfil desordenado e mesmo cruel parecia coincidir com o juízo dos homens de seu tempo que atribuíam os méritos de seu pontificado, que também existiam, à prudência e capacidade de governo de Giulio de Médici o futuro papa Clemente, que o auxiliava em todas as decisões. O contraste inicial proposto é, portanto, entre um homem voltado para as diversões mundanas e para prazeres que “honestamente não se deve nominar”¹¹⁵ e outro “de natureza grave, diligente, assíduo no trabalho, alheio aos prazeres, ordenado e parcimonioso”¹¹⁶. Assim pensavam os homens de seu tempo e assim nos conduz a pensar Guicciardini, sobretudo quando relembra que no momento em que Giulio de Médici subiu ao pontificado era uma crença repartida que ele “faria as maiores coisas que jamais haviam sido feitas por aqueles que até então haviam ocupado aquela sede”¹¹⁷.

A arte de Guicciardini está em ser fiel aos fatos conhecidos em seu tempo e aos acontecimentos relacionados com os personagens estudados e ao mesmo tempo assinalar os limites das análises conduzidas por um “olho”, que se conforma com as aparências e a opinião dos homens. Para ele a prudência, que parecia ser a força de Clemente VII e que ele reconhece ser uma virtude política importante¹¹⁸, possui claros limites, quando aplicada ao mundo complexo da política. Clemente VII tinha de fato muitas qualidades, sobretudo no plano intelectual. Estudioso dos clássicos e dos humanistas sabia como poucos reconhecer os vários lados de uma questão. Apesar de ter “um intelecto muito capaz e notícia de todas as coisas do mundo, não correspondia no momento de tomar resoluções e executá-las”¹¹⁹. Sua indecisão era tamanha que conduziu a Itália a uma verdadeira catástrofe. Ora, os juízos iniciais que pareciam condenar Leão X e enaltecer Clemente VII se revelam falsos exatamente por não conter

¹¹⁴ Idem. *Storia d'Italia*. Livro XVI, cap XII, p. 1843.

¹¹⁵ Idem. *Storia d'Italia*. Livro XVI, cap XII, p. 1844.

¹¹⁶ Idem. *Storia d'Italia*. Livro XVI, cap XII, p. 1844.

¹¹⁷ Idem. *Storia d'Italia*. Livro XVI, cap XII, p. 1845.

¹¹⁸ Idem. *Ricordi*. N° 129, p. 156.

¹¹⁹ Idem. *Storia d'Italia*. Livro XVI, cap XII, p. 1845.

todos os dados do problema. A tendência dos homens de julgar pelas aparências, mesmo quando elas encontram forte apoio na realidade, se mostra falha exatamente por não recompor a complexidade do real e por conter a pressuposição de que é possível analisar a história a partir de proposições universais e abstratas. Para Guicciardini os objetos históricos são sempre particulares e enquanto tal é que devem ser estudados. É por deixar de lado esse princípio que muitos se enganaram sobre os dois papas Médici que em suas vidas mostraram-se ambos detentores de vícios e virtudes, que fizeram deles atores políticos importantes, mas limitados. O pessimismo de nosso autor não poupou nem mesmo aqueles a quem serviu.

As considerações antropológicas escondem, entretanto, um aspecto ainda mais radical do pessimismo do diplomata em seus últimos anos: a crença no papel determinante da *fortuna* nos negócios humanos. Para os que se acostumaram com a leitura dos tratados políticos de Guicciardini pode ficar a impressão de que ele apenas espousa uma percepção corrente no Renascimento de que a *fortuna* era parte integrante no processo de construção das relações humanas. Esse sem dúvida é o ponto de partida das considerações de nosso autor, mas o fato é que com o correr dos anos a experiência, que antes era o foco das atenções do pensador, acabou mostrando que havia uma zona cinza nos acontecimentos históricos, que não podia ser tratada da mesma maneira como as variações e as particularidades nas análises políticas. De fato Guicciardini nunca demonstrou grande apreço pelos estudiosos que rapidamente recorriam a generalizações, mas também nunca negou o fato de que era preciso atingir algum grau de considerações de ordem geral, para que os juízos políticos e históricos pudessem fazer sentido. As considerações sobre a natureza humana e a crença de que o mundo continha uma estrutura básica que se repetia faziam parte do primeiro conjunto de crenças, a percepção do alcance da *fortuna* iria radicalizar a desconfiança do diplomata quanto ao alcance de suas próprias análises do passado.

Como já mostrou Gilbert¹²⁰, Guicciardini não deixa de acreditar nos poderes da razão e em seu uso para compreender a marcha dos acontecimentos. O que se perde é a confiança juvenil de que podemos deixar de lado os outros elementos, ainda que reconheçamos sua existência, para pensar o mundo. Um dos efeitos da evolução do pensamento dele na *Storia d'Italia* é o retorno a algumas explicações teológicas para a história italiana¹²¹. De um lado prevalece, em acordo com muitos autores renascentistas,

¹²⁰ FELIX GILBERT. *Machiavelli e Guicciardini*. P. 244.

¹²¹ FRANCESCO GUICCIARDINI. *Storia d'Italia*. Livro I, Cap I, p. 3.

a idéia de que a corrupção domina o curso da história e de maneira muito específica a história italiana. Ao narrar a vinda de Carlos VIII a Itália nosso autor diz que ela foi precedida por muitos fatos “fora da ordem natural que aconteceram em muitas partes, o que encheu de medo os povos já apavorados com a fama da potência dos franceses”¹²². Em outro livro, ele deixa explícita a visão que tinha do estado de saúde das instituições italianas:

“A enfermidade da Itália era tal, e suas forças tão desgastadas, que não se podia curá-la com remédios ligeiros. Ocorre, como normalmente nos corpos cheios de humores corrompidos, que um remédio usado para sanar uma parte acaba gerando perigos ainda maiores”¹²³.

O que cai por terra é a idéia de que a prudência sozinha possa servir de guia para os atores políticos. Já no início dos *Ricordi*, ele lembra a importância de acompanhar a prudência pela experiência¹²⁴. Nesse caso a experiência ainda é referida como um procedimento que evita o equívoco das generalizações. Mas os limites da própria experiência aparecem e junto com eles aqueles da prudência, quando Guicciardini se dá conta que o que o mundo nos oferece é uma multiplicação de casos, que nem sempre podem servir de esteio para a análise pela *distinzione* uma vez que não contém todas as possibilidades necessárias para a decisão correta¹²⁵. Essa limitação da prudência, que aparece em muitas análises da *Storia d'Italia*¹²⁶, abre as portas para uma reconsideração do papel da *fortuna* nos negócios humanos, que consolida o pessimismo de Guicciardini como um traço dominante de seu pensamento nas obras de maturidade.

A referência ao papel da *fortuna* nos negócios humanos é uma constante no pensamento político florentino pelo menos desde o século XIV. Nesse sentido, a linguagem escolhida por nosso autor não é em si mesmo inovadora e não revela a necessidade de romper com a tradição, pelo menos na escolha dos principais operadores conceituais. O que se deve observar é o uso que Guicciardini dá a cada um dos conceitos que mobiliza e a maneira que eles integram uma visão de mundo cada vez mais pessimista. No começo de sua carreira ele tinha grande confiança na razão como força de cálculo e previsão. Esse recurso, no entanto, não excluía a referência à *fortuna*,

¹²² Idem. *Storia d'Italia*. Livro I, Cap IX, p. 81.

¹²³ Idem. *Storia d'Italia*. Livro VIII, Cap I, p. 785.

¹²⁴ Idem. *Ricordi*. Nº 10. p. 17.

¹²⁵ “...considerando dua o tre casi che verisimilmente possono accadere, e in su quegli fondare la deliberazione loro como se fussi necessario venire uno degli casi. Avvertite che è cosa pericolosa, perché spesso o forse el più delle volte viene uno terzo o quarto caso non considerato e al quale non è accommodata la deliberazione che tu hai fatta”. FRANCESCO GUICCIARDINI. *Ricordi*, n.º 182, p. 213.

¹²⁶ Idem. *Storia d'Italia*. Livro XV, cap V, p. 1680.

mas apenas o peso que lhe era concedido. Nesse particular não se deve confundir o uso da noção de *ragione* no início do século XV na Itália com aquele do século XVII. Se de fato a razão é um fator de equilíbrio no pensamento de nosso autor, ela não é vista como uma faculdade do espírito capaz de descobrir as leis da natureza ou sua linguagem. Sua operação se dá ao lado de outras características do ser humano e, sobretudo, em um mundo permeável tanto aos desígnios da providência divina quanto aos poderes da *fortuna*. Assim, mesmo quando dominava o pensamento de Guicciardini, a *ragione* estava mais próxima da prudência do que da razão calculadora dos pensadores posteriores.

O que vai mudando com a observação contínua do mundo político para nosso autor é a confiança na capacidade humana de lidar com as forças que compõem o cenário da história. Na *Storia d'Italia* o par conceitual dominante passa a ser corrupção-*fortuna*. Ao sentimento de que a Itália se afundou ao longo das últimas décadas em um processo irreversível de decadência se junta a percepção de que os homens:

“quando tendo diante dos olhos os erros vãos ou a cupidez presente, esquecem-se das variações da *fortuna* e, usando em detrimento dos outros o poder que lhes foi concedido para atuar em favor da saúde da comunidade, se transformam, seja pela pouca prudência ou pelo excesso de ambição, em autores de novas perturbações”¹²⁷.

A mudança de posição de Guicciardini se opera, portanto, pela consideração da importância que os diversos conceitos ocupam em suas análises. A principal alteração é justamente aquela concedida à posição da *fortuna*.

Nos *Ricordi* Guicciardini chega a admitir que algumas vezes os tolos possam agir melhor do que os sábios pelo simples fato de que “o sábio, quando não é constrangido pela necessidade, se remete com freqüência à razão e pouco à *fortuna*, enquanto o tolo (*pazzo*) se remete muito à *fortuna* e pouco à razão”¹²⁸. Ora, a natureza da *fortuna* é tal que ela impõe limites a ação humana, que não podem ser superados pela simples evocação da prudência ou da vontade¹²⁹. O homem verdadeiramente prudente sabe que seu poder de contrariar a deusa é limitado e, portanto, ele deve estar preparado para o fracasso mesmo quando fez tudo certo. Sua trajetória política parece ser aos olhos do diplomata a demonstração clara de sua tese. Capaz de prever acontecimentos,

¹²⁷ Idem. *Storia d'Italia*. Livro I, cap I, p 3.

¹²⁸ Idem. *Ricordi*. Nº 136, p. 163.

¹²⁹ Idem. *Ricordi*. Nº 30, p. 45.

de não se deixar iludir com belas metáforas e mesmo de resistir ao uso abusivo de afirmações universais sobre os negócios humanos, ele viu sua prudência ser tragada pelo torvelinho incontrolável dos acontecimentos. A *fortuna* esconde um caminho, que não pode ser visualizado nem mesmo pelo mais experiente dos observadores, e é essa característica que lhe confere tanta importância nos negócios humanos. Se seus desígnios pudessem ser traduzidos em propósitos racionais, ou se sua linguagem pudesse ser descortinada pela razão, ela perderia sua força e poderia ser dominada pela razão. A constante observação da história de seu tempo levou Guicciardini a concluir pelo contrário e, por isso, a recorrer tantas vezes à imagem da deusa romana no curso de sua última obra.

O pessimismo de Guicciardini não implica, no entanto, que os estudos históricos sejam inúteis. A história permanece sendo o terreno mais fértil para o aprendizado da política e para o exercício da razão. Se os homens não podem vencer sempre a *fortuna* nada os impede de enfrentá-la e de alargar os horizontes da condição humana através do uso continuado da razão. Reconhecendo, portanto, os poderes da “deusa”, Guicciardini conclui que o único caminho para os que desejam compreender a política e a história e agir corretamente é o da análise racional dos fatos a partir da consideração de suas particularidades. A razão não pode derrotar a *fortuna* e a corrupção nem mesmo quando associada à prudência, mas é o território da afirmação de nossa humanidade. Nesse sentido, Guicciardini está em sintonia com o tema clássico da afirmação da dignidade do homem que foi tão importante no Renascimento desde o século XV.

Sua confiança na natureza humana aparece quando ele se refere às grandes navegações. Aludindo às conquistas de portugueses e espanhóis ele fala explicitamente da perícia de Colombo que “deve ser eternamente celebrada”¹³⁰, por ter descortinado novos horizontes para os habitantes da Europa e novas possibilidades técnicas. Nessa empresa se revelou o melhor da condição humana. Sua capacidade de superar limites e desafios e, sobretudo, de criar e descobrir novos mundos, contrariando francamente as idéias dos antigos, que nada sabiam das populações indígenas. Essas descobertas nos colocaram em contato também com populações que “simples em seus costumes e contentes com o que produz a benigna natureza não são atormentadas nem pela avareza nem pela ambição”¹³¹. Tudo isso permite-nos vislumbrar tanto novas possibilidades para a organização social, ainda que Guicciardini em momento algum sugira que

¹³⁰ Idem. *Storia d'Italia*. Livro VI, cap IX, p. 644.

¹³¹ Idem. *Storia d'Italia*. Livro VI, cap IX, p. 643.

devamos imitar os povos da América, quanto a capacidade do homem de explorar novas fronteiras em todos os domínios. Mas o pessimismo de nosso autor para nesse ponto a marcha da esperança. Observando o comportamento dos espanhóis, ele observa que se preocuparam em primeiro lugar com a procura do ouro e com a espoliação das riquezas dos habitantes ingênuos do novo mundo. No lugar de dar origem a uma nova civilização e a contatos com povos diferentes foram guiados pelas mesmas forças que produziram a corrupção da Itália. Dando vazão a certos traços da natureza humana, abriram as portas para a *fortuna*, que rapidamente ocupa o terreno das ações humanas, quando esquecemos de sua presença e de sua força. Mais uma vez história e política se encontram constituindo o tecido do mundo conturbado e difícil de nossa humanidade.

CAPÍTULO II

UMA REPÚBLICA ARISTOCRÁTICA: O *DISCURSO DE LOGROGNO*

Quando partiu para Espanha para sua missão diplomática, Guicciardini tinha menos de trinta anos e uma sólida ligação com as famílias aristocráticas de sua cidade natal. Nos anos que se seguiram à expulsão dos Médici em 1494 a cena política florentina foi conturbada não apenas pela agitação dos que se opunham ao regime liderado por Savonarola, mas também pelo desenvolvimento de um ideário que consolidava no novo ambiente republicano um pensamento ligado aos valores da velha aristocracia. Frustrados em seu desejo de ocupar um lugar preponderante na cena política, forçados a conviver com novos atores, que passaram a agir cada vez mais de forma desenvolvida nas arenas do poder, as famílias florentinas buscaram ocupar novos espaços reforçando sua participação nos mecanismos de decisão e circulando suas idéias de forma cada vez mais agressiva. Velhos aristocratas como Bernardo Rucellai¹³², que haviam contribuído para a queda dos Médici, menos por razões ideológicas e mais por acreditar que o sucessor de Lourenço era inapto e conduziria Florença ao caos, se viram prisioneiros de um jogo político que não controlavam e do qual não eram os únicos beneficiários. Se nos dias que se seguiram à partida da família que durante tantos anos monopolizara a vida política florentina eles trabalharam com a certeza de que eram os novos mestres da cidade, a seqüência dos acontecimentos mostrou que estavam inteiramente enganados. O caráter popular que Savonarola introduziu nas instituições que inspirou, e o alargamento da base dos que participavam do governo a partir do ano de 1502 com a chegada de Soderini ao posto de *gonfaloniere*, mostrou que a velha aristocracia mais uma vez teria de lutar para assegurar a fatia de poder que julgava merecer.

Não podemos refazer aqui o estudo desse período da história florentina, que tanto tem interessado aos especialistas, mas é preciso prestar atenção a alguns aspectos das transformações sofridas por Florença, se quisermos compreender a trajetória de seu

¹³² J.G.A. POCOCK. *The Machiavellian Moment*. Princeton: Princeton University Press, 1975, p. 114-120.

pensamento político. Ora, mesmo sem nos debruçarmos sobre os dados biográficos analisados por Ridolfi¹³³, é preciso lembrar que os anos que se seguiram à queda dos Médici até seu retorno ao poder em 1512 correspondem à fase de formação de Guicciardini tanto no tocante à profissão que escolheu quanto ao ideário que abraçou em seguida. Seu pensamento será bastante afetado por suas experiências posteriores na vida pública, mas é inegável que seus escritos guardaram os traços dos temas da época, as estratégias de argumentação e, sobretudo, o vocabulário de um debate, que foi marcado de forma inequívoca pelas cores sombrias, que tingiram o panorama italiano depois que seu território se transformou no campo de batalhas da Europa.

Durante o século XV a aristocracia florentina fez do humanismo e de seus valores sua principal ferramenta ideológica¹³⁴. Seguir o programa composto pelo estudo da gramática, da retórica, da poética e da história servia para criar homens ilustrados, mas devia também preparar para a vida pública e para o papel que cabia aos membros da elite¹³⁵. Por isso a retórica tinha um papel tão importante. Os humanistas desejavam formar jovens que pudessem eles mesmos dar continuidade à recuperação dos textos do passado, mas ao mesmo tempo assegurar o domínio sobre os mecanismos de decisão da cidade. Num contexto de elogio da participação dos cidadãos, mesmo quando o número dos que efetivamente podiam participar era muito restrito, a arte de se expressar e de persuadir era essencial para a continuidade do projeto de poder associado à aristocracia. Não é fortuito, portanto, o fato de que a consolidação do poder dos Médici ao longo da segunda metade do século XV tenha se acompanhado pelo abandono dos temas republicanos em favor de um humanismo mais preocupado com questões metafísicas, com aquele defendido por Marsílio Ficino. De qualquer forma, a semente republicana já havia sido lançada e permaneceria ativa por muito tempo na vida política italiana.

Guicciardini era apenas um menino quando Savonarola irrompeu na cena política e não havia completado vinte anos quando Soderini assumiu o poder decepcionando com sua fidelidade às mudanças institucionais promovidas em 1494 uma parte significativa da aristocracia. Já tivemos a ocasião de mostrar como ele se mostrou capaz de produzir um juízo equilibrado sobre o monge de Ferrara e como soube perceber a importância da presença na Itália das potências estrangeiras.

¹³³ R. RIDOLFI. *Vita di Francesco Guicciardini*. Milano: Rusconi, 1982, P 20-75.

¹³⁴ LAURO MARTINES. *Power and Imagination. City-states in Renaissance Italy*. New York: Vintage Books, 1980. p 192-200.

¹³⁵ Idem, p. 192-193.

No primeiro capítulo mostramos como Guicciardini foi marcado pelo humanismo florentino e conservou essa herança durante toda a vida. Mas, depois de 1494, os instrumentos fornecidos pelos pensadores florentinos do século que terminava tiveram de ser confrontados à consciência cada vez mais nítida de que o mundo mudara e que Florença estava sendo afetada diretamente por essas mudanças. Uma das conseqüências mais diretas disso foi o aparecimento de um novo vocabulário político, de novos problemas e de uma preocupação quanto à identidade e ao futuro da cidade, que não estavam presentes nas gerações que viram o humanismo italiano se desenvolver. Guicciardini dá mostras em seus primeiros escritos de ter sido fortemente afetado por essas mudanças e de ter sido capaz de incorporá-las em suas análises e estudos posteriores. Sabemos desde os estudos pioneiros de Gilbert¹³⁶, que os homens políticos florentinos trouxeram para os debates públicos e para seus escritos uma angústia com o futuro e a desconfiança de que não podiam mais apelar para o passado para compreender o que estava acontecendo com a cidade. Novos temas apareceram, novas preocupações e, sobretudo, um novo vocabulário.

Exposto às diversas influências derivadas da posição de sua família na vida da cidade, de seus estudos e de sua enorme ambição, Guicciardini soube muito cedo colocar no centro de suas preocupações as idéias e dados que a realidade florentina desvelava para seus estudiosos e atores políticos. Três questões passaram a fazer parte do vocabulário político de Florença e se refletiram diretamente nos escritos de Guicciardini: o problema da renovação das instituições, a questão da participação política e o papel da força nas relações políticas. De forma diferente, mas constante, elas marcaram a crise do pensamento político italiano e forneceram os elementos de sua renovação.

Renovação, participação e força.

O tema da renovação não era estrangeiro aos pensadores humanistas e nem aos religiosos. Diante das dificuldades crescentes da Igreja católica em suas relações com as cidades italianas e com as monarquias européias, cresceu na segunda metade do século XV a crença, entre governantes, filósofos e membros das classes mais populares, de que era preciso mudar a Igreja romana, para que ela pudesse fazer face à corrupção que a devorava. Essa percepção fazia parte de uma tradição popular italiana de criticar a vida

¹³⁶ Ver sobretudo suas duas obras: F. GILBERT, *Machiavelli e Guicciardini*. Torino: Einaudi, 1970; *Machiavelli e il suo tempo*. Bologna: Il Mulino, 1977

dos clérigos, mas encontrava abrigo também nos textos sofisticados de Marsílio Ficino e de Pico della Mirandola. Por isso, quando Savonarola criticou os costumes da Igreja e apelou para a renovação encontrou ouvidos atentos e acostumados à essa tópica.

Muito se discutiu a respeito do milenarismo do monge de Ferrara e de sua influência na vida política florentina¹³⁷. Pocock, por exemplo, foi um dos que insistiram no impacto das profecias de Savonarola, num momento em que o medo dominava até mesmo as mentes mais agudas¹³⁸. Parece fora de dúvida que ele influenciou a juventude de nosso autor, o que se torna ainda mais fácil de explicar se lembrarmos que seu pai, que tanta importância teve em sua vida, foi um discreto admirador do pregador, mesmo sem ter se convertido em um de seus seguidores fanáticos, como muitos membros da aristocracia florentina¹³⁹. A questão fundamental, no entanto, é aquela sobre os pontos efetivos de contato entre os dois pensadores e os traços que unem sua compreensão dos destinos da cidade. Nesse aspecto específico, acreditamos que podemos deixar de lado o lado profético de Savonarola.

Mas, se não vamos privilegiar esse ponto, isso não quer dizer que ele não seja essencial para a compreensão do papel de Savonarola na conformação do pensamento político florentino. Quando iniciou suas pregações no final de 1494, um dos temas essenciais foi justamente o da renovação, que se devia esperar da catástrofe que ameaçava Florença. Servindo-se da linguagem bíblica, ele afirmava: "E que cada um esteja na arca, pois esses serão a semente da renovação do mundo"¹⁴⁰. Apelando para o dilúvio bíblico como referência imagética, ele atraiu a população da cidade para um território que parecia ao mesmo tempo acordar-se com a percepção geral de que os tempos haviam mudado e que um grande perigo rondava a Itália. A ele acrescentou a esperança de que era possível encontrar uma saída para a tormenta que se abatia sobre todos.

Podemos nos contentar com a idéia de que a simples presença da linguagem profética de inspiração milenarista já era uma transformação de peso no cenário das elites florentinas e na vida política da cidade. Mas seria um erro considerar que esse era

¹³⁷ Sobre a questão do *millenium* em Savonarola ver: DONALD WEINSTEIN, *Savonarole et Florence*. Paris: Calmann-Lévy, 1973, cap V

¹³⁸ ATHANASIOS MOULAKIS. *Republican Realism in Renaissance Florence*. New York: Lahan, Rowman & Littlefield, 1998. p 80-85.

¹³⁹ Ver a esse respeito: : LORENZO POLIZZOTTO, *The Elect Nation. The Savonarolian Movement in Florence 1494-1545*. Oxford: Clarendon Press, 1994. p 20-65.

¹⁴⁰ GIROLAMO SAVONAROLA, *Prediche sopra Aggeo*. Roma: Angelo Belardetti Editore, 1965. p. 141

o aspecto mais relevante do pensamento e das ações de Savonarola. Os apelos ao milênio não eram um apanágio de suas pregações. Podemos mesmo dizer que faziam parte da tradição religiosa italiana, ainda que Florença não tivesse sido especialmente tocada por eles no curso das décadas finais do século XV. O que torna especial a atuação de Savonarola é o fato de que ele soube combinar um apelo de forte coloração profética e religiosa, com as tradições políticas florentinas.

Suas falas se apóiam em dois eixos diferentes: um moral e um institucional. No primeiro caso sua formação religiosa e a forte influência tomista se misturam para propor um modelo de ação que nada difere do de outros pregadores. As virtudes que privilegia são a humildade, a simplicidade e a caridade¹⁴¹. Nesse quadro até mesmo a herança aristotélica aparece esmaecida, pois o que importa é reconstituir um mundo guiado pelos valores da cristandade. Esse acento religioso não desaparecerá jamais dos sermões de Savonarola e certamente foram essenciais para estabelecer sua reputação de homem de fé, num clero que era visto com maus olhos por muitos florentinos.

Mas o ponto mais original da *démarche* do monge é que ele soube associar seu sonho milenarista à linguagem das instituições florentinas. Florença estava a seus olhos destinada a ser uma “Nova Jerusalém” e capitanear a renovação do mundo cristão, mas nem por isso deveria abrir mão de sua identidade de cidade marcada pela liberdade. Ao definir o papel que seus auditores teriam no processo de transformação, ele fala tanto aos cristãos quanto aos cidadãos livres de uma república. No interior de seus sermões, ele mistura o recurso à linguagem bíblica à discussões de natureza política. Isso fica claro quando sugere uma definição do que seja um cidadão: "cidadão quer dizer homem livre de sua cidade...", e ao mesmo tempo "não quer dizer servo"¹⁴². A renovação se daria pelo encontro entre os bons cidadãos e os bons cristãos, que só poderiam existir juntos no mundo que se anunciava.

A morte de Savonarola não arrefeceu sua influência sobre o pensamento político italiano. A idéia de que era preciso renovar as estruturas vigentes tornou-se um lugar comum não apenas daqueles que escreviam sobre política ou sobre a história das cidades, mas também dos homens políticos, que buscavam encontrar saídas para uma crise que se agravava cada vez mais. A grande novidade, portanto, foi implantar no vocabulário político a idéia de renovação, fazendo-a migrar do terreno religioso para a

¹⁴¹ Idem, p. 144.

¹⁴² Idem, p. 145.

esfera da política, na qual os humanistas haviam dominado com a tópica do retorno ao passado.

Pode parecer ao leitor contemporâneo que pouca coisa mudou em relação à geração de pensadores do começo do século XV. A verdade, no entanto, é que o apelo às fontes literárias e filosóficas do passado, como caminho para se pensar a política, e o reconhecimento das raízes romanas de Florença, fundamento de sua liberdade e autonomia, ajudaram a promover um clima de otimismo com relação ao futuro da cidade, mesmo nos momentos mais críticos do século XV. Se por vezes a independência da cidade parecia ameaçada, como na virada do século durante guerra com Milão, nada parecia abalar a confiança nas estruturas fundamentais da cidade. Ao contrário, o ano de 1494 abriu uma brecha no conjunto de crenças, que forneciam aos florentinos sua autoimagem. Falar de renovação a partir de então significou enfrentar um mundo no qual as amarras tradicionais da cidade já não possuíam a capacidade de fornecer a estabilidade tão desejada. Se o milênio como horizonte de regeneração não prevaleceu no mundo político, as razões que explicam o sucesso de Savonarola permaneceram vivas nas mentes mais poderosas. Nesse sentido, a estratégia do monge de misturar um discurso moral com um apelo à transformação institucional se tornou recorrente. A solução para a crise podia não ser a “Nova Jerusalém”, ainda que os florentinos continuassem a acreditar que eram privilegiados e protegidos por Deus¹⁴³, mas a idéia de que era através da criação de novas instituições que Florença iria encontrar forças para resistir à tempestade se tornou dominante.

O recurso ao “mito de Veneza”, estudado por muitos comentadores¹⁴⁴ implicava no apelo à imitação das instituições da república do norte, mas revelava, sobretudo, o imenso desejo de estabilidade. A análise das referências à Veneza em muitos dos textos da época pode surpreender o intérprete contemporâneo, pois muitas vezes o autor possui apenas uma visão aproximativa do funcionamento de suas instituições. O fato relevante, no entanto, é menos o da imprecisão das observações e mais o desejo florentino de encontrar um modelo estável para seu ordenamento institucional. Com Savonarola, como sintetizou Albertini, “o grito contra os tiranos, a demanda de uma reforma dos costumes, o *Consiglio grande* como fundamento da liberdade, a submissão da cidade ao Cristo Rei e a consciência da missão constituíram o credo político dos republicanos”¹⁴⁵.

¹⁴³ Nesse terreno as análises de Gilbert permanecem sendo uma referência obrigatória.

¹⁴⁴ J.G.A. POCKOCK. *The Machiavellian Moment*. P.117.

¹⁴⁵ RUDOLF von ALBERTINI. *Firenze dalla Repubblica al Principato*. Torino: Einaudi, 1970, p. 16.

Com sua morte desapareceu o traço dominante do milenarismo, mas não o vocabulário que se forjou na crise provocada pela invasão da Itália por forças estrangeiras. Dentre os temas essenciais que permaneceram no centro dos debates destacasse o da necessidade de se instituir um conselho com o maior número de representantes da sociedade para promover a estabilidade das instituições.

Esse tema não era novo na Itália, mas havia sido abordado de forma muito particular em Florença que, desde a crise dos *Ciampi* no final do século XIV, assistira a uma progressiva concentração do poder nas mãos das famílias mais poderosas e depois de 1434 daquelas que gravitavam em torno dos Médici¹⁴⁶. Em 1494, quando apoiou a criação de um *Consiglio grande*, à moda do *Consiglio Maggiore* de Veneza, Savonarola talvez não tivesse inteira consciência do passo que estava dando. O acesso ao poder conferido a parcelas da população que por muito tempo haviam sido dele excluídas alterava de forma definitiva o equilíbrio das forças políticas internas. Isso não quer dizer que a república florentina se converteu em um regime democrático no sentido moderno. Mesmo entre os aristocratas muitos defendiam o estabelecimento de um “*governo largo*” como a melhor maneira de garantir a predominância dos *ottimati* na vida política. O próprio modelo seguido contribuía para isso uma vez que Veneza, que há muito havia fechado as portas dos órgãos mais importantes da cidade às famílias de implantação recente em seu território, e que via com maus olhos a criação de novos mecanismos de participação, era conhecida pelos florentinos de forma muito aproximada¹⁴⁷.

Ao imitar Veneza, ou melhor, ao se servir do “mito de Veneza”¹⁴⁸, os florentinos acabaram criando uma linguagem nova para seus debates políticos, que seria utilizada intensamente nas primeiras décadas do século XVI, mesmo depois da queda definitiva da república em 1530¹⁴⁹. Cada autor, cada homem político, se esforçou a partir de então de definir suas preferências ou de guiar seus juízos pela idéia de que o governo da cidade deveria conter elementos de todos os extratos sociais e que segundo a mistura

¹⁴⁶ Para uma abordagem interessante do problema ver: L. MARTINES. *Power and Imagination. City-States in Renaissance Italy*. p 133-135.

¹⁴⁷ FELIX GILBERT, "La Costituzione Veneziana nel Pensiero Politico Fiorentino", in *Machiavelli e il suo tempo*. Bolonha: Il Mulino, 1977, p. 115-170.

¹⁴⁸ Ver : R. FINLAY. "The immortal republic: the myth of Venice during the Italian Wars (1494-1530). *The Sixteenth century journal*, vol 30, n 4 (1999), p 931-944.

¹⁴⁹ A esse respeito é interessante analisar a obra de Gianotti que mesmo no exílio continuou a se servir da referência ao *Consiglio Maggiore* para pensar a natureza do governo que desejava para sua cidade. DONATO GIANNOTTI, "Della reppublica de' Viniziani", in *Opere Politiche*. Milano: Marzorati, 1974, vol I, p 27-152

estabelecida seria um “*governo largo*” ou um “*governo stretto*”¹⁵⁰. Do ponto de vista teórico havia um claro ponto de contato com a idéia do governo misto de Aristóteles¹⁵¹. A referência à república do norte trazia, entretanto, o debate para o terreno legislativo, no qual a questão da natureza das instituições, e das leis a serem adotadas, não podia ser elidida, mesmo se isso fosse feito tendo como pano de fundo um conjunto complexo e nem sempre compatível de idéias.

Colocar o debate sobre a natureza do melhor regime para Florença em termos da escolha entre um *governo largo* e um *governo stretto* significou dar uma linguagem nova para o velho problema da participação na vida pública. Essa noção foi essencial para a consolidação do humanismo no começo do século XV e para a superação de alguns paradigmas do pensamento medieval, sobretudo no que dizia respeito à prioridade da vida contemplativa sobre a vida ativa¹⁵². Desde Salutati a idéia de que somente o cidadão ativo é capaz de erigir uma república livre se transformou num dos pontos fortes do pensamento humanista, sendo repetido por quase todos os que se debruçaram sobre o tema ao longo do século. O problema sempre foi, no entanto, o de definir as modalidades dessa participação e, sobretudo, quem seria chamado a participar ativamente na construção dos destinos da cidade. Para pensadores como Brunni não havia a menor dúvida de que a verdadeira cidadania era vivida por aqueles implicados diretamente nos negócios públicos, inclusive na manutenção de sua independência com relação às potências estrangeiras¹⁵³. Nesse sentido, o modelo por excelência era o do cidadão soldado, que não apenas opinava nos órgãos deliberativos da cidade, mas a defendia em armas quando ameaçada. O problema é que Brunni nunca imaginou que esse privilégio pudesse se estender à maioria da população. Sua ligação com a aristocracia da cidade sempre o levou a considerar que a cidadania ativa era um atributo restrito a uma certa parcela da população, em relação direta com a história das famílias, com o poder econômico e com o prestígio político. A revolta dos *ciompi* servia para uma boa parte

¹⁵⁰ Para uma análise mais ampla da vida institucional italiana no começo do século XVI, ver: MYRON P. GILMORE, *Il mondo dell'umanesimo*. Florença: La nuova Italia Editrice, 1977, cap. IV

¹⁵¹ O melhor estudo sobre como a idéia de governo misto se manteve viva no final da Idade Média e se incorporou ao patrimônio de idéias em voga na Itália do Renascimento segue sendo: JAMES M. BLYTHE. *Ideal Government and the Mixed Constitution in the Middle Ages*, Princeton University Press, 1992.

¹⁵² Esse é um dos temas fundamentais do último livro de Baron. Ver: HANS BARON. *In Search of Florentine Civic Humanism*. Princeton: Princeton University Press, 1989. 2 Vol. P 134-157.

¹⁵³ Para um estudo sobre o problema da guerra no Renascimento e, sobretudo, para uma edição do texto *De Militia* de Leonardo Brunni datado de 1421 ver: C.C. BAYLEY. *War and Society in Renaissance Florence*. Toronto, University of Toronto Press, 1961.

dos primeiros humanistas como um alerta para os resultados que se alcançavam quando o poder era dividido com pessoas de baixa qualificação¹⁵⁴.

O que mudou em 1494 não foi tanto a percepção de uma parte dominante da aristocracia florentina quanto à natureza do elemento popular, mas sim que a constituição de um conselho no qual a participação da população aumentava significativamente, mesmo se ainda estivesse muito distante do que conhecemos nas democracias contemporâneas, obrigava a repensar o significado da participação política. A partir desse momento o problema deixou de interessar apenas aos que efetivamente podiam aspirar a ocupar um cargo nos órgãos de poder mais importantes, mas também àqueles que pela primeira vez agiam no centro da cena pública.

Interessa-nos pouco o fato de que com a constituição do *Consiglio Grande* o número dos participantes permanecesse restrito. O fato fundamental é que o problema da participação passou a ser tratado na esfera da ordenação institucional e ganhou uma visibilidade que não possuía no século anterior. Nesse sentido, mesmo aqueles que, como Bernardo Rucellai, se opuseram à ordenação institucional de 1494 foram obrigados a debater o problema nos termos propostos pela oposição entre *governo largo* e *governo stretto*. Esse novo vocabulário permite-nos até hoje compreender, por exemplo, os termos do debate entre Maquiavel e Guicciardini como veremos em nosso quarto capítulo.

Uma outra modificação importante no vocabulário político foi aquela do papel da força nas relações políticas. No pensamento político humanista a força estava em primeiro lugar associada à guerra. No terreno das relações como o estrangeiro é óbvio que ninguém imaginava que se pudesse compreender um conflito sem um balanço adequado dos meios de destruição que podiam ser empregados e do controle que se deveria ter sobre eles. Havia também uma clara idéia de que o controle dos exércitos, ou dos soldados mercenários, era um fator essencial para a política interna das cidades. Nesse sentido, não há razão para supor que os italianos descobrissem de repente que a força fazia parte da política. Como mostrou Martines, a vida política florentina desde muito fora marcada por atos violentos expulsões e massacres, que não davam margem à idealização dos recursos que as diversas famílias que disputavam o poder estavam dispostas a empregar para conservar seus interesses¹⁵⁵. A grande novidade advinda na

¹⁵⁴ Para um estudo do universo social dos primeiros humanistas ver: LAURO MARTINES. *The Social World of the Florentine Humanists –1390-1460*. London: Routledge & Kegan Paul, 1963.

¹⁵⁵ L. MARTINES. *Strong words*. Baltimore: The John Hopkins University Press, 2001, p 249-273.

política italiana após o choque de 1494 foi a entrada da idéia de força diretamente no vocabulário político do cotidiano. Com a restauração dos Médici em 1512 passou-se a discutir abertamente o recurso à força como forma de manter o poder¹⁵⁶. Antes a simples menção dessa possibilidade indicava que o autor fazia a apologia da tirania, o que era simplesmente impensável. Com a crise do início do século XVI os escritores políticos não passaram a defender diretamente o uso da força contra outros recursos políticos, simplesmente incorporaram em seu vocabulário a força de tal maneira que passou a ser um dos elementos a ser pesado no momento de se tomar uma decisão. O sucesso dos exércitos estrangeiros, com o uso de novas técnicas de destruição, também contribuiu para uma certa desilusão quanto à velha maneira de se abordar a política.

O Diagnóstico da crise

O *Discorso di Logrogno* de maneira variada incorpora os três temas que abordamos. Guicciardini inicia seu texto prevendo um verdadeiro desastre para sua cidade que, segundo ele, “se não for ajudada por Deus, perderá sua liberdade e terá seu Estado destruído”¹⁵⁷. O apelo a Deus pode soar retórico para um leitor contemporâneo, mas fazia parte do imaginário político florentino e ganhara relevo maior desde Savonarola, que havia declarado ter sido a cidade escolhida por Deus para realizar grandes feitos. Para muitos florentinos apenas a ajuda divina salvara a cidade em muitas ocasiões. Mesmo antes da crise de 1494, a ajuda divina era usada por homens políticos como uma ferramenta para compreender como Florença havia conseguido resolver seus problemas em situações que lhe eram adversas. Essa referência constante à providência divina fazia com que um escritor a incorporasse como um operador teórico a seu pensamento de forma quase automática no começo do século XVI. Procedendo dessa maneira Guicciardini estava se inserindo em seu tempo e adotando sua linguagem, ao mesmo tempo em que procurava definir os termos do problema que lhe parecia mais candente: a decadência de sua cidade e o risco de que ela fosse tragada pelos acontecimentos.

Nesse diagnóstico inicial o que chama a atenção é o fato de que o jovem diplomata não hesita em colocar a possibilidade de dissolução eminente do corpo político como algo a ser considerado. O fato de que não escrevia para ser lido só agrava a percepção de que Florença corria riscos, pois ele escreve para si mesmo no seio de

¹⁵⁶ RUDOLF von ALBERTINI. *Firenze dalla Repubblica al Principato*. P 33-36.

¹⁵⁷ FRANCESCO GUICCIARDINI. *Discorso de Logrogno*. *Opere*. Torino, UTET, 1983, p. 249.

uma corte estrangeira, que fazia parte do conjunto de forças que ameaçava a sobrevivência da cidade em dois de seus pilares: sua liberdade e suas instituições tradicionais. A ameaça à liberdade deve ser medida pela maneira como esse tema era compreendido pela tradição política florentina.

O primeiro significado, o de independência com relação ao estrangeiro, era amplamente difundido entre os florentinos, em particular entre a classe dirigente. Como já mostrou Rubinstein, esse era o sentido dominante no começo do século XV e foi com ele que os primeiros humanistas solidificaram no imaginário político a idéia de que sua cidade tinha uma origem livre e deveria lutar para conserva-la¹⁵⁸. A primeira oposição à qual essa concepção se referia, no entanto, era aquela entre a comuna e o Império. Só com o enfraquecimento do Império e com as lutas contra as outras cidades italianas o sentido de independência ganhou contornos mais precisos. Ao longo do *quattrocento* a oposição principal com a qual os humanistas pensavam a política era aquela entre república e tirania. Em termos modernos *libertas* pode ser entendido como um apelo à soberania das pequenas cidades-estado contra o domínio das forças que reivindicavam no final da Idade Média um poder universal¹⁵⁹. Essa maneira de colocar a questão mascara, no entanto, o fato de que o problema da soberania interna não se misturava àquele da soberania externa e, por isso, uma república podia reivindicar sua condição de regime livre mesmo excluindo dos órgãos legislativos e deliberativos uma parte significativa dos cidadãos.

O segundo sentido, que também contribuiu para a criação da imagem de Florença como o de uma república livre, era o da participação dos cidadãos nos negócios públicos. Nesse terreno as coisas eram bem mais complicadas, pois, ao longo do século XV, a reivindicação de um alargamento da participação no poder era marginal nos textos humanistas. A discussão sobre a natureza da cidadania, muito influenciada pela tradução refinada das obras políticas de Aristóteles realizadas por Leonardo Bruni, não chegou a quebrar a convicção de que cabia a uma parcela pequena da população a condução dos negócios públicos¹⁶⁰. O exemplo sempre recorrente era o dos *Ciompi*. Quando Guicciardini escrevia seu discurso a situação havia se modificado. Na virada do século, as vozes favoráveis ao aumento da participação popular haviam ganho terreno a

¹⁵⁸ N. RUBINSTEIN, "Florentina Libertas", *Rinascimento*, 26 (1986), p 3-26.

¹⁵⁹ R. FUBINI, "La rivendicazione di Firenze della sovranità statale e il contributo delle *Historiae* di Leonardo Bruni", *Leonardo Bruni Cancelliere della Repubblica di Firenze*. Firenze: Leo Olshki, 1990, p 29-71.

¹⁶⁰ Uma abordagem clássica e útil do problema segue sendo: G. HOLMES. *The Florentine enlightenment, 1400-50*. Londres: Weidenfeld and Nicolson, 1969. p 32-63.

ponto de transformar o *Consiglio grande* numa ferramenta efetiva de democratização da república, pelo menos para os padrões da época. Por isso, um aristocrata convicto como Guicciardini não deixou de lado essa questão e não se furtou a ecoar o segundo significado de *libertas*, quando alerta para as ameaças que pairam sobre sua cidade. Mais uma vez o fato de que ele escreve para si mesmo serve para mostrar como o alargamento da base do poder havia se tornado em um dado do problema institucional, mesmo para os que não o desejavam ou a ele se opunham abertamente.

As duas razões alegadas para a apreensão de Guicciardini fornecem a pista para o caminho que pretende seguir em sua argumentação. Em primeiro lugar, ele alega que a presença das potências estrangeiras no solo italiano e a fragilidade do sistema de defesa das repúblicas colocavam a questão das milícias no centro dos debates. Em segundo lugar, ele lembra que a vida institucional de sua cidade está muito distante daquela de uma república bem ordenada e que, por isso, a discussão sobre “a forma de governo” se fazia urgente¹⁶¹.

Discutir a “forma de governo” e as medidas para salvar Florença da catástrofe estarão no centro dos debates políticos do começo do século XVI. O recurso ao passado da cidade permanecerá vivo, mas a herança institucional deixará de ser meramente simbólica, para ser explorada em seus aspectos práticos. A simples alegação do passado livre da cidade não será mais suficiente diante da consciência de que as mudanças vividas pela Itália haviam alterado os termos do problema. Com o retorno dos Médici em 1512 o debate ganhará contornos ainda mais dramáticos, pois, para muitos pensadores, Maquiavel em particular, ficará claro que a oposição entre os dois aspectos da *libertas* havia se tornado inoperante numa realidade que não permitia mais a simples separação dos problemas ligados à autonomia e aqueles relativos à ordenação institucional. Guicciardini a seu modo também revela uma clara consciência da alteração dos dados essenciais para uma reflexão sobre a política em seu tempo quando declara, sem mediações retóricas, que a corrupção ganhara uma boa parcela da vida política da cidade e que “essas razões o faziam esperar pouco, mas não desesperar, porque acredito que uma boa parte pode ser sanado e que, embora a cura seja muito difícil, não é impossível”¹⁶².

¹⁶¹ “La seconda ragione è che el vivere di una buona republica, cosi nelle cose che concernono la forma del governo, come nelli altri costumi e modi nostri...”. FRANCESCO GUICCIARDINI. Discorso de Logroño. . P.249.

¹⁶² Idem, p. 250.

Ao falar do ciclo de corrupção das cidades e ao revelar sua percepção do estágio no qual se encontrava Florença, Guicciardini espousa uma velha tópica do pensamento político e fornece uma visão clara de seu pessimismo. Pocock insistiu sobre a herança platônica presente nas passagens iniciais do *Discorso*, assim como sobre os traços de relação com o pensamento de Savonarola¹⁶³. Ambas as referências nos parecem plausíveis, mas não explicam o encadeamento posterior dos argumentos do texto. Guicciardini certamente sofreu a influência do platonismo florentino. Como afilhado de Marsílio Ficino é possível que ele tenha sido conduzido muito cedo a apreciar o rigor e a beleza do pensamento platônico. Não há, no entanto, no texto marca explícita dessa convivência. Platão havia entrado para o universo intelectual dos florentinos desde as traduções de Ficino e a propagação de suas obras na Itália. Mas a presença de uma linguagem platônica no tratamento dado ao fenômeno da corrupção política não permite-nos ir muito longe na compreensão do texto. De fato, Guicciardini aponta para o caráter quase irreversível da degeneração das instituições florentinas e da grande dificuldade que será encontrada por aqueles que se dispuserem a enfrentar o problema. Essa descrição lembra Platão e sua descrição do caos que se instaura na cidade, quando a ação dos homens passa a ser guiada pela busca de satisfação dos apetites. Mas nada indica que nosso autor tivesse em mente os últimos livros da *República* de Platão, quando pensa nas soluções para os impasses de sua cidade natal¹⁶⁴.

Guicciardini apela para uma metáfora muito usada pelos clássicos, o do médico que enfrenta um doente terminal, e faz menção explícita à tarefa do legislador que deve “reduzir toda essa massa em uma matéria”, que só depois poderá ser trabalhada por mãos hábeis e capazes. Ora a figura do legislador, inspirada no demiurgo grego, tinha a tarefa de projetar e construir o corpo político definindo suas fronteiras. Sua obra possuía a marca dos seres extraordinários, capazes de alterar o destino dos homens fornecendo um novo lugar para suas vidas. O diagnóstico que apresenta de seu tempo sugere a necessidade de um tal ser, que poderia ser identificado com o “bom médico” ao qual ele faz referência. Esse hábil reformador de cidades, como o médico “espera com o uso de remédios resolver todos os males e criar uma nova disposição de todo o corpo, o que embora seja muito difícil e exija a presença de um bom médico, não é impossível”¹⁶⁵. Podemos ser conduzidos pela leitura dessa passagem a pensar que Guicciardini recorre a

¹⁶³ J.G.A. POCKOCK. *The Machiavellian Moment*. p. 123.

¹⁶⁴ Ver a esse respeito: J. HANKINS. "The Myth of Platonic Academy of Florence". *Renaissance Quarterly*. V. XLIV, 2, 1991 p. 429-75.

¹⁶⁵ FRANCESCO GUICCIARDINI. *Discorso de Logrogno*. P. 250

uma tópica clássica, para apoiar seu diagnóstico sombrio a respeito de Florença e termine por indicar um caminho difícil, mas desejável para a cidade.

No contexto do começo do século, nosso autor não teria necessidade de recorrer aos modelos clássicos, para chegar à imagem do “bom médico”. Alguns anos antes Savonarola havia se dirigido à população de Florença expondo seus males sem ambigüidades: "Ó Florença, eu não posso dizer-te... Ó Florença, se eu pudesse te dizer todas as coisas... Eu vi um enfermo coberto de chagas da cabeça aos pés, e veio um médico com vários unguentos para curá-lo, começou pela cabeça e vai procedendo pouco a pouco"¹⁶⁶. A cidade deve deixar o médico¹⁶⁷ operar, pois ele está destinado a reformar toda a Itália. Mas para que isso ocorra é preciso encontrar uma nova forma de governo e confiar que é possível fundar uma nova cidade: " Procurem dar uma boa forma ao vosso governo e não acreditem que seja impossível encontrá-la"¹⁶⁸. Mais a frente ele declara: " Não duvidem de que queremos uma cidade de Deus e não de Florença"¹⁶⁹. O bom médico é aqui o legislador poderoso, que transforma radicalmente o corpo corrompido em uma nova matéria, destinada não apenas a superar suas mazelas, mas também espriair sua força para todos os que com ela estiverem em contato.

Uma primeira leitura do texto de Guicciardini poderia sugerir que ele esposa tanto a descrição platônica do caos quanto a solução savonaroliana do demiurgo médico. A continuação do texto desmente essa tese. De fato nosso autor partilha com muitos florentinos o diagnóstico da profunda crise pela qual a cidade estava passando. Sua solução, no entanto, não apela para uma via extraordinária, substanciada por um demiurgo, mas se dirige a um grupo social preciso, que, a seus olhos, deveria assumir o controle do processo de renovação da cidade: “Não me desespero, entretanto, e espero que algumas mentes engenhosas e generosas apliquem seu talento, e que os homens sábios ponham nessa tarefa tanto empenho quanto colocam para ganhar dinheiro e fazer o mal, uma vez que as dificuldades da tarefa são muitas, mas a glória a ser alcançada é maior”¹⁷⁰. Reencontramos na figura dos “homens sábios” os “*uomini da bene*” que desde as *Storie Fiorentine* estavam destinados por Guicciardini a conduzir a política florentina.

¹⁶⁶ GIROLAMO SAVONAROLA, *Prediche sopra Aggeo* p. 165.

¹⁶⁷ "Popolo di Firenze, lascia fare pian piano e a poco a poco al medico", Idem , p. 167.

¹⁶⁸ Idem, p. 167.

¹⁶⁹ Idem, p. 168.

¹⁷⁰ FRANCESCO GUICCIARDINI. *Discorso de Logrogno*. P. 251.

O ponto principal a ser ressaltado, no entanto, é menos o da herança teórica colocada em uso para a descrição do problema político florentino e mais a solução apontada. Consciente dos riscos e perigos que corre a cidade, Guicciardini aposta na via institucional, ou melhor, na reforma das instituições como um caminho possível. Ele deixa de lado o apelo clássico à figura de um legislador único, para insistir na necessidade de uma solução pragmática dos problemas conduzida pelas mãos de poucos. Afinal, diz ele, mais à frente: “...todo o peso do governo se encontra nos ombros de poucos, e sempre foi assim em todas as repúblicas tanto antigas quanto modernas”¹⁷¹ Isso implica em buscar no terreno das leis e do arranjo institucional uma resposta para uma situação que a seus olhos é desesperadora, mas que pode ser modificada concentrando-se inicialmente em solucionar os problemas menores¹⁷².

O que deve ser levado em conta aqui é a combinação entre um diagnóstico pessimista e o realismo da solução, que se atém a ferramentas corriqueiras e conhecidas dos homens políticos de seu tempo: a reorganização do corpo legal e político a partir da ação de um grupo de homens bem determinados. Ao passar da figura mitológica do legislador, para o apelo direto a um grupo socialmente definido, Guicciardini faz mais do que explicitar suas preferências de classe; ele muda o eixo da análise. Se o texto é uma meditação do autor para se guiar no cenário conturbado no qual está vivendo, ele descarta o caminho tradicional e respeitado de sua época, para se apegar a uma visão realista da política. Os aristocratas deixam de ser uma preferência de classe, o que certamente eram, para indicar o caminho teórico que deve ser seguido pelos que não se dispõem a acreditar nas promessas do frade e nem no recurso puro e simples aos tesouros da tradição.

O *Discorso di Logrognò* não possui, no entanto, a marca radical do pessimismo do autor. Se sua visão da realidade já é temperada pela certeza das dificuldades que serão enfrentadas por todos os que se dispuserem a reformar a cidade, nada nele indica que essa ação seja impossível. Nesse sentido talvez seja o texto mais imaginativo e otimista de Guicciardini. Isolado de Florença, ludibriado por um príncipe que maneja as armas da dissimulação muito melhor do que o ainda inexperiente diplomata, ele se deixa levar pela aventura de imaginar um roteiro de viagem para uma república aristocrática, mesmo mantendo as amarras ao porto de origem. A palavra utopia já foi usada para

¹⁷¹ Idem, p. 277.

¹⁷² “e però io comenderei chi applicassi lo animo alle coseche hanno meno difficultà, e che si contentassi di quelle che per allora si potessino”. Idem, p. 251.

caracterizar alguns textos de Guicciardini, embora possa soar fora de lugar. Vittorio de Caprariis a usou para criticar o caráter irrealista de um projeto aristocrático na situação florentina. Para ele a crítica ao modelo aristotélico, que ele apresenta em alguns de seus textos, não é suficiente para livrá-lo de um jogo puramente abstrato com os elementos legais, deixando de fora as forças políticas concretas¹⁷³. Mas diante do caminho que seguirá seu pensamento e da forma como a elite de Florença lidará com o retorno dos Médici, a referência à idéia de organização política projetada para além do tempo presente, que caracteriza algumas utopias renascentistas nos aproxima, na chave do realismo político nascente, do exercício de imaginação de um autor que, distante de seu mundo, constrói um roteiro para sua reforma. Se não podemos atribuir a ele a imaginação desabrida dos verdadeiros utópicos, não podemos negar-lhe o poder de crítica exercido por suas refinadas projeções. Guicciardini não foi um utópico, mas não deixou de imaginar soluções mesmo quando as dificuldades pareciam barrar a via para qualquer solução mais imediata do nó institucional, que caracteriza a cidade no começo do século XVI.

O Estado e a força.

A alusão a uma reforma idealizada por Guicciardini nos instiga a seguir seus passos. Para não nos perdermos, é preciso começar pelo elemento que vinha galvanizando a atenção de todos os que pensavam a política naquele começo de século na Itália: a força. Guicciardini não difere de muitos de seus contemporâneos, Maquiavel em particular, ao colocar no centro de suas preocupações a constituição de um exército próprio. Podemos dizer que essa era uma forma tradicional de abordar o problema da força, mas era também a maneira que se impunha na Itália atravessada pelos potentes exércitos europeus. O fato é que esse panorama conflagrado havia modificado inteiramente o modo de ver a guerra de boa parte dos pensadores e homens políticos que, na esteira do humanismo do século XV, haviam discutido intensamente o problema dos exércitos próprios levando em consideração os benefícios e os riscos que impunham para a vida das pequenas cidades-estado.

Nos tempos que transcorriam, Guicciardini imaginava que um consenso era possível e ele não dependia de uma concordância quanto à forma do bom governo, pois “antes de mais nada era necessário pensar que a cidade tenha tanta força que possa pelo

¹⁷³ VITTORIO DI CAPRARIIS. *Francesco Guicciardini. Dalla politica all' storia*. Napoli: Il Mulino, 1953, p. 81.

menos defender-se e não tenha que temer todos os dias os insultos externos”¹⁷⁴. O que poderia servir de elemento mediador entre as diversas posições políticas era o fato evidente de que a independência da cidade estava ameaçada de maneira imediata e era preciso fazer alguma coisa. A vida na corte espanhola ensinou a Guicciardini uma dura lição sobre a política externa. Tratado com alguma deferência no início, ele logo percebeu que seu raio de ação era praticamente nulo. Essa percepção o convenceu da necessidade de se encontrar uma solução viável para o problema da sobrevivência de Florença enquanto um estado livre.

O fato de que Maquiavel na mesma época estivesse montando um exército com os habitantes dos condados sujeitos a Florença, só prova que em 1512 as posições distintas, que os dois autores ocupavam no cenário político, não os separavam, quando o assunto era a guerra. A crítica ao uso dos exércitos mercenários na defesa da cidade provinha de visões diferentes quanto à organização do Estado, mas confluía para um diagnóstico catastrófico quanto à real capacidade da cidade resistir aos perigos que a rondavam. Guicciardini defende sem ambigüidade o uso de milícias próprias¹⁷⁵ e oferece um quadro analítico de notável acuidade, quando comenta as razões que o levam assumir essa postura, que normalmente era associada aos defensores do *governo largo*, ou se quisermos usar uma linguagem moderna, aos defensores de uma república democrática. O que salta aos olhos em sua argumentação é que ele combina a percepção dos riscos da política tradicional florentina de contratar mercenários para sua defesa, com uma análise clara da situação financeira e econômica da cidade que, segundo ele, “tem muito menos capacidade de produzir riquezas do que antes”¹⁷⁶, além de ter convertido uma parte significativa de seu capital em investimentos na dívida pública (*Monte*), o que limitava ainda mais o uso dos mecanismos tradicionais de captação de recursos para a guerra¹⁷⁷.

O realismo de Guicciardini fica ainda mais claro quando sabemos que os maiores beneficiários dos empréstimos feitos ao *Monte* eram as grandes famílias, que para ele deveriam estar no centro do poder da república¹⁷⁸. Ora, as considerações de ordem política não o impedem de ver o verdadeiro imbróglio no qual se metera

¹⁷⁴ FRANCESCO GUICCIARDINI. Discorso de Logrogno. p. 251.

¹⁷⁵ “Non si può adunche disegnare che la città, come ha fatto in molti altri tempi, possa sostenere lungamente uno campo grosso di soldati mercenari e conduttizi; e mostra la necessità che egli è da pensare, non potendo valersi di forze esterne, di volersi reggere colle sue proprie e civile”. Idem. P. 252.

¹⁷⁶ Idem, p.251.

¹⁷⁷ Para uma análise interessante da evolução da dívida pública em Florença ver: A MOULAKIS. *Republican Realism in Renaissance Florence*. p 59-67.

¹⁷⁸ Idem, p. 63.

Florença. Sem capacidade de produzir riquezas no mesmo volume do passado e atolada num mecanismo fiscal, que não parecia poder ser desmontado no curto prazo, ela não tinha outra escolha se quisesse sobreviver no tumultuado quadro da Itália invadida do que assegurar sua defesa com forças próprias. Nesse sentido, Guicciardini recorre até mesmo ao exemplo dos romanos da Antigüidade –procedimento que ele mais tarde iria criticar nos humanistas e em Maquiavel-, para provar suas teses. Seu raciocínio estava fundando na idéia de qual era o fundamento das relações internacionais: a força. Num dos trechos mais instigantes do texto ele afirma:

“Não é outra coisa o Estado e o Império do que uma violência sobre os súditos mascarada por algum título de honestidade. Querer conservá-lo sem armas e forças próprias é o mesmo que querer exercer uma profissão sem os instrumentos que lhe são necessários”.¹⁷⁹

Os intérpretes do pensamento de Guicciardini têm insistido sobre o fato de que o que está em questão no trecho citado são as relações entre Estados e não as relações internas¹⁸⁰. Essa interpretação parece-nos correta e está ancorada na discussão anterior sobre a guerra. Dois aspectos, no entanto, devem ser ressaltados. Em primeiro lugar, ao tomar a força como elemento constitutivo essencial das relações entre Estados, ele antecipa de forma clara o que será um ponto importante das teorias contratualistas modernas. Se não podemos falar em contrato nesse momento e se nem mesmo a questão da soberania aparece de forma clara no pensamento de Guicciardini, fica explícito que ele tomava a força como um operador fundamental da política. Olhando do ponto de vista das relações entre Estados, ela era o conceito fundamental. Uma vez assegurada a independência do corpo político o máximo a que se poderia chegar era uma política de alianças. Respalda a própria sobrevivência na força dos outros, expunha apenas o total desconhecimento dos que defendiam essa posição quanto aos verdadeiros mecanismos que regem a política internacional.

O segundo ponto a ser considerado é que o jovem diplomata não se contentava com a simplificação aparente que suas considerações sobre o uso da violência introduziam no pensamento político. Se de fato era uma chave para compreender um aspecto da política externa e se a defesa das milícias próprias mostrara quais as conseqüências que deveriam ser retiradas desse princípio, o mais difícil era explicar de

¹⁷⁹ FRANCESCO GUICCIARDINI. *Discurso de Logroño*. P. 254.

¹⁸⁰ A MOULAKIS. *Republican Realism in Renaissance Florence*. P. 99. J.G.A POCOOCK. *The Machiavellian Moment*. P. 125.

que forma isso afetava a ordenação institucional interna. Construir uma república aristocrática, que fosse ao mesmo tempo um Estado livre nos dois sentidos usuais da palavra, era o desafio que o jovem diplomata pretendia enfrentar em seu isolamento na corte da Espanha. Se o traçado da fronteira entre o que era interno e o que era externo era fundamental para a definição da identidade da cidade, o que prevalecia depois era uma rede complexa de relações, que nem sempre podia ser pensada pela referência ao interno e ao externo. Pensar a guerra era tão importante quanto pensar a ordenação institucional.

República e Liberdade.

O desafio ao qual Guicciardini estava confrontado era o de projetar uma república que permitisse a fusão em suas instituições dos dois sentidos consagrados pela tradição para a *libertas*. A clareza com que ele aborda o problema da independência¹⁸¹ e da guerra transforma os termos do problema da liberdade interior. Sua posição, como de boa parte da aristocracia, era, no entanto, bastante complexa. Diante da instalação do *Consiglio grande*, e não podemos esquecer que nosso autor escreve ainda como um funcionário do governo de Soderini, não era mais possível se refugiar nos termos abstratos do passado, para definir a condição de participação na vida pública. Se Guicciardini pretende resguardar o papel da aristocracia no seio das instituições republicanas terá de conciliá-lo com as aquisições reais de poder por parte de camadas antes excluídas dos mecanismos de decisão. Nesse momento de sua vida não lhe ocorre propor um ordenamento institucional que simplesmente deixasse de lado as mudanças introduzidas em 1494.

A unidade interna é o primeiro passo de seu caminho. Seguindo uma tradição florentina de crítica às facções, Guicciardini explica que extirpar as discórdias era o primeiro passo para estabelecer a justiça, “que nas leis é fácil de ser estabelecida, mas é difícil de ser observada”¹⁸². Esse comentário não visa, como pode parecer, refutar o papel fundamental das leis no estabelecimento de um bom governo, mas chamar a atenção para o fato de que o essencial não é a redação da lei, mas sua observância, que depende de um número grande de fatores. Como ficará mais claro com o correr do texto, Guicciardini se preocupa fundamentalmente com o funcionamento do

¹⁸¹ A MOULAKIS. *Republican Realism in Renaissance Florence*. p. 98.

¹⁸² FRANCESCO GUICCIARDINI. *Discorso de Logrognò*. P. 255.

ordenamento jurídico e não apenas com a beleza de seus princípios ou mesmo a clareza de sua formulação.

É com essa chave que podemos compreender a crítica que endereça aos que pensam a ordenação jurídica da cidade em termos aristotélicos, pois, segundo ele: “não cabe disputar qual seja o melhor governo o de um, o de poucos ou de muitos, porque a liberdade faz parte da natureza de nossa cidade”¹⁸³. Para ele, a liberdade de Florença não era o fruto de uma mera escolha num quadro teórico de classificação dos regimes. Ela estava inscrita na história da cidade, o que para ele pode ser compreendida como a natureza da cidade. Recorrer à tradição nesse caso levaria a desconsiderar o objeto de estudo. A natureza de um corpo político está associada à sua história e não pode ser inventada do nada. Por paradoxal que possa parecer a associação entre natureza e história, ela sinaliza a forma de pensar de nosso autor, que sempre acreditou que o ponto de partida deveria ser a observação. Ora, no caso das cidades o que havia a ser observado era sua história e as peculiaridades do corpo político. Com isso ele evita ao mesmo tempo o relativismo em relação aos regimes possíveis e o puro determinismo, que seduzia a mente de alguns pensadores de seu tempo. Florença não estava destinada à liberdade como uma coisa natural, mas a tinha inscrito em seu corpo através de sua história e por isso poderia perde-la como tantas cidades no passado. No momento em que escreve o que importa é saber que a discussão sobre as instituições de Florença passa pela consideração de sua natureza livre.

Ao definir a liberdade, o significado de sua afirmação anterior fica ainda mais claro:

“Não é outra coisa a liberdade do que a prevalência das leis e das instituições públicas sobre os apetites dos homens particulares. Como as leis não possuem vida e não podem ser observadas por si mesmas, mas têm necessidade de ministros, isso é de magistrados que as executem, é preciso caso queiramos viver sob as leis e não submetidos a vontades particulares, que os magistrados não tenham nenhum particular e que não tenham que ter seu valor reconhecido por um ou por poucos, de tal forma que seriam constrangidos a governar a cidade segundo a vontade dos outros”.¹⁸⁴

Esse trecho traduz de forma inequívoca o sentido da liberdade para a tradição republicana moderna. Se ao longo do século XV a oposição entre república e tirania

¹⁸³ Idem, p. 255.

¹⁸⁴ Idem, p. 255.

guiava o olhar dos que buscavam uma definição do que era a liberdade, Guicciardini dá aqui um passo fundamental, para uma compressão mais ampla do conceito e de como ele pode ser formulado de maneira a incorporar os dois aspectos mencionados antes. A oposição com o tirano permanece válida, mas é tratada como um caso particular da definição mais geral e da oposição mais ampla entre uma vontade pública expressa em leis e as vontades particulares. Recorrendo à significação romana de *respublica*, ele aponta para o fato de que o tirano e os que querem impor sua vontade à cidade possuem a mesma raiz. Nos dois casos, é a particularidade da vontade que os opõe à liberdade da cidade e não seu conteúdo, ou o valor de suas reivindicações.

O ponto mais importante, no entanto, na definição oferecida é o de propor como eixo para a compreensão da liberdade a oposição entre o governo de leis e o governo das vontades particulares. A concepção de liberdade republicana, contrariamente ao que querem certos críticos contemporâneos do republicanismo, não está ancorada na afirmação da preeminência da ação de homens virtuosos sobre outros mecanismos de regulação dos apetites. Para Guicciardini, a ação é importante pelo simples fato de que as leis não possuem realidade sem os homens. Uma ordenação jurídica só será eficaz se tiver meios de obrigar os homens a respeitá-la. Caso contrário, prevalecem as vontades particulares e a luta desenfreada pelos interesses dos grupos que compõe o Estado. Na linguagem de nosso autor, isso descreve o funcionamento da política na lógica da força e não uma república. Como sugere Pocock, a república é justamente o regime que escapa dessa lógica¹⁸⁵.

República e Poder.

O projeto de Guicciardini se estrutura sobre a organização legal dos Estado e a distribuição do poder aos diversos grupos que compõem a cidade. Pocock e Moulakis se referem ao texto como um projeto de reforma constitucional, explicando o recurso a um anacronismo pelo caráter das discussões que são conduzidas não apenas no *Discorso di Logrogno*, mas ao longo de toda a obra de nosso autor. Embora possamos encontrar razões para o emprego do termo constituição para o estudo das várias possibilidades de ordenação jurídica do Estado, não nos parece que tenhamos um ganho conceitual expressivo ao nos servirmos de um anacronismo desse tipo. Com efeito, faltam ainda os elementos essenciais de uma teoria do contrato social e mesmo uma concepção sobre o

¹⁸⁵ J.G.A. POCK. *The Machiavellian Moment*. P. 125-127.

papel da constituição na construção da identidade dos Estados. A identidade das cidades-estado lhe era conferida por sua história e dependia muito mais do passado do que de uma formulação racional de seus fundamentos. O humanismo cívico será posto em questão pelos grandes pensadores do início do *cinquecento*, Maquiavel e Guicciardini em especial, mas continuará a fornecer as bases para a linguagem política corrente. Nesse sentido, o simples abandono das referências ao passado republicano de Florença era um passo que estava para ser dado na prática do poder dos Médici, mas que não era admitido abertamente por quase ninguém. Além do mais mesmo a defesa do abandono dos antigos pontos de referência conceitual por pensadores como Alamanni, sobre o qual falaremos mais tarde, não aproximava os defensores do principado de uma teoria constitucional tal como a concebemos na modernidade.

Guicciardini participa com seu discurso de um movimento que tomou conta da cidade após 1494 e que se estenderá até a metade do século, mesmo depois da derrota definitiva da república em 1530¹⁸⁶. A crise dos valores clássicos, a oscilação do poder entre os Médici a aristocracia e os defensores da república popular e a invasão da Itália criaram as condições para uma renovação do pensamento político, que tinha por pressuposto a urgência da reordenação das forças políticas de Florença em particular e da Itália em geral. Se os conceitos básicos do humanismo cívico continuam a valer e se a herança aristotélico-platônica ainda faz parte da linguagem do pensamento político, ninguém acredita mais que as soluções encontradas ao longo do último século sejam válidas no novo contexto. Essa certeza faz com que o discurso sobre a reorganização institucional se torne uma ferramenta importante não apenas para os que desejam pensar a política, mas também para os que como Guicciardini ambicionam participar ativamente da vida política de seu tempo.

O ponto de partida para o estudo da distribuição do poder na cidade deve ser a observação precisa dos dados do problema. Em primeiro lugar está a natureza da cidade que, como vimos, ancorada em sua história indica sua tendência à liberdade; o segundo ponto de referência é a natureza dos homens em geral. Segundo Guicciardini podemos nos fiar na “inclinação natural de todos os homens, que é a de seguir o bem, se seus interesses particulares não os desviam”¹⁸⁷. A idéia da bondade natural dos homens fazia parte da cultura cristã da época. O jovem diplomata não demonstra nenhum interesse em

¹⁸⁶ Uma ótima referência a esse respeito segue sendo: G. SILVANO. *Vivere civile e governo misto a Firenze nel primo cinquecento*. Bolonha: Patron Editore, 1985, p 70-114.

¹⁸⁷ FRANCESCO GUICCIARDINI. *Discorso de Logrogno*. P. 257.

se distanciar de seus contemporâneos nesse aspecto. Sua observação do funcionamento das instituições políticas leva-o, no entanto, a introduzir uma condição para a validade da proposição. Dispostos a seguir o bem por natureza, os homens podem ser desviados de seu caminho pela busca da realização de seus interesses particulares. Embora não tenha chegado a formular a idéia da construção de um domínio independente da política no terreno do conhecimento, como fez Maquiavel, Guicciardini deu à experiência e à observação um estatuto que por si só altera os termos do problema, sobretudo quando ele é pensado em uma chave exclusivamente aristotélica. O bem é a estrela polar de nossa natureza, mas a condição humana nem sempre encontra o caminho que nos liga a essa referência. A defesa dos interesses é algo tão comum e poderoso nos homens que faz com que não realizem plenamente sua inclinação natural.

A simples afirmação da contradição possível entre a tendência natural e a condição histórica dos homens não é um escândalo para um pensador cristão, uma vez que pode ser perfeitamente compreendida pela chave agostiniana, que coloca o pecado e o livre-arbítrio como parte das possibilidades humanas. Mesmo sem dizer explicitamente, Guicciardini não confere atenção à essa dimensão do problema e formulá-o em termos das conseqüências que uma tal possibilidade implica para a organização da vida institucional da cidade. A forma de governo, olhada pelo ponto de vista da distribuição do poder, é o que o interessa, mesmo se suas reflexões são feitas sobre o fundo mais amplo das considerações sobre a natureza humana.

Esse ponto tem um sabor especial para a contemporaneidade, pois mostra com toda clareza como uma teoria da república não está ancorada numa oposição de princípio entre virtudes e interesses, mas sim numa clara percepção de que o problema da ordenação política deve levar em conta as duas possibilidades presentes em nossa condição. Guicciardini pode ao mesmo tempo afirmar que os homens são “desviados” por seus interesses, quanto mostrar que praticam virtudes cívicas em conformidade com sua natureza. A questão maior do poder não é dessa forma tragada por paradoxos insolúveis, pelo simples fato de que ela existe independente das dificuldades que encontramos em pensá-la nos quadros de uma teoria política determinada.

Por isso a “solução” institucional de Guicciardini, seu projeto ou até mesmo se quisermos sua utopia, parte da observação das instituições em funcionamento em Florença e da história da cidade, para propor um novo modelo de organização. Para o aristocrata e diplomata “foi bem ordenado o *Consiglio grande* ao tornar-se acessível a

todos os que participavam do Estado”¹⁸⁸. Da mesma forma, outras instituições devem ser conservadas, o que leva nosso autor a declarar:

“São três os fundamentos de um governo livre e bom de uma república: o *Consiglio grande*, substância necessária para a liberdade, um *gonfaloniere* perpétuo ou pelo menos indicado por um longo tempo, e uma delegação seleta de um bom número de cidadãos para aconselhar e determinar todas as coisas importantes do Estado”.¹⁸⁹

O projeto de Guicciardini não é, portanto, o de colocar em questão as bases sobre as quais a política florentina funciona, mas encontrar um novo equilíbrio, que a faça funcionar melhor. Nessa busca o modelo de regime misto de inspiração aristotélica tem um papel evidente. Salta aos olhos a preocupação de nomear os três elementos constitutivos de um regime no qual as três formas não degeneradas de governo estão presentes: a monarquia –o *gonfaloniere*- a democracia –o *Consiglio grande*- e a aristocracia –a delegação dos homens de qualidade. O mérito do diplomata está menos em recorrer a uma herança, que tinha um papel importante na linguagem política de seu tempo, e mais em buscar adaptar tal linguagem aos problemas de sua cidade, mesmo ao preço de uma certa flutuação teórica. Sua fidelidade é aos dados fornecidos pela observação do desenrolar dos acontecimentos. O regime misto guia suas reflexões, mas não as determina.

O bom regime, aos olhos de Guicciardini, será aquele no qual prevaleçam os dois eixos da política florentina: a liberdade e a experiência dos “homens sábios”. Em outra linguagem, Florença conseguirá sair da crise se souber preservar a república e o lugar da aristocracia na determinação de suas políticas. Enunciado dessa maneira pode parecer que o desafio a ser enfrentado era uma simples reivindicação de grupo social no seio de uma disputa que já durava alguns anos. O projeto de nosso autor é algo bem mais complicado uma vez que pretende incorporar como parte do problema os impasses que dominavam a vida na cidade e não apenas idealizar um equilíbrio de forças, que não podia ser alcançado. Se pudéssemos falar de uma utopia realista esse seria um bom termo para explicar a natureza do projeto guicciardiniano.

O primeiro fundamento do Estado, o povo, é essencial para seu funcionamento, mas deve ser contido, para não produzir um desastre. Guicciardini antecipa o tema moderno da divisão dos poderes, mas ancora sua reflexão numa visão negativa do

¹⁸⁸ Idem, p. 256.

¹⁸⁹ Idem, p. 261.

elemento popular. Para ele o povo, representado no arranjo institucional pelo *Consiglio grande*, é capaz de escolher os magistrados, mas não de tomar decisões relativas aos destinos do Estado. Essa capacidade advém do fato de que a escolha não é determinada nem por um conhecimento aprofundado da política nem por uma bondade inata, mas pelo fato de que depende de um acordo que acontece naturalmente na cidade e que ele chama de “voz comum”. Embora não possamos ainda falar de opinião pública, Guicciardini formula o problema em termos que se aproximam notavelmente da maneira como o século XVIII o colocará. Para ele:

“A eleição dos magistrados, ainda que seja coisa de importância não é difícil de ser feita: o povo é guiado pela reputação e pela estima que tem pelos homens, o que nasce de uma voz comum (*voce commune*) de todos e não do juízo particular de cada um. Essa voz raramente erra, e quando isso acontece o resultado não é muito sério”¹⁹⁰.

A presença do povo na cena pública não se dá, portanto, por sua capacidade de produzir juízos equilibrados, mas por seguir um meio termo das opiniões que estabilizam a república. Convocado a participar de deliberações importantes, o elemento popular se torna uma presa fácil tanto do apetite de poder de indivíduos desmesurados quanto do próprio desejo de ocupar um lugar determinante na vida da cidade.

A natureza do pensamento de Guicciardini se revela inteiramente no momento em que nomeia as experiências do passado que, segundo ele, comprovam sua tese: Roma e Atenas em seu período democrático. Para ele a desordem das antigas repúblicas pode ser atribuída ao fato de que permitiam ao povo participar de deliberações referentes à guerra e aos impostos. O governo de Soderini cometia a seus olhos o mesmo erro, pois recorria ao *Consiglio grande* para tomar decisões referentes ao cerco de Pisa, o que devia ser decidido apenas por “homens sábios e experientes”.

Ao opor o povo aos “homens sábios”, Guicciardini expõe sua posição em favor da aristocracia e seu desprezo por uma concepção popular da república. Mas cometeríamos um erro de apreciação se acreditássemos que essa manifestação de suas preferências políticas fornece a chave para a compreensão de seu pensamento. Ao contrário, o interesse de seu escrito está justamente em que ele busca encontrar razões teóricas para uma preferência que não se desmente no plano da ação política. Sua crença nos “homens sábios”, ou nos “*uomini da bene*” das *Storie Fiorentine*, vai ser uma

¹⁹⁰ Idem, p. 258.

constante ao longo da vida, mas ele está longe de acreditar que se trata de um dado da natureza ou de algo que possa ser reconhecido como verdadeiro nos quadros de uma república. Referindo-se à necessidade de se recorrer aos homens sábios, ele demonstra ter consciência dos riscos e das resistências que essa posição implica. Isso ocorre não somente pela incapacidade dos homens do povo de compreenderem o correto funcionamento do Estado, mas “porque um dos mais importantes fundamentos da liberdade é a igualdade entre cidadãos, isto é que ninguém seja superior aos outros além de um certo limite”¹⁹¹.

A crença na liberdade e na igualdade obriga o pensador político a enfrentar o problema do equilíbrio institucional com outros olhos do que o do simples “partidário”, que escolhe seu campo na luta pelo poder. Fazendo uso da herança aristotélica, Guicciardini observa a tendência “natural de todos os povos, quando não são bem conduzidos, de fazer um uso insolente de sua liberdade”¹⁹². Tal possibilidade surge justamente do fato de que o princípio da igualdade, essencial para a liberdade, tende a ser universalizado pelos homens, passando a significar igualdade em tudo. Contra esse risco é fundamental instituir um poder capaz de tomar decisões rapidamente e sem o constrangimento das consultas aos órgãos nos quais todas as tendências estejam representadas. O que chamamos de poder executivo encontra aqui uma primeira formulação, embora as especificidades do cargo imaginado nos impeçam de ir muito longe nas aproximações. É evidente que ao defender a criação de um *gonfaloniere* Guicciardini está ao mesmo tempo sugerindo imitar o modelo veneziano e seu *doge* e recorrendo ao regime misto e à figura do monarca aristotélico. Mas mais uma vez essa não é a chave de seu pensamento.

O *gonfaloniere* impede que as decisões importantes para a sobrevivência da república sejam aprisionadas pelas disputas facciosas, que muitas vezes dominam os órgãos com uma ampla representação. No caso das leis que interessam a todos, o *Consiglio grande* pode ser usado, à condição que se pronuncie apenas quanto ao conteúdo final e não quanto ao processo de formulação¹⁹³. A “voz comum” funciona, quando se trata de medir o sentimento comum dos cidadãos, mas não quando são

¹⁹¹ Idem, p. 259.

¹⁹² Idem, p. 262.

¹⁹³ “Circa alle legge: non se l’hanno di primo colpo a venire al consiglio, perché saria questo di molta confusione e contro a ogni ordine di bene instituida republica, ma se quando le sono state deliberate ne’ luoghi più stretti, le abbino a avere la approvazione del consiglio o no. In che io mi resolvo facilmente che essendo le legge una cosa tanto universale e concernendo ogni membro della città, che la deliberatione sia in consiglio”. Idem, p. 264.

necessários juízos equilibrados ou ações rápidas e decisivas. Essas últimas só podem ser levadas a cabo por um poder unificado, que não dependa de uma série de consultas, cujo resultado é sempre incerto para funcionar. Ao mesmo tempo o *gonfaloniere* não pode ser deixado livre para operar da maneira que bem lhe aprouver. Chefe supremo da *signoria*, órgão por excelência de execução das políticas de Estado, ele poderia facilmente extrapolar suas competências se colocado diante de um grupo frágil de homens e temeroso do poder de um só.

Os argumentos de Guicciardini para equilibrar o poder do *gonfaloniere* são na verdade de duas ordens. Em primeiro lugar ele teme uma aliança entre o elemento popular e o dirigente maior da cidade. Com grande fineza de raciocínio, ele pressente o perigo na figura do tirano: “não basta a existência do *Consiglio grande* e do *gonfaloniere*, se não se procede de outra maneira, porque um *gonfaloniere* possuindo autoridade e reputação governaria tudo segundo seu arbítrio, o que seria uma espécie de tirania”¹⁹⁴. Repetindo os argumentos da tradição grega, segundo a qual o tirano muito freqüentemente era o fruto do encontro do desejo popular de se vingar dos desmandos da aristocracia e da ambição de um demagogo¹⁹⁵, Guicciardini aponta para os riscos que seu grupo político corria se fosse escolhido um *gonfaloniere* inescrupuloso e não fossem instituídos freios para sua ação. Se isso acontecesse a república corria grande risco de ser destruída.

O segundo grupo de argumentos está calcado na defesa de uma certa concepção de um regime no qual: “a primeira segurança que se deve ter em uma república é a de poder viver e agir livremente, sem medo de ser ofendido por homens particulares”¹⁹⁶. O excesso de poder contraria a essência de um regime livre, impedindo a manifestação das diferenças naturais que existem entre os cidadãos. O que devemos observar é que estamos diante de argumentos que possuem uma conotação muito diferente e que nos ajudam a compreender a verdadeira tensão que domina o pensamento de nosso autor. Ao falar da república como de um regime de leis, de igualdade e de liberdade de opinião, Guicciardini se alia a toda a tradição florentina e vai mais além ao formular seus princípios de forma clara e não contraditória. Todo o problema aparece no momento de transformar sua convicção quanto aos fundamentos de um regime livre em um ordenamento institucional equilibrado e de prevalência aristocrática. Nesse sentido,

¹⁹⁴ Idem, p. 260.

¹⁹⁵ Desenvolvemos esse ponto em: N. BIGNOTTO. *O Tirano e a Cidade*. São Paulo: Discurso Editorial, 1998, p 20-60.

¹⁹⁶ FRANCESCO GUICCIARDINI. *Discorso de Logrogno*. P. 269.

o alerta quanto aos riscos de que uma tirania pudesse se instalar em Florença é claro e explícito, mas não descreve corretamente a forma como a disputa pelo poder ocorria em sua cidade natal. Soderini era uma decepção para a aristocracia não porque tivesse se transformado em um tirano, mas por ter frustrado as expectativas de muitos aristocratas que o apoiaram e que imaginavam poder erigir uma república aristocrática nos moldes da que acreditavam ter existido no começo do século XV.

República e Aristocracia.

O verdadeiro desafio ao qual se propõe Guicciardini é o de encontrar os fundamentos teóricos e legais para uma república que fosse dominada pelo grupo social ao qual pertencia. Para ele não bastava se aliar aos homens que como Rucellai ambicionavam o poder¹⁹⁷, era preciso encontrar uma justificativa, que fosse ao mesmo tempo plausível do ponto de vista jurídico e passível de ser defendida uma vez aceitos os princípios fundamentais de uma república. No *Discorso di Logrogno* essa tarefa é executada ao longo de todo texto através da crítica ao modelo concorrente de uma república popular e pela busca de uma definição do que seja um poder baseado nos que Guicciardini acreditava serem os melhores.

Um ponto essencial no argumento a favor de uma república aristocrática é a consideração do papel da ambição na vida política. Embora os humanistas, Alberti em particular¹⁹⁸, já tivessem enfrentado o problema moral de conceder um valor positivo à ambição, cabia a Guicciardini demonstrar que sua valorização não era uma ameaça aos valores republicanos. Ele mesmo havia mostrado que a prevalência dos interesses particulares era um perigo para a sobrevivência da república. Ora, não havia como negar que os “poucos” desejavam governar e ter uma posição especial dentro da cidade. De nada adiantaria garantir-lhes um lugar nos diversos conselhos que presidiam a vida da cidade se não fosse estatuído um espaço específico, que correspondesse ao lugar histórico que a aristocracia tinha tido nas repúblicas. Guicciardini não se furta a defender o papel do grupo social ao qual pertence em Florença e chega mesmo a afirmar que sua importância pode ser verificada pelo exame da história das repúblicas:

“Porque em toda república bem ordenada em todos os tempos sempre se viu que é a virtude de poucos cidadãos que a rege. As obras gloriosas e as grandes ações

¹⁹⁷ Guicciardini na verdade estava longe de admirar um homem como Rucellai. Ver: G. SASSO. *Per Francesco Guicciardini. Quattro studi*. Roma: Istituto Storico Italiano per il Medio Evo, 1984. p. 70

¹⁹⁸ Essa tese se evidencia ao longo de seu tratado moral mais influente: L.B. ALBERTI. *I Libri della famiglia*. Torino: Einaudi, 1969.

sempre nasceram de poucos e pelas mãos de poucos, pois para conduzir as grandes obras e governar uma cidade livre é necessário possuir uma grande virtude que só se encontra em pouquíssimos”¹⁹⁹.

O que o argumento de Guicciardini tem de específico não é a afirmação da raridade dos grandes homens. Não havia um só ator político em Florença que não estivesse de acordo com essa afirmação. O que é fundamental em sua argumentação é que ele associa essa raridade dos “poucos” a um grupo social determinado. Não se trata apenas de mostrar que no plano da ação há uma desigualdade entre os homens, mas sim que “os poucos” se confundem com a aristocracia histórica da cidade. Nesse sentido, ele deixa de lado uma discussão que fora freqüente no século anterior sobre a verdadeira natureza da “nobreza”²⁰⁰, para defender o papel da ambição e do desejo de poder associado a uma determinada posição na escala social²⁰¹.

O apetite de grandeza, a vontade de realizar grandes coisas, essa “honesta ambição” é muito útil para a cidade²⁰². Homens timoratos, presos a caminhos já traçados de ação dificilmente serão capazes de fazer face aos desafios que a história trazia para as repúblicas italianas. Em momento algum Guicciardini afirma que não encontramos esse desejo de poder em homens do povo, ou que todos os membros da aristocracia eram capazes de agir com “honesta ambição” na cidade. Seu argumento é bem mais sutil na medida em que ele parte de um perfil do ator político privilegiado, para buscar a organização social que lhe permita agir em conformidade com sua virtude e capacidade de ação. Ora, ocorre que é entre os chamados “grandes” que encontramos o maior número daqueles que podem contribuir para a vida da república.

A solução institucional para o apetite de poder é o senado.

“Ordenados os extremos de um e de muitos, isto é o *gonfaloniere* e o *Consiglio grande*, é necessário pensar no meio, naquele conselho que reunirá os dois extremos, será o guia e o moderador de tudo de importante que ocorrer na cidade”²⁰³.

A seu cargo ficarão funções como a nomeação dos embaixadores, aprovar as medidas referentes à guerra e aos impostos, escrever e debater as leis que serão

¹⁹⁹ FRANCESCO GUICCIARDINI. Discorso de Logrogno. P. 274.

²⁰⁰ Entre os muitos exemplos desse tipo de debate podemos nos reportar a CRISTOFORO LANDINO. *De Vera Nobilitate*. Geneve: Droz, 1970. p 59-90.

²⁰¹ J.G.A POCOCK. *The Machiavellian Moment*. P. 133.

²⁰² “È adunche bene per eccitare questa onesta ambizione nelli spiriti grandi e dare loro occasione di operare cose gloriose, mostrare questo luogo e questa commodità di potere venire a uno grado che non può essere maggiore in una città libera”. FRANCESCO GUICCIARDINI. Discorso de Logrogno. P. 274.

²⁰³ Idem, p. 276.

submetidas ao *Consiglio grande* para aprovação²⁰⁴. Salta aos olhos que Guicciardini pretende transferir o nervo da vida política da cidade para esse órgão. A estabilidade da república depende do fato de que as principais decisões serão sempre tomadas em fórum restrito, para evitar a desordem que sempre nasce quando assuntos de grande relevância são submetidos aos conselhos dominados pelo elemento popular. A grande reivindicação de Guicciardini não é, portanto, a de destituir o povo de seu lugar no *Consiglio grande* e sim de evitar que ele delibere sobre matérias sobre as quais não possui nem a competência nem a devida virtude. Seu lugar deve permanecer simbólico sob pena de destruir por meio de suas decisões ineptas as bases sobre as quais repousa a sobrevivência da república. Ao defender o Senado como órgão central da cidade Guicciardini defende ao mesmo tempo o lugar privilegiado da aristocracia na cidade.

A posição de nosso autor no interior dos conflitos que dividiam a cidade não podia ser mais clara. Aristocrata de origem, ele busca encontrar um arranjo institucional que corresponda às suas convicções tanto teóricas quanto políticas. A seus olhos uma república aristocrática era a melhor solução. Florença no início do século XV havia expandido a participação popular, mas isso não tinha nada a ver com as democracias contemporâneas. Os defensores da república popular ainda se baseavam num espectro de participação na vida pública muito restrito se compararmos com as reivindicações que nascerão com as revoluções do século XVIII. Nesse sentido, não podemos compreender o *Discorso* se o tomarmos como uma defesa partidária e ideológica de uma classe. Há algo de partidário na argumentação de Guicciardini, mas não é isso que determina as linhas gerais de seu pensamento. O conservadorismo de nosso autor se situa dentro de um quadro de referência republicano. Em momento algum ele abandona a idéia de que a liberdade é o fundamento da vida política, ou que uma república possa existir sem um grande parcela de igualdade. O que ele tem de específico é o discurso sobre as competências e sobre a ignorância do povo. Para ele, a política está ligada tanto à defesa de certos valores quanto à possibilidade que os homens de valor encontrem meios de realizar sua ambição. Assim como Maquiavel alerta para os riscos de abafar as reivindicações populares e seu desejo de justiça, Guicciardini insiste sobre os riscos de deixar um grupo de homens competentes e ambiciosos sem um lugar importante na vida da cidade. Mas seu caminho não é o de romper a ordem institucional em favor da aristocracia, mas sim o de buscar uma ordenação jurídica que lhe garanta uma posição

²⁰⁴ Idem, p. 279.

adequada. O traço moderno de seu pensamento está justamente em reconhecer no terreno institucional o campo para a distribuição do poder. Uma república aristocrática continua sendo aos olhos de nosso autor a melhor solução para os problemas de Florença, mas jamais ao preço de sua liberdade.

Em agosto de 1512, quando Guicciardini terminava a redação de seu *Discorso* a situação de Florença era dramática. Assediada pelas forças espanholas a cidade tinha poucas chances de conservar sua independência e de continuar a buscar uma melhor organização de sua vida política sem interferência das forças externas. Em seu posto na Espanha Guicciardini recebia notícias esparsas da situação da cidade e mesmo depois da queda de Soderini permaneceu no cargo, quando já não fazia o menor sentido²⁰⁵. Essa falta de contato direto com a realidade de Florença não o impedia nem de perceber as chances e oportunidades, que se abririam com a derrota da república popular, nem de analisar corretamente o estado de corrupção das instituições florentinas. Olhando para o passado o jovem diplomata constata que “não começou hoje essa corrupção no mundo, mas já dura há muitos séculos”²⁰⁶. Em acordo com a tradição humanista, ele faz o elogio da grande obra legislativa de Licurgo, que em apenas um dia recolocou sua cidade no caminho reto da virtude e soube criar uma organização social que durou por muitos séculos.

A referência ao grande legislador não deve nos enganar²⁰⁷. Guicciardini declara sem hesitar: “Nós podemos apenas nos maravilhar e exclamar diante de uma coisa tão notável, mas transforma-la em ato não é lícito nem mesmo esperar, mas apenas desejar”²⁰⁸. Desesperado para voltar para sua cidade, ele não cessa de escrever para a família pedindo notícias e manifestando seu desgosto. A mudança de regime não o levava a acreditar que uma nova época de felicidade se abria para a cidade, mas não o impedia de pensar que sua ambição encontraria em Florença um terreno muito mais fértil para se desenvolver do que numa corte na qual não tinha prestígio e nem legitimidade.

Quando voltou finalmente para Florença Guicciardini não se integrou rapidamente na vida pública, mas também não deu mostras de defender a ferro e fogo suas posições explicitadas no *Discorso*. Como membro da aristocracia, ele esperava ver seu grupo encontrar uma posição privilegiada na distribuição do poder. Mas foi da

²⁰⁵ R. RIDOLFI. *Vita di Francesco Guicciardini*. p 59-70.

²⁰⁶ FRANCESCO GUICCIARDINI. *Discorso de Logrogno*. P 294.

²⁰⁷ J.G.A POCOCK. *The Machiavellian Moment*. P. 136.

²⁰⁸ FRANCESCO GUICCIARDINI. *Discorso de Logrogno*. p. 295.

família Médici que ele recebeu o impulso para se integrar na vida pública italiana. Em 1515 ele seria nomeado “avvocato consitoriale” e daria início a uma carreira na cúria romana, que marcaria sua vida. O jovem advogado encontrou na corte romana o lugar para exercer uma ambição, que parecia toda voltada para a vida da república. Sua vida de escritor portará para sempre as marcas dessa opção²⁰⁹.

²⁰⁹ N. RUBINSTEIN. “Guicciardini político”. *Francesco Guicciardini nel V centenario della nascita*. Firenze: L. Olschki, 1984, p. 171.

CAPÍTULO III

AS ILUSÕES PERDIDAS: O DIALOGO DEL REGGIMENTO DI FIRENZE

Em 1512 a república seria derrotada. O retorno dos Médici se fez dessa vez sob a batuta de Roma e do exército espanhol, que dilacerava o frágil equilíbrio italiano. Os temores de Guicciardini e de tantos outros republicanos se confirmavam com o fim de uma experiência de participação de parcelas mais amplas da população na vida política, que não fora capaz de criar raízes e se tornar forte o suficiente para resistir aos invasores. Em agosto de 1512 a aristocracia manteve suas esperanças de garantir o poder ocupando os cargos principais, mas mantendo as instituições criadas a partir de 1494, inclusive com a sobrevivência do *Consiglio Maggiore*. A vitória inicial se revelaria uma ilusão, pois já em setembro do mesmo ano os Médici entraram na cidade e ocuparam o *Palazzo Vecchio* junto com seus partidários, que imediatamente trabalharam para destruir os traços do regime anterior e criar as condições para um efetivo domínio da cidade pela família banida em 1494.

O período colocará Florença no caminho da destruição de suas instituições republicanas e da afirmação do principado. Em 1512 muitos pressentiram essa modificação, mas naquele momento nada parecia perdido. No campo democrático popular Maquiavel construiu uma obra que marcaria para sempre o pensamento político ocidental. Mesmo sabendo dos riscos que sua cidade corria e diante do fato que a realidade ensinava a analisar a vida política com olhos diferentes daqueles que no passado “imaginaram repúblicas e principados que nunca existiram”²¹⁰, ele continuou a acreditar que a forma republicana era a melhor, quando as circunstâncias permitiam que ela se realizasse. Na sua esteira muitos continuaram a defender o “*vivere civile*” e a superioridade das instituições de 1502 contra a crescente afirmação do poder senhorial dos Médici. Mas no novo mundo criado pela invasão da Itália em 1494 não bastava recorrer à oposição entre a república e a tirania para garantir a prevalência dos valores

²¹⁰ É dessa maneira que ele encaminha suas crítica ao pensamento político antigo no *Príncipe*. MACHIAVELLI. *Il Principe. Tutte le Opere*. Firenze: Sansoni, 1971, Cap XV,

da primeira. O lugar da força na vida política ganhara um relevo que não tinha antes, assim como a idéia de que a corrupção altera a “natureza” da cidade tornando-a incapaz de viver sob um regime livre. Esses dados tinham de ser incorporados à reflexão teórica sob pena de distanciá-la de tal forma da vida política que a tornaria inútil.

Ao lado das reflexões teóricas de Maquiavel surgiram vários pequenos escritos de caráter mais ou menos utilitário, que também levavam em conta as modificações que se produziam tanto na cena política quanto na teoria. As mudanças que apontamos antes na linguagem política se consolidaram fazendo com que os antigos operadores conceituais humanistas se tornassem vulneráveis aos novos dados da realidade. Se de imediato a crença nos valores republicanos não declinou, surgiu uma literatura na qual a discussão sobre o papel da força nas relações políticas se tornou moeda corrente. Da mesma forma, surgiu a dúvida sobre um lugar comum da literatura política florentina segundo o qual a cidade tinha uma natureza livre e só podia viver sob um governo republicano.

O trabalho clássico de Albertini²¹¹, assim como muitas pesquisas que se seguiram à publicação de sua obra há quase meio século, dá conta de como o ano de 1512 foi decisivo para o pensamento político italiano e como os parâmetros de análise política se alteraram ao longo dos anos seguintes. Não é o caso de retornar aqui a esse processo de transformação em seus detalhes, mas importa chamar a atenção para alguns aspectos, que terão influência direta no pensamento de Guicciardini até o final de sua vida. Retornando da Espanha, quando o poder dos Médici já se afirmara contra os desejos da aristocracia e dos republicanos populares, ele não tardaria a retirar as conseqüências tanto no plano de suas escolhas pessoais quanto de suas reflexões teóricas. Naquele momento as esperanças expressas no *Discorso* devem ter lhe parecido excessivas, mas serão necessários vários anos para que ele volte aos mesmo temas que abordara na solidão e na calma de seu posto diplomático na Espanha. Nos anos que se seguiram, ele se dedicou inteiramente à carreira política deixando de lado as veleidades literárias.

²¹¹ Já citamos em outros capítulos a obra desse importante intérprete que deu a conhecer um número importante de fontes do período e que indicou a via dos estudos sobre a transformação da república em principado em Florença. Em vários pontos ela se mantém como uma referência essencial. R. ALBERTINI. *Firenze dalla Repubblica al Principato*. Torino: Einaudi, 1970. Mais recentemente um autor italiano se ocupou extensamente do mesmo período coberto pelo livro de Albertini: G. SILVANO. *Vivere Civile e Governo Misto a Firenze nel Primo cinquecento*. Bologna, Pàtron Editore, 1985. As obras mais recentes estão citadas na bibliografia.

Florença e os Médici no poder.

Entre 1514 e 1520 Guicciardini consolidou sua fama de homem político hábil e capaz, que o levaria ao auge de sua carreira na primeira metade dos anos 20. O fato é que desse período conhecemos pouca coisa saída de sua pena. Apenas dois textos inacabados revelam o caminho que sua reflexão seguirá nos anos de maturidade. O texto mais conhecido intitulado *Discorso di assicurare lo Stato alla casa de' Medici*²¹² data de 1516 comporta surpreendentemente uma crítica aos novos donos do poder a serviço dos quais o jovem advogado se encontrava então. Sua defesa da aristocracia continua intransigente e a percepção de que ela não ocupa o lugar devido na vida pública continua a ser o centro de suas preocupações. Como observou Pocock²¹³, os caminhos de colaboração entre a aristocracia e os Médici, que tinham sido abertos entre 1434 e 1494, estavam fechados naquele momento pelo simples fato de que a criação do *Consiglio Grande* havia trazido para a cena pública um contingente da população florentina que dificilmente aceitaria uma redução de sua importância na vida política. Ele se mostra consciente dessa realidade e da dificuldade que ela trazia para os que como ele procuravam encontrar um lugar de equilíbrio entre os desejos dos *ottimati* e a nova realidade do poder em Florença. Na verdade, a questão da participação aparecia para Guicciardini como um verdadeiro quebra-cabeça. Esse desejo, nascido das modificações realizadas depois de 1494 na ordenação institucional florentina, compunha a seus olhos um elemento de oposição ao desejo dos *ottimati* tão poderoso quanto a vontade de poder dos Médici²¹⁴.

A grande novidade do pensamento político florentino nos anos que se seguiram ao retorno dos Médici ao poder foi justamente a incorporação de sua presença na cena italiana como um dos dados fundamentais da equação política da cidade. Evidentemente durante todo o século anterior a família tivera um lugar de destaque na vida política e fora um fator determinante na estabilidade das relações complexas existentes entre as cidades italianas. O cenário, no entanto, era muito diferente, pois os dados principais do problema se encontravam restritos ao território italiano. O século XVI trouxe junto com as tropas estrangeiras uma modificação da maneira como a poderosa família se relacionava com sua cidade natal. Pela primeira vez o desejo de constituir um poder principesco, às custas das tradições republicanas de Florença, se apresentou à luz do dia

²¹² FRANCESCO GUICCIARDINI. *Dialogo e Discorsi Del Reggimento di Firenze*, ed Roberto Palmarocchi. Bari: Laterza, 1932. p 267-281.

²¹³ J.G.A POCOCK. *The Machiavellian Moment*. Princeton: Princeton University Press, 1975, p. 148.

²¹⁴ Idem, p. 146.

alterando definitivamente o panorama da política legal e obrigando os escritores e homens de ação a modificar sua visão das possibilidades reais oferecidas à cidade. Muitos reagiram idealizando o período de Lourenço o Magnífico e criticando os novos rumos da política dos Médici; outros preferiram incorporar ao universo de suas reflexões a consciência dos novos tempos e modificar seu arsenal lingüístico, outros permaneceram fiéis aos ideais republicanos.

Encontramos um exemplo notável dessa atitude em um texto dirigido ao futuro papa Médici escrito por Paolo Vettori em 1512. “Vossos antecessores – diz ele ao cardeal-, desde Cosimo até Piero usaram para manter o Estado mais habilidade do que força. Para vós será necessário usar mais força do que indústria, pois tendes mais inimigos e nenhum modo de satisfaze-los”²¹⁵. Em seguida ele aconselha os novos senhores a armar os condados com fins totalmente diferentes daqueles que haviam levado a Maquiavel a tentar organizar uma milícia de cidadãos. Segundo o autor “nos últimos dez anos a cidade esteve muito bem”²¹⁶ e o condado mal, o que permitiria a criação de uma força armada capaz de espalhar o medo entre os inimigos da Casa. Amedrontar, usar a força para manter o poder, dividir a cidade são estratégias que certamente não eram desconhecidas pelos homens políticos do século anterior. O que chama a atenção nos textos do começo do *cinquecento* é que essa forma de olhar a política, e pensar soluções para os problemas de ocupação do poder, deixou de ser tabu e se incorporou ao vocabulário daqueles que desejavam aconselhar, ou simplesmente, bajular os novos senhores. No lugar da linguagem moral dos antigos *speculum princeps* surge um discurso diferente, que mesmo sem atingir grande profundidade especulativa aponta para uma nova visão da política.

No final de 1516 um texto de Lodovico Alamanni²¹⁷ dá mostras de como a posição dos membros da aristocracia se modificava aos poucos, levando alguns a pregar abertamente a imediata adoção do principado como forma de governo da cidade. Alamanni era membro de uma família tradicional de Florença e é bastante provável que seu discurso tivesse como objetivo primeiro captar a benevolência do papa para seus projetos pessoais, uma vez que se encontrava em Roma quando o escreveu e já se acostumara com o clima de bajulação reinante na corte papal. Dirigido a Lourenço, que

²¹⁵ PAOLO VETTORI. *Ricordi di Paolo Vettori al Cardinale de' Medici sopra le cose di Firenze*. IN: R. ALBERTINI. *Firenze dalla Repubblica al Principado*. p 357-359.

²¹⁶ Idem, p. 357.

²¹⁷ Analisamos aqui o texto de L. ALAMANNI. *Discorso di Lodovico Alamanni sopra il fermare lo stato di Firenze nella devozione de' Médici*. IN: R. ALBERTINI. *Firenze dalla Repubblica al Principado*. P. 376-384.

havia sido designado para “cuidar de Florença”, o texto marca, no entanto, uma virada clara nas pretensões de uma parte dos *ottimati*²¹⁸.

As considerações iniciais mostram que o autor tomava como ponto de partida de suas reflexões um balanço da situação que tinha por referência principal a análise das forças que atuavam na Itália e que poderiam contribuir seja para a manutenção do poder da casa dos Médici em Florença e Urbino, seja para sua destruição. Numa linguagem próxima àquela empregada por Maquiavel, ele propõe estudar a situação considerando a manutenção do poder como o objetivo primeiro a ser perseguido. Nessa ótica, ele considera que as melhores chances estarão do lado de quem puder defender-se com as próprias forças e não contar com alianças, que naquele momento representavam uma ameaça à sobrevivência a longo termo dos Médici. Colocando na balança todos os atores da cena política italiana, ele conclui que o melhor caminho é ter o poder seguro em Florença, pois “morrendo o Papa e não tendo à sua disposição o Estado florentino, tudo o mais é muito duvidoso”²¹⁹.

O ponto central do argumento é, portanto, que Florença representa a única saída para a conservação do poder, que pode ser controlada e posta a serviço dos Médici sem que elementos externos à sua vontade interfiram na condução de seus negócios. Isso não quer dizer que a tarefa seja simples e que o simples fato de deter o poder na cidade garanta que as ameaças externas serão afastadas. O que Alamanni quer demonstrar é que apoiar-se sobre forças externas representa um risco para os Médici e que Florença é um baluarte poderoso para seu poder na Itália, resta saber como usá-lo a seu favor. O objetivo do autor é, portanto, o de mostrar que a discussão sobre a conservação do poder da família Médici passa pela consideração dos elementos de política interna florentina e não pela busca de uma solução externa aos seus domínios por meio de alianças.

O argumento é importante porque em alguma medida contraria a marcha dos acontecimentos no início do século XVI. Naquele instante, uma boa parte dos conflitos envolvia agentes externos à Itália e só eram resolvidos num tabuleiro complexo de relações, que se modificavam ao sabor da vontade dos grandes atores envolvidos o que incluía o Papa, o Imperador, os reis da França e da Espanha, a República de Veneza, além de uma multidão de pequenos príncipes, mercenários e aventureiros, que não

²¹⁸ Sobre Alamanni ver: R. ALBERTINI. *Firenze dalla Repubblica al Principado*. P. 33-37; J.G.A. POCKOCK. *The Machiavellian Moment*. P. 151-155; G. SILVANO. *Vivere Civile e Governo Misto a Firenze nel Primo cinquecento*. P. 52-59.

²¹⁹ L. ALAMANNI. *Discorso di Lodovico Alamanni sopra il fermare lo stato di Firenze nella devozione de' Médici*. P. 378.

perdiam a oportunidade de se beneficiar com a confusão reinante. De maneira geral, o apelo à autonomia das cidades, para demonstrar sua capacidade de resistência às forças estrangeiras, era parte da argumentação dos republicanos e não dos defensores do principado. O que torna o texto de Alamanni interessante é justamente o fato de que ele combina o elogio da cidade –tema humanista por excelência-, com a defesa de um poder principesco ao arremesso de todas as tradições políticas florentinas.

Florença é um bastião seguro na Itália e garantiria a Lourenço uma posição privilegiada para defender Urbino e seus outros domínios, ou mesmo retomá-los caso a fortuna o abandonasse por um instante. Mas esse porto seguro só manterá sua posição se os Médici não subestimarem seus inimigos de dentro da cidade, pois “se agora parecem acovardados e quietos, em outra ocasião serão como dragões”²²⁰. Para isso, era preciso conhecê-los bem e Alamanni se dispõe a expor sua visão da situação. Desde o início ele alerta os Médici que o grande perigo virá sempre dos que “estão aptos para criar novidades”²²¹. Em outras palavras, ele aconselha aos novos senhores da cidade a prestar atenção aos jovens, pois os velhos não mudam de opinião, “mas os velhos são sábios e não se deve temer os sábios, pois não inovam jamais”²²².

Há, portanto, um duplo movimento que deve ser seguido. Em primeiro lugar, é necessário conhecer as forças que disputam o poder em Florença. Em segundo lugar, escolher o melhor meio de cooptá-las ou destruí-las. Alamanni considera que três forças principais agiam na cidade naquele ano de 1512. A primeira era constituída pelos partidários de Savonarola –*la secta del frade*-, que embora ruidosos e difíceis de serem controlados não deviam ser levados a sério, pois “acreditam mais em milagres do que em qualquer outra coisa”²²³. Demonstrando mais preconceito do que capacidade de previsão, ele acredita que são atores impotentes destinados a desaparecer. Como mostraram os acontecimentos de 1527, quando mais uma vez os Médici foram expulsos da cidade pelos partidários da república, os ensinamentos do frade haviam deitado raízes bem mais poderosas na vida política florentina do que acreditava o escritor.

O mesmo erro de julgamento o leva a considerar os partidários do *Consiglio Grande* como gente “de pouco crédito, pouco engenho e pouco ânimo”²²⁴ e, por isso, fáceis de serem cooptados. A fraqueza do elemento popular e sua pretensa falta de

²²⁰ Idem, p. 378.

²²¹ Idem, p. 379.

²²² Idem, p. 383.

²²³ Idem, p. 379.

²²⁴ Idem, p. 379.

mérito faziam dele, segundo o autor, uma força passível de ser dominada, mesmo se o a memória dos anos recentes pudesse atrapalhar o processo de esvaziamento de suas pretensões. Restavam os *ottimati*. Alamanni acreditava que seus pares, “possuidores de inteligência e crédito, quando chamados a participar das honras e dos negócios do Estado aderiam mais facilmente a um chefe maior do que ao poder do povo”²²⁵.

Ao nomear os *ottimati* como os atores capazes de ajudar os Médici a fundar um principado Alamanni apresenta os desejos de apenas uma parte da aristocracia, mas interpreta corretamente a vontade das famílias poderosas de Florença de influir no jogo de poder. Um exemplo claro de sua percepção dessa vontade está na adoção do “mito de Lourenço o Magnífico” como o de um governante que sabia combinar o domínio do Estado com a cooperação e divisão de poder com as grandes famílias. Por isso o novo Lourenço deveria seguir os passos de seu ancestral ilustre optando por uma das vias possíveis: ou a cooptação ou a destruição total dos que a ele poderiam se opor. O aristocrata não pensa que a segunda seja um via possível, pois marcaria o nome dos Médici com a pecha da tirania, mas acredita poder mostrar os caminhos para uma nova organização política da cidade.

Não fica claro no texto se Alamanni tinha total clareza quanto ao alcance de suas propostas, mas o fato é que abriu as vias para um novo olhar sobre a política. Ao recomendar os Médici a não se servirem da tirania, ele provavelmente estava lançando mão do velho anátema que pesava contra esse regime nas repúblicas italianas. Mas ele não demonstra estar consciente de estar mudando os termos do problema. De fato, a oposição aos regimes tirânicos era um lugar comum da literatura política desde da Idade Média. O que Alamanni deixou de lado, no entanto, foi o jogo de oposições, que por muito tempo fez parte do imaginário político florentino e que fazia da república a forma oposta por excelência à tirania. Manifestando um claro desprezo pelo elemento popular e olhando para seus pares como peças de uma engrenagem a ser comandada por senhores, ele se contenta em sugerir o abandono da violência para a criação de um principado estável. A oposição que ele sugere é, pois, entre tirania e principado, abandonando de vez tanto a idéia de liberdade e de igualdade quanto a de legitimidade do mando. Para ele, a afirmação do poder dos Médici é um problema de estratégia de ocupação do poder e é isso que ele procura indicar em seu texto.

²²⁵ Idem, p. 379.

Demonstrando uma grande capacidade de antecipação com relação aos destinos políticos de sua cidade, embora tenha errado em seu diagnóstico das forças atuantes na vida política florentina na segunda década do *cinquecento*, ele aponta a conversão dos cidadãos em cortesãos como a única capaz de estabilizar um poder principesco. Para ele, um cortesão é capaz de aderir a um príncipe, sobretudo, se for um jovem, pois esses “facilmente abandonam os costumes civis para adotar aqueles dos cortesãos”²²⁶. Se essa operação de transformação dos hábitos da cidade for bem realizada, a aristocracia ficaria contente e teria um novo papel na estrutura institucional. Quanto ao príncipe ficaria estável, pois a cidade não mais teria como viver sem seu poder.

Em 1516, Guicciardini refletindo sobre o problema exposto no texto de seu compatriota tomaria um outro caminho, embora estivesse de acordo com muitos pontos de seu diagnóstico da situação florentina. Em primeiro lugar, ele sabia que a possibilidade de que um regime outro do que a república fosse instalado e aceito em Florença era algo real e devia ser levado em conta por todo analista da situação política²²⁷. Em segundo lugar, ele aceita como Alamanni o poder dos Médici sobre a cidade como um fato consumado²²⁸. Mas as divergências são profundas quando se trata de pensar o papel da aristocracia e a orientação geral do regime.

O ponto principal da argumentação de Guicciardini diz respeito ao papel que a velha aristocracia devia ter no novo regime. Para ele estava fora de questão deixar os velhos *ottimati* de lado por serem poucos propensos à inovação e à revolta no momento de organizar a vida política da cidade sob a batuta dos Médici. A juventude é que deveria ser descartada como principal apoio, pois uma parte dela tendo vivido fora de Florença “não conhecia nossos modos e as coisas necessárias para bem governar a cidade”²²⁹. Mas o principal obstáculo no qual ele esbarra é o de encontrar uma forma de organização institucional que contemple ao mesmo tempo o desejo de poder dos aristocratas e o poder efetivo dos Médici, oriundo da força e do Papado. Nesse sentido, contra Alamanni, Guicciardini recomenda a Lourenço prestar atenção a espectros mais amplos da população, pelo menos no tocante à forma de administração do dinheiro público, pois esse era um ponto muito sensível e poderia influir na capacidade de governar do jovem mandatário. Emanuella Scarano chega a afirmar que “o objetivo principal de Guicciardini não era o de assegurar a potência dos Médici, mas sim o de

²²⁶ Idem, p. 383.

²²⁷ FRANCESCO GUICCIARDINI. *Dialogo e Discorsi Del Reggimento di Firenze*. P. 274.

²²⁸ Idem, p. 269.

²²⁹ Idem, p. 271.

moderar o poder absoluto mediante a participação no governo dos principais cidadãos”²³⁰.

Pode ser que Guicciardini de fato tivesse clara consciência do desejo dos Médici de instaurar um principado, mas, embora não pretenda negá-lo²³¹, ele não dá mostras de acreditar que eles poderiam vir a dominar a cidade apenas pela força. Interessado em garantir um lugar na cena pública para o grupo ao qual pertence, ele deixa de lado seu realismo, para insistir numa proposta que pudesse ao mesmo tempo incorporar os traços principescos dos novos senhores e os valores republicanos. De alguma maneira esse será dilema de toda sua vida. Servidor dos Médici, devedor de todo seu sucesso aos Papas, que serviu por muitos anos, ele foi incapaz de abandonar seus laços políticos e suas convicções. A construção de uma república aristocrática em sua cidade natal foi o sonho acalentado durante toda a vida, embora o passar dos anos fosse aos poucos lhe mostrando que talvez essa fosse uma ilusão destinada a desaparecer nos duros confrontos que conformaram a vida política de seu tempo.

Guicciardini e os Médici.

Em nenhum lugar as tensões fundamentais do pensamento político de Guicciardini aparecem de forma mais clara do que no *Dialogo del Reggimento di Firenze*²³². Escrito entre 1521 e 1525 o texto corresponde ao mesmo tempo ao auge da carreira política do diplomata e ao desenvolvimento de uma forma filosófica de pessimismo, que encontrará sua expressão nas redações sucessivas dos *Ricordi*. Aquele que é provavelmente o maior de seus textos políticos é também o que expõe de forma mais clara a complexidade de sua posição. O que torna essa obra fascinante é que seu autor demonstra desde as primeiras linhas estar consciente dos desafios que o esperam e da dificuldade de traduzir em teoria suas esperanças e angústias.

Para o leitor de hoje a primeira pergunta que ocorre é porque teria Guicciardini escrito um texto com claro sabor republicano nove anos depois de ter terminado o *Discorso di Logrogno*, que permanecia inédito. Essa questão é ainda mais pertinente diante do fato que em 1512 Florença vivia sob um governo republicano e que era razoável supor que o autor pudesse desejar contribuir para sua evolução no sentido da forma política que julgava mais adequada, a república aristocrática. Entre 1521 e 1525,

²³⁰ E. SCARANO. *La ragione e le cose. Tre Studi su Guicciardini*. Pisa: ETS, 1980, p. 30.

²³¹ G. SILVANO. *Vivere Civile e Governo Misto a Firenze nel Primo cinquecento*. P 66.

²³² Seguiremos aqui o texto publicado em: FRANCESCO GUICCIARDINI. *Dialogo del Reggimento di Firenze. Opere*. Torino, UTET, 1983. p 297-473.

quando ele procede à última revisão do *Dialogo*, nada indica que ele passasse a desejar o retorno da república que servira como embaixador em seus jovens anos. Guicciardini continuava sua carreira sob os auspícios dos Médici e os anos trouxeram-lhe mais pessimismo e desconfiança com relação a seus concidadãos e a seus patrões do que desejo de mudanças. Afinal, como observou Cadoni, ele nunca foi um partidário das “novidades”, por temer que essas trouxessem mais desgraças para uma cidade consumida pelas lutas políticas dos últimos anos²³³.

O *proemio* do *Dialogo* dá mostras do quanto Guicciardini estava consciente da dificuldade para retornar aos temas de 1512²³⁴. Em suas três versões o texto possui uma notável afinação retórica. Afinal, por que refazer cuidadosamente algumas páginas que deviam permanecer desconhecidas? Não há razão para supor que nosso autor desejasse publicar seu texto naquele momento ou em outro e que, portanto, sua reiterada negativa pudesse ser entendida como uma forma de denegação. O que devemos levar em conta é que ele não desconhece a tensão entre o republicanismo aristocrático, que continua a defender, e sua trajetória política na esfera do poder papal. Suas convicções teóricas vão de encontro à sua visão da política italiana e ele procura desesperadamente um meio de colocar as coisas no mesmo patamar. Nesse sentido, uma leitura atenta do *proemio* fornece uma chave interessante para a compreensão do texto em sua integralidade.

O primeiro parágrafo indica que Guicciardini pensa explicitamente nos grandes nomes da filosofia política, quando começa a redação de seu texto e se coloca decididamente sob seus auspícios. Não se trata evidentemente de se comparar aos grandes, mas de mostrar que o exercício teórico em defesa da república faz sentido mesmo considerando “a autoridade que possuem os Médici em Florença e a grande potência do Papa, que parecem indicar que a liberdade está perdida”²³⁵. Essa defesa da teoria, que levou alguns intérpretes a acusar Guicciardini de se aproximar das utopias, indica que ele estava longe de simplesmente sonhar com uma forma perfeita de governo para sua cidade²³⁶. Para ele, o saber teórico possui um estatuto separado e não depende das mesmas condições da ação para se legitimar. Isso não quer dizer que ele não precise da realidade para existir, mas sim que representa uma outra forma do real. Ora, esse

²³³ G. CADONI. *Un governo immaginato. L'universo politico di Francesco Guicciardini*. Roma: Jouvence, 1999. p 65.

²³⁴ Idem, p. 59.

²³⁵ FRANCESCO GUICCIARDINI. *Dialogo del Reggimento di Firenze. Opere*. Torino, UTET, 1983, p. 300.

²³⁶ Scarano chega a falar de uma “presenza di uma forte componente utopistica in questa seconda parte dell’opera”. E. SCARANO. *Guicciardini e la crisi del Rinascimento*. Roma, Bari: Laterza, 1982, p. 52.

recurso ao estatuto diferenciado da teoria é possível no início do texto não somente porque não ocorreria a ninguém negar o valor dos escritos de Platão, como ele lembra, mas porque o real não é determinado para sempre pelo equilíbrio das forças presente em uma dada situação. Ao contrário, a volatilidade das coisas humanas torna necessária a teoria.

No caso de Florença Guicciardini não tem a menor dúvida quanto ao poder dos Médici, mas observa que:

“por conta dos acidentes que todos os dias conduzem as coisas humanas pode a qualquer hora nascer algo que faça com que, assim como o Estado popular se transformou em Estado de um, pode com a mesma facilidade ocorrer o retorno à primitiva liberdade”²³⁷.

Essa passagem pode ser interpretada como um aceno do diplomata aos que um dia poderiam vir a ocupar novamente o poder em Florença no caso de uma mudança de regime. Mas essa interpretação deixa na sombra os motivos que o levaram a invocar Platão no início de seu diálogo e a retornar a questões sobre as quais meditara anos antes. O argumento de Guicciardini certamente estava influenciado pelo clima reinante entre pensadores e políticos florentinos que entre 1520 e 1522 se deixaram entusiasmar pelo aceno da casa dos Médici de que uma reforma institucional era desejável e possível em Florença²³⁸. Até Maquiavel se manifestou nesse sentido reafirmando suas posições favoráveis a um regime popular.

Mas a posição do diplomata era algo mais complexa. Próximo ao Papa ele certamente sabia que o desejo de reforma esbarrava em barreiras bem mais sérias do que o simples desejo de mudança, por mais bem intencionado fosse ele. Isso se deduz do fato de que mesmo num momento que parecia favorável à sua manifestação, ele continue a afirmar que escreve “para seu prazer e recreação e não para publicar”²³⁹. Ora, o que o *proemio* sugere é que o autor ambiciona continuar seus esforços teóricos, que ele vê um valor intrínseco à reflexão filosófica, mas que a fonte de legitimidade dessa atividade está no fato de que a mutabilidade do real não permite afirmar que as condições particulares irão perdurar. Ou seja, Guicciardini respeita a atividade teórica de Platão e de tantos outros, mas ao mesmo tempo não descola o olhar da experiência, que continua a ser o guia principal para os que querem compreender a política. Como

²³⁷ FRANCESCO GUICCIARDINI. *Dialogo del Reggimento di Firenze*. p. 300.

²³⁸ E. SCARANO. *Guicciardini e la crisi del Rinascimento*. P. 36.

²³⁹ FRANCESCO GUICCIARDINI. *Dialogo del Reggimento di Firenze*, p. 302.

alerta Pocock “devemos deixar de lado a idéia de que um pensamento centrado no conceito de experiência não possui uma estrutura conceitual”²⁴⁰. Ao mesmo tempo seria ingênuo acreditar que a crença no valor dos julgamentos particulares, ou na experiência se preferirmos, se combina naturalmente com o uso da história e da filosofia como fonte de conhecimento sobre a política. Guicciardini criticou durante toda a vida os que seguidamente se servem dos exemplos históricos para pensar o presente, mas não deixou de recorrer ao passado para elucidar suas dúvidas sobre seu tempo. Essa tensão entre o valor da imitação e a importância do conhecimento direto das coisas interferiu o tempo todo em sua obra.

Em 1521 Guicciardini tem outras fontes de tensão. Aliado dos Médici, ele sabe que a coerência de seus argumentos será julgada tendo em vista a particularidade de sua posição. Esse é um ponto que atormentou-o durante esses anos de confrontos, esperanças e derrotas. Escrevendo em 1527 um *Oratio accusatoria*, ele se coloca do ponto de vista de um florentino que olha para sua carreira e que julga seu percurso. Pouco serve dizer hoje que esse escrito tem apenas um papel retórico e que foi um mero exercício “ciceroniano” de retórica. Talvez o fato de ser um mero exercício seja ainda mais revelador, pois demonstra o quanto lhe parecia normal que sua posição em favor dos Médici interferia, aos olhos de seus contemporâneos, na compreensão de suas idéias. Seu acusador fictício diz, por exemplo, que desde 1512 ele participara dos planos da família de dominar a cidade e que por isso era necessário prestar atenção “a qual era sua vida e como agia para conservar a benevolências dos tiranos”²⁴¹, e que deveria ser julgado, talvez condenado com a pena de ostracismo como aqueles que “maquinavam contra a liberdade”²⁴². As teses que expõe no *Dialogo* ficam bastante fragilizadas diante da possibilidade levantada por seu acusador de que “mandado para a Espanha pela república para defender a liberdade da cidade, favoreceu junto ao rei o retorno dos Médici”²⁴³.

O *proemio* oferece a prova de que Guicciardini meditara longamente sobre sua posição e sobre a interferência que ela teria aos olhos de seus contemporâneos no momento em que defende uma solução republicana para a crise institucional florentina. Mais genericamente podemos dizer que ele reflete de forma clara sobre a relação entre teoria e ação individual no seio de uma sociedade atravessada por contradições. Ou seja,

²⁴⁰ J. G. A. POCKOCK. *The Machiavellian Moment*. P. 220.

²⁴¹ FRANCESCO GUICCIARDINI. *Oratio Accusatoria*. *Opere*. p. 540.

²⁴² Idem, p. 557.

²⁴³ Idem, p. 537.

Guicciardini não pensa estar escrevendo apenas um exercício teórico. Se o texto fosse de fato para ele apenas um divertimento não havia razão para se preocupar com a coerência entre seu conteúdo e sua posição pessoal. O fato é que ele pretende que seus argumentos sejam válidos e, por isso, é preciso antecipar as objeções que poderiam lhe ser feitas. Já foi observado que a sombra do amigo Maquiavel paira sobre o *Dialogo*. Sasso chega a pensar que o texto guicciardiniano seja uma resposta aos *Discorsi* de Maquiavel²⁴⁴.

Ora, não temos como saber até onde Maquiavel era o alvo direto de Guicciardini, mas não podemos desconsiderar essa hipótese. Mesmo sem descer aos detalhes, é evidente que Guicciardini tem muitas dificuldades para defender uma posição republicana enquanto seu amigo podia se reclamar de um republicanismo inteiramente de acordo com suas ações no passado. É uma defesa de sua posição que ele realiza quando afirma que não podemos analisar uma situação qualquer “como se a vontade e o desejo dos homens não pudessem ser diferentes das considerações e do discurso das coisas”²⁴⁵. Ao contrário, isso ocorre todo o tempo e por isso é preciso saber qual é nossa obrigação última, a quem devemos obediência. Aristóteles e Xenofonte viveram a mesma situação de servir a um senhor e de defender a liberdade de Atenas. Essa era a posição com a qual se identificava Guicciardini. Se fosse necessário confrontar entre obrigações diversas, a filosofia recomendava claramente escolher a pátria por referência última. Por isso Guicciardini pretende poder ao mesmo tempo servir aos Médici segundo as circunstâncias e à pátria segundo seus princípios. As dificuldades inerentes a uma tal posição influenciarão o desenvolvimento do texto.

1494.

A escolha do ano da expulsão dos Médici de Florença depois de sessenta anos de domínio da cidade, para situar o diálogo, não poderia ser mais simbólica. Desde seu primeiro escrito, as *Storie Fiorentine*, Guicciardini se mostra consciente de que essa data mudou definitivamente a história da Itália. Ao situar o diálogo nesse momento, ao escolher personagens que foram centrais na vida política florentina, ele parece procurar um segredo, um elemento escondido, que permitiria desvelar o sentido de uma série de acontecimentos, que estavam na raiz de uma grande catástrofe na vida política de sua cidade. Por isso Scarano tem razão quando insiste que a forma dialógica é essencial para

²⁴⁴ G. SASSO. *Per Francesco Guicciardini. Quattro studi*. P. 95.

²⁴⁵ FRANCESCO GUICCIARDINI. *Dialogo del Reggimento di Firenze*, p. 302.

o desenvolvimento dos argumentos do autor²⁴⁶. Em momento algum os personagens parecem fixos em um ponto determinado, para servir como caixa de ressonância para verdades escondidas pelo autor. As discussões são acaloradas e não há razão para supor que o autor não leve a sério os argumentos apresentados. Se olharmos para a composição dos debates, teremos uma idéia do equilíbrio almejado. Piero Guicciardini era pai do autor. De posição moderada e tendente à conciliação nunca deixou até o fim da vida de servir como referência para suas ações. Piero Capponi foi um dos grandes responsáveis pelo movimento de derrubada dos Médici, embora apareça no diálogo com um rosto mais moderado, ou pelo menos mais refletido. Sua futura indisposição com o governo influenciado por Savonarola pode ter contribuído para fazer dele num personagem diferente daquele que efetivamente atuou na cena política florentina em 1494. Pagolantonio Soderini, por seu lado, foi um partidário de Savonarola e um defensor da república popular com a ampla participação da população. Por fim Bernardo Del Nero foi um defensor ardoroso dos Médici e acabou sendo executado em 1497, acusado de favorecer seu retorno à cidade. Mesmo sem ter a pretensão de representar todos os grupos presentes na cena pública, os personagens permitem um giro pelo cenário político, capaz de não deixar de fora as possibilidades de compreensão teórica dos eventos que estavam no centro da vida italiana nas últimas décadas.

A primeira tentação, quando lemos um diálogo, é a de identificar o autor com um dos personagens. No caso do texto que estamos analisando a escolha da crítica recai quase sempre sobre Bernardo. Ligado aos Médici, conservador arguto, ele pagou um preço alto por suas convicções, o que aparentemente poderia ser o destino de Guicciardini, como observa Sasso²⁴⁷, diante da possibilidade de restauração da república de cunho popular, como realmente aconteceu em 1527. A imagem de Guicciardini como de um aristocrata partidário dos Médici perante os defensores de um “governo largo” estava bem perto da verdade. A angústia manifesta na *Accusatoria* prova que os temores ressentidos pelo diplomata influenciavam suas decisões e sua maneira de analisar os acontecimentos de seu tempo. Mas isso não determina o curso do diálogo. Obra não destinada ao público e que, portanto, não fazia parte de uma estratégia do autor para mudar ou assegurar sua posição no cenário político, ela deve ser lida como um afrontamento do autor com os caminhos de reflexão política que dominaram sua vida. Por isso, não há razão para identificar Guicciardini com apenas um dos personagens do

²⁴⁶ E. SCARANO. *Guicciardini e la crisi del Rinascimento*. P. 47.

²⁴⁷ G. SASSO. *Per Francesco Guicciardini. Quattro studi*. P. 191.

texto. Não há dúvida que Bernardo encarna melhor o autor, sobretudo na segunda parte do texto, quando sua idéia do melhor governo é desenvolvida. Mas cada um dos outros representa um aspecto de seu pensamento e uma das vias possíveis para sua ação na cena pública. Basta a esse respeito lembrar a forte influência que ele sofreu de seu pai e o papel que a idéia de prudência tem em seu pensamento²⁴⁸, para se dar conta de como ele levava em conta os argumentos apresentados por esse personagem. Da mesma forma, embora nunca tenha sido um defensor do frade, e ter sido um crítico de suas idéias, mesmo jovem o olhou com respeito e alguma inquietação, como procuramos mostrar no primeiro capítulo. Nesse sentido preferimos deixar de lado a questão da identificação e levar a sério a idéia de que a escolha da forma dialogal é exigência de um pensamento que não hesita em enfrentar suas contradições.

Nas *Storie Fiorentine* 1494 é um ano capital, no *Dialogo* ele está no centro das discussões. Guicciardini traça um balanço de suas convicções e aceita discutir mesmo os elementos centrais de seu pensamento político. Esse é o ponto forte dessa obra maior de sua filosofia. No período em que foi escrito o *Dialogo*, o diplomata não estava em nada diretamente ameaçado. Ao contrário, foi entre 1521 e 1525 que ocupou os cargos mais importantes de sua bem sucedida carreira. Colocar em dúvida os fundamentos de sua filosofia política, submetê-los a uma crítica severa, expor até mesmo suas contradições, foi o meio de expressão encontrado por um autor que nunca se satisfaz em percorrer apenas os caminhos conhecidos da tradição. O primeiro grande tema é o do confronto entre experiência e teoria.

No *proemio* Guicciardini dá mostras de que se preocupa com a grande teoria política. A citação de Platão serve como baliza para suas reflexões. Ao longo do texto esse movimento inicial ficará ainda mais claro, quando recorre tanto à figura do maior platônico do Renascimento, Marsílio Ficino, quanto a Aristóteles e Xenofonte –ainda no *Proemio*–, como exemplos de pensadores que estiveram em situação muito parecida com a sua, ou seja, premidos entre a fidelidade à suas idéias e suas amizades com líderes políticos de seu tempo. O problema maior que afronta, no entanto, não é tanto o da coerência de seu trajeto pessoal, mas o da relação que teoria e prática, ou teoria e experiência entretêm. Podemos descrever esse verdadeiro drama guicciardiniano como o de um homem que tendo sido formado na cultura humanista, encontra em sua análise direta da realidade outra coisa do que o previsto pelos grandes textos que tanto respeita.

²⁴⁸ J. G.A. POCKOCK. *The Machiavellian Moment*. P. 240.

Prova do valor que atribui à experiência é o fato de que ele escolhe a figura de Piero Guicciardini²⁴⁹ para fazer-lhe o elogio:

“Eu por mim não sei o que de melhor poderia me ocorrer do que ouvir discorrer sobre as questões públicas e civis um homem idoso e de singular prudência, que aprendeu essas coisas não com os livros de filosofia, mas com a experiência e com as ações, que é o melhor meio de se aprender”²⁵⁰.

Notável posição para alguém que escreve um livro de filosofia na forma consagrada pelo grande filósofo da antiguidade. Mais notável ainda seria se aceitássemos a identificação de Guicciardini com Bernardo, pois é ele que declara sem ambigüidade a seus interlocutores que:

“vós tendes um conhecimento literário muito maior e aprenderam com os mortos os acontecimentos de muitas épocas. Eu só pude conversar com os vivos e ver as coisas de meu tempo”²⁵¹.

Salvo se aceitarmos a interpretação de que Guicciardini mergulha inconsciente na contradição entre sua intenção e as bases de seu discurso, é preciso dizer que esse começo nos coloca em face do verdadeiro problema filosófico que é o de achar o lugar da experiência e da observação direta da realidade em um discurso filosófico. O que o texto possui de instigante é justamente que seu autor não elide as conseqüências de sua procura e não esconde o mal-estar que o habita no momento em que parte a procura de um realismo diferente daquele de seus contemporâneos, Maquiavel dentre eles, como já observou Sasso²⁵². Ao abandonar a referência à história do passado, ao dialogar apenas com os vivos e não com os mortos ilustres, como fizera o secretário florentino em seu retiro fora de Florença quando escrevia *O Príncipe*, Guicciardini pretende lançar as bases para um pensamento político diferente.

Ele, no entanto, não esconde as dificuldades. Afinal Bernardo era um “morto”, quando falava pela boca do escritor e só pode contar o que ficou de sua memória, ou foi inventado para servir aos propósitos de outros. Recorrer a Tito Lívio certamente não é a mesma coisa de recorrer à história recente, mas podemos ter certeza dos juízos que emitiram nossos contemporâneos simplesmente por estarmos mais perto deles? O problema da experiência e da teoria se desdobra naquele da relação da história e da

²⁴⁹ Sobre a importância de Piero no diálogo ver: G. CADONI. *Un governo immaginato. L'universo politico di Francesco Guicciardini*. P.66.

²⁵⁰ FRANCESCO GUICCIARDINI. *Dialogo del Reggimento di Firenze*. P. 306.

²⁵¹ *Idem*, p. 307.

²⁵² G. SASSO. *Per Francesco Guicciardini. Quattro studi*. P. 102.

teoria, que não deixará de instigar Guicciardini até o final de seus dias. No curso do diálogo, entretanto, vai ficando claro que a estratégia a ser seguida não é a de discutir as questões mais gerais de uma filosofia política, mas de enfrentar os problemas legados pela aplicação sem medidas de uma regra derivada da convicção humanista de que o comércio com o passado nos livra a chave de compreensão do presente.

A primeira grande questão à qual Guicciardini vai se atacar é a das formas de governo. Como já tivemos ocasião de mencionar, o recurso ao regime misto e às três formas não degeneradas de governo como referência para toda discussão sobre a ordenação institucional foi o caminho seguido por quase todos os pensadores do Renascimento para levar a cabo sua reflexão sobre a política. Nesse sentido, nada mais normal do que começar as discussões por esse tema uma vez que a “*mutazione*” de regime estava na ordem do dia em 1494²⁵³. A referência à autoridade de Marsílio Ficino como correia de transmissão do pensamento platônico torna a discussão ainda mais saborosa, pois é a partir de sua incontestável autoridade que Bernardo retira matéria para sua perplexidade:

“Não dizem os vossos filósofos, se Marsílio Ficino, com quem falei algumas vezes, disse a verdade, que sendo três as formas de governo, o de um, o de poucos e o de muitos, o melhor de todos é aquele de um só, o mediano aquele de poucos e o menos bom o de muitos?”²⁵⁴.

Ora, todas as mudanças ocorridas no começo do século XV iam no sentido contrário à institucionalização do governo de um só, identificando-o imediatamente com a tirania, no lugar de aceitar o principado com uma de suas realizações possíveis. O certo é que ao se engajar por essa via Guicciardini decide enfrentar o maior dilema dos pensadores republicanos, que entreviam claramente a deriva dos antigos valores, a transformação paulatina das instituições em simples ferramentas para a ação da família dominante, mas não encontravam os meios para deter e nem mesmo compreender o que estava ocorrendo. Não podemos esquecer que, se o texto começa com uma crítica a seus contemporâneos, Maquiavel em especial, seu objetivo principal é o de indicar a melhor ordenação institucional para a cidade, da mesma forma como outros haviam feito em textos muitas vezes dirigidos aos Médici, para tentar influenciá-los.

O que Bernardo pretende colocar em dúvida é o uso que seus contemporâneos faziam da teoria dos regimes. Se era para se manter fiel à teoria clássica, eles não

²⁵³ FRANCESCO GUICCIARDINI. Dialogo del Reggimento di Firenze. P. 304.

²⁵⁴ Idem, p. 308.

deveriam defender o principado contra todas as outras formas de governo? Caso contrário, não era necessário recorrer a uma outra escala de valores e deixar de lado o simples apelo à tradição? Ele escolhe enfrentar o problema abordando-o pelo ângulo mais difícil: o da tirania. Com efeito, havia desde a antiguidade um consenso de que a tirania se definia como um regime no qual o poder fora usurpado. Os juristas medievais, como Bartolus de Sassoferrato²⁵⁵, haviam procurado nuançar essa definição situando-a no campo do direito e aprofundando a noção de usurpação. Guicciardini enfrenta o problema do ponto de vista dos resultados da ação dos governantes. Bernardo afirma:

“Queria dizer que se fosse possível encontrar um governo usurpado que se comportasse com os mesmos modos que um governo agradável e bom, a simples razão de ser usurpado não faria dele um governo pior do que um outro qualquer”²⁵⁶.

A medida do que é um bom governo e do que é um governo ruim é posta a prova pelo simples fato de que Bernardo supõe que um governante que chegou ao poder pela força pode eventualmente governar tão bem quanto um governante legítimo. Maquiavel já iniciara o ataque à idéia dos regimes reduzindo seu número a apenas dois, principados e repúblicas, no primeiro capítulo do *Príncipe*. Guicciardini ataca a tradição de um outro ponto de vista ao insistir na discussão sobre os critérios de um bom governo. Para Bernardo os “efeitos” e a “utilidade” é que devem guiar nossos juízos sobre os diversos regimes e não sua adequação à teoria clássica, ou mesmo os ditames da tradição. Num trecho com um claro sabor moderno ele afirma:

“Por exemplo, se um governante, que chegou ao poder por meios violentos, governa melhor e com maior utilidade para seus súditos, do que um outro que chegou ao poder de forma natural e pela vontade dos súditos, não diremos que a cidade do primeiro está bem e é mais bem governada?”²⁵⁷

A referência aos “efeitos” e à “utilidade” provocam uma verdadeira revolução na maneira de julgar os governos. Se Guicciardini não está disposto a simplesmente deixar de lado o que aprendeu com a tradição, como prova o desenrolar do diálogo, também não aceita se guiar unicamente pelas fórmulas herdadas. A prova é que Bernardo, depois de uma longa discussão sobre o governo dos Médici, volta ao mesmo ponto e afirma:

²⁵⁵ Ver a esse respeito: N. BIGNOTTO. "A relevância do estudo da tirania na obra de Bartolus de Sassoferrato", *Veritas*, 150, (1993): 315-323

²⁵⁶ FRANCESCO GUICCIARDINI. *Dialogo del Reggimento di Firenze*. P. 311.

²⁵⁷ *Idem*, p 312.

“Finalmente discorram o quanto quiserem, é necessário se não me engano, retornar a meu primeiro fundamento: que os efeitos dos governos são a base do julgamento”²⁵⁸.

Ao estabelecer a análise dos efeitos como base do julgamento político Guicciardini abre as portas para um longo debate, que está longe de ter sido concluído nos dias de hoje. Uma parte significativa dos cientistas sociais liberais concordaria com ele que a utilidade é um critério para o julgamento da ação política e pode fornecer um parâmetro para julgar a pertinência das ações dos homens e de suas escolhas. Do ponto de vista teórico, no entanto, permanece viva a pergunta sobre a maneira de julgar a utilidade de um governo e do papel que os diversos participantes possuem no momento em que se estabelece um julgamento. Ou seja, para Guicciardini há um ganho real em considerar a natureza particular das coisas e não a relação abstrata que elas entretêm com a teoria clássica como padrão para os juízos políticos. Lembrando um ponto sobre o qual insiste nos *Ricordi*, ele afirma pela boca de Bernardo que interrogado sobre onde se faz um melhor governo

“não prestarei atenção tanto à espécie do governo, mas procurarei considerar onde se produzem os melhores efeitos e os homens são melhor governados, onde as leis são mais observadas, onde a justiça é melhor aplicada e onde os bens de cada um são respeitados, distinguindo cada um segundo seu grau”²⁵⁹.

Cadoni tem razão em observar que a simples observância da lei e da justiça não leva em conta a natureza do ordenamento jurídico e que o critério da eficiência no respeito dos bens não quer dizer grande coisa se não for determinado o grupo social ao qual isso mais interessa²⁶⁰. Em que pese a justeza das observações, cabe lembrar o lugar que esse tipo de consideração terá na modernidade, para julgarmos o alcance das transformações teóricas pretendidas por Guicciardini. É verdade que ele parece muitas vezes tímido diante das portas que abre. Pressentindo o perigo que existe em se apoiar simplesmente na experiência para fazer julgamentos sobre a vida política, ele insiste em dizer que “o mundo é condicionado de tal forma que tudo o que ocorre no presente existiu sob nomes diferentes em épocas e lugares diferentes”²⁶¹. A idéia da constância do mundo era um lugar comum do pensamento do Renascimento, herdado da filosofia grega, mas não deixava de ter uma importância crucial para os pensadores políticos. Afinal como garantir que a referência ao passado fazia sentido sem estar certo de que

²⁵⁸ Idem, p. 339.

²⁵⁹ Idem, p. 312.

²⁶⁰ G. CADONI. *Un governo immaginato. L'universo politico di Francesco Guicciardini*. P 70.

²⁶¹ FRANCESCO GUICCIARDINI. *Dialogo del Reggimento di Firenze*. P. 314.

possuía um fundo em comum com os acontecimentos do presente. A força de Guicciardini estava justamente em colocar em questão lugares comuns da filosofia de seu tempo e duvidar de esquemas abstratos para compreender um mundo eivado de contingência e de particularidades. Mas ao mesmo tempo, ele não foi tão audaz a ponto de simplesmente deixar para trás a herança humanista. Dialogando com ela constantemente, ele procurava manter um ponto de apoio para suas incursões em novas terras do realismo político, que vinha sendo construído em seu tempo.

O grande interesse da primeira parte de *Diálogo* está em que nela Guicciardini desenvolve plenamente sua arte de argumentar. Longe de se servir de um personagem para dizer o que pensa sobre um tema, ele se desdobra para expor as diversas posições possíveis no quadro das disputas políticas e teóricas das quais participa. Acompanhar os meandros dos debates entre os quatro florentinos é o melhor caminho para compreendermos a natureza do pensamento de nosso autor. Limitarmos a pensar que ele se identifica com Bernardo e se serve da figura do velho adepto dos Médici reduz o alcance de seu pensamento.

A parte mais instigante de seu percurso é a disputa que se instaura entre Caponi, antigo defensor dos Médici, mas que teve um papel determinante na queda de Piero, e Bernardo, que sustenta até o fim o regime mediceano, mesmo declarando que não desejava o retorno deles, para não produzir mais uma “*mutazione*”. O mais importante na disputa entre os dois homens é que os argumentos apresentados constroem um tecido extremamente rico de nuances dentro do qual Guicciardini explora os limites de seu pensamento. Atacando o governo dos Médici desde a tomada do poder por Cosimo em 1434, Caponi afirma que podemos recorrer a três critérios para julgar um governo: a forma como a justiça é administrada, as regras de distribuição das honras e vantagens e a maneira como a defesa externa da cidade é organizada. No caso de Florença é preciso combinar a análise desses três pontos com o fato de que “em Florença a liberdade está inscrita no coração dos homens tanto quanto está estampada nos muros e nas bandeiras”²⁶².

Ora, para Caponi os Médici falharam em todos os quesitos e por isso mereceram a expulsão. Mesmo se alguns pontos positivos pudessem ser encontrados em seu domínio sobre a cidade, a tendência de seu governo era a de se tornar cada vez mais restrito, e isso por uma razão evidente que era o fato de que “quem é governante de um

²⁶² Idem, p. 315.

Estado excludente (*stato stretto*) tem por fim sempre sua grandeza particular e tudo faz para conservá-la, sem respeito à Deus, à pátria e aos homens”²⁶³. O próprio do interesse particular é de radicalizar sua tendência e de se transformar de tal forma que não leva mais em conta aquilo que emana do corpo político ou da vontade coletiva. É verdade que os Médici frearam essa tendência durante muitos anos, mas também é verdade que obedeceram cegamente essa regra quando se viram ameaçados, como foi o caso durante a conspiração dos Pazzi²⁶⁴. Nesse sentido não deixa de ser curioso que os dois interlocutores aceitem chamar de tirânico o governo de Lourenço, mesmo se não viam com os mesmos olhos seus atos e palavras.

O curioso no embate de Caponi e de Bernardo é que ele foi precedido pela desmontagem do “mito” do governo dos *ottimati* no começo do século XV, que havia em grande medida estruturado o pensamento de Guicciardini durante sua juventude, quando escreveu suas *Storie Fiorentine*. Caponi confessa, por exemplo, que a vontade dos que fizeram a mudança em 1494 era de construir um estado com “os homens de bem (*uomini da bene*) e não com os populares”²⁶⁵. Retomando a tópica dos *uomini da bene*, indicando a atuação de Savonarola em favor do governo popular como nefasta aos interesses da aristocracia²⁶⁶, Caponi mostra a fragilidade do projeto de seu grupo social. Se os Médici tendiam ao principado, o governo popular tendia à anarquia. O importante nesse raciocínio, no entanto, é menos o fato de que 1494 selou o fracasso de um sonho acalentado por toda uma geração de aristocratas, mas o fato de que Guicciardini assume como natural as dificuldades encontradas por aqueles que como ele desejavam um governo mais restrito nas mãos de poucos. No lugar do elogio da liberdade, ele coloca na boca de Bernardo o que a experiência parecia dizer: “Mas sou de opinião firme, e assim sempre mostrará a experiência, que em Florença é necessário ou que o governo esteja nas mãos de um só, ou que passe totalmente às mãos do povo, qualquer via do meio provocará confusão e tumulto”²⁶⁷.

É claro que esse não é o desejo de Guicciardini, nem sua opinião, mas é fundamental que essa afirmação seja feita por Bernardo, para compreendermos até onde

²⁶³ Idem, p. 329.

²⁶⁴ Idem, p. 331.

²⁶⁵ Idem, p. 316.

²⁶⁶ “È di poi saltato su questo frate, e há tanto gridato el governo popolare e uno consiglio grande allá veneziana, che per essere cosa da se stessa secondo el gusto de’ più e avere el credito che ha, ha fatto variare in modo gli ordini del nostro parlamento, che non ci è restato altro che la autorità che abbiamo noi accoppiatori, di fare per tutto questo anno la signoria, che anche dispiace tanto a questo universale, che Dio sa se bisognerà lasciarla prima”. Idem, p. 316.

²⁶⁷ Idem, p. 318.

ele estava comprometido com a busca de novos parâmetros para a compreensão da política. Colocar em risco ao mesmo tempo o “mito” do governo oligárquico do começo do *quattrocento* e a vocação da aristocracia para dominar a cidade, significava colocar à prova o núcleo mesmo de suas convicções pessoais, pelas quais se baterá até o fim de seus dias.

A operação de desmontagem dos lugares comuns do pensamento florentino continua com o ataque ao “mito” de Lourenço. Ora, fazer o elogio do Magnífico significou para muitos aristocratas florentinos uma porta de saída para o impasse no qual se encontravam no pós 1494. Creditar ao poderoso Médici um equilíbrio em suas relações com a aristocracia e o povo era uma maneira de evitar a polaridade que Bernardo afirma ser constitutiva da vida política Florentina. Mas, ao submeter o período de Lourenço o Magnífico aos critérios que julgava pertinentes para um balanço de suas ações, Caponi não hesita em mostrar que os Médici agiram sempre buscando seus interesses particulares e de forma violenta “aterrorizando várias gerações”²⁶⁸. De forma radical, ele afirma que “os Médici visaram sempre seus interesses particulares, utilizando para esse fim todos os meios”²⁶⁹. A defesa dos interesses particulares se mostra, pois, totalmente contrária aos ideais republicanos, em qualquer uma de suas formulações. Os Médici serviam para mostrar a tese contrária à daqueles que no começo do século XVI, como foi o caso de Rucellai, passaram a idealizar seu passado. O particular tende ao particular e terá como norte sempre seus interesses, ao preço de todos os outros valores: “porque quem tem por fim último sua própria grandeza, é inimigo de tudo que lhe é contrária e para conservá-la faz sempre que necessário tabula rasa das faculdades, da honra e da vida dos outros”²⁷⁰.

Depois do ataque ao “mito” de Lourenço, resta o estado popular que galvanizava a atenção de uma parte importante dos pensadores políticos italianos. Dessa vez a tarefa de desmontagem cabe a Bernardo que, ao escolher fazer a defesa dos Médici, ataca de frente a idéia de que Florença estava melhor com uma ordenação institucional que privilegiava a participação e a distribuição do poder²⁷¹. O núcleo de seus argumentos é a noção de efeitos e de utilidade. Para ele, a idéia matriz dos humanistas secundo a qual a liberdade era o centro da vida política e que Florença em especial desejava mantê-la a

²⁶⁸ “ma si é veduto Che se ne sono serviti a fare terrore a ogni generazione di uomini”. Idem, p. 327.

²⁶⁹ Idem, p. 327.

²⁷⁰ Idem, p. 330.

²⁷¹ “ma credo bene che mi riuscirà el mostrarvi che questo vostro governo, dal quale voi aspettate una età di oro, arà seco molti di questi difetti”. Idem, p. 335.

qualquer custo não se sustentava na realidade. De forma direta ele afirma: “não é natural nem universal o desejo dos governos livres”²⁷². Ao contrário, esse desejo muitas vezes contraria o fundamento último de todo governo que é o de ser benéfico aos governados e não o de dividir os encargos do poder. Nesse último quesito o povo é particularmente incapaz de se sair bem, pois sua natureza o faz errar com frequência em momentos decisivos da vida política.

A argumentação de Bernardo não visa ocultar os erros cometidos pelos Médici e nem mesmo a negar o caráter tirânico de sua presença à frente do estado. O objetivo central dele é mudar as regras de avaliação dos governos e com isso retornar ao problema da natureza do governo mediciano de um ponto de vista diferente daquela da tradição republicana. Para levar a cabo sua tarefa, Bernardo se concentra na idéia de que é natural errar e que os homens podem fazê-lo por duas razões básicas: por ignorância ou por malícia. Ora, não há dúvida que o povo erra mais por ignorância do que por malícia, enquanto os Médici erravam mais por malícia do que por ignorância²⁷³. O ponto a ser considerado, no entanto, é se existe do ponto de vista dos efeitos uma diferença entre o erro malicioso e aquele provocado pela ignorância. Para ele, essa é uma distinção absurda e, portanto, o que deve ser levado em conta é a frequência dos erros, uma vez que quanto mais eles se produzirem, mais serão danosos para o corpo político. Invertendo o argumento de Caponi que indicava a tendência dos Estado excludentes de provocar cada vez mais exclusão e de restringir o acesso ao poder como uma fonte de sofrimento para o corpo político em sua integralidade, Bernardo mostra que a natureza do elemento popular o leva a errar e, por isso, um governo popular será sempre ruinoso para o corpo político.

O movimento de desmontagem dos “mitos” da vida política florentina não visa estabelecer uma via única para o pensamento, mas estabelecer critérios dentro dos quais uma visão realista da política presidiria a discussão sobre suas melhores formas. Ao atacar as diversas posições presentes no cenário intelectual florentino, Guicciardini altera as condições de sua reflexão. Para os que acompanham cronologicamente sua obra fica claro que no *Dialogo* ele retorna a problemas que havia tratado nas *Storie* e no *Discorso*. Que sentido faria isso se suas reflexões não se engajassem em uma via ainda não percorrida? Esse é o passo que acreditamos ter sido dado por Guicciardini no primeiro livro: um balanço realista das posições políticas de seu tempo como condição

²⁷² Idem, p. 339.

²⁷³ Idem, p. 350.

para toda avaliação de suas possibilidades. Acabar com as ilusões foi o caminho seguido por ele na maturidade para expor seus sonhos.

Natureza humana e política.

A crítica tem se dividido ao longo dos anos sobre a natureza da passagem do primeiro ao segundo livro do *Dialogo*. De Caprariis chega a dizer que o segundo livro é inútil uma vez que apenas repete teses expostas em outro lugar²⁷⁴. Já Scarano não vê problema algum na ligação entre as duas partes, considerando a segunda parte um aporte positivo às críticas da primeira²⁷⁵. Sasso por seu lado observou o caráter inusitado de Bernardo, um assumido defensor dos Médici, fazer a defesa da república aristocrática²⁷⁶; enquanto Cadoni desde o início de seu livro procura chamar a atenção do leitor para a complexidade da articulação interna da obra de Guicciardini²⁷⁷. A persistência do debate sobre a ligação entre os dois livros justifica-se, sobretudo porque nasce da tensão que alimenta toda a reflexão de Guicciardini. Escrevendo na posição de homem poderoso e apoiado pela Igreja, ele pode se dar ao luxo de explorar todas as contradições de um republicano aristocrático, que não cessou de trabalhar pela grandeza da casa dos Médici. A força de seu escrito está em que ele não procura solucionar de forma artificial problemas que mergulham o leitor no coração de suas contradições pessoais. Até o fim do *Dialogo* a tensão entre um pensamento que se alimenta da tradição e da teoria e um pensamento que se alimenta da experiência domina sua *démarche* e colore sua argumentação. O que Guicciardini nos entrega não é um documento de sua boa consciência reencontrada através do recurso a uma teoria bem construída, mas a verdadeira tragédia de uma reflexão política que não consegue realizar a síntese de seus elementos constitutivos principais. Tentar anular a contradição presente no escrito corresponde a suprimir junto com seus defeitos o interesse de sua argumentação.

Ao discutir as críticas que Guicciardini endereça aos vários matizes do pensamento político, concentramos nossa atenção na virada realista que ele imprime em sua argumentação, deixando de lado alguns pontos importantes, que estão na raiz de sua concepção do que seja um bom governo. Dentre eles talvez o mais importante para

²⁷⁴ De CAPRARIIS, V. F. *Guicciardini: dalla politica alla storia*. Napoli: Il Mulino, 1953. p. 80.

²⁷⁵ E. SCARANO. *La ragione e le cose. Tre studi su Guicciardini*. P. 74.

²⁷⁶ G. SASSO. *Per Francesco Guicciardini. Quattro studi*. P. 195.

²⁷⁷ G. CADONI. *Un governo immaginato. L'universo politico di Francesco Guicciardini*. 84.

compreender a proposta do segundo livro do *Dialogo* seja o debate sobre a relação entre liberdade e igualdade.

Dentre as críticas feitas ao regime dos Médici Soderini lembra o fato de que eles impediam o “desenvolvimento dos instintos naturais”, dentre os quais o de ser livre. No mesmo sentido ele lembra que os governos tirânicos não oferecem condições para o pleno desenvolvimento das virtudes e para a legítima aspiração à glória dos cidadãos mais capazes. Ora, a comparação entre uma tirania e um regime popular é conduzida aqui segundo uma escala de valores que privilegia a liberdade, a virtude e a glória, valores que sempre estiveram no coração de uma teoria republicana da política. A grande inovação proposta por Guicciardini não está em negar o fato de que segundo esses valores um regime como o dos Médici deve ser condenado. A grande inovação está em colocar em questão a idéia de que essa escala de valores está de acordo com a natureza. O combate, portanto, se trava no terreno das definições concernentes à natureza humana, aos desejos naturais e não naquele dos valores eles mesmos. Aceitas as regras republicanas, não há como fugir da condenação aos senhores de Florença. Esse é o combate que Guicciardini leva em frente através das intervenções de Bernardo. A discussão sobre o melhor regime se beneficia do esclarecimento das condições iniciais da vida política e de suas tendências principais.

Como já tivemos ocasião de mostrar, o ponto central do argumento de Bernardo é o recurso à idéia de efetividade das ações. O que resta a ver é como essa guinada abala o edifício republicano tradicional. Seu ataque principal se dirige à idéia de liberdade. Segundo ele, os homens recorrem ao nome da liberdade muito mais para esconder sua ambição e cupidez do que por uma razão natural. Para evitar equívocos ele completa: “falo daquela liberdade que se encontra no governo de uma cidade e não naquela referente ao estado de uma pessoa, ou seja, se ele é um homem livre ou um escravo”²⁷⁸. Pocock²⁷⁹ viu nesse comentário uma antecipação da distinção moderna entre liberdade negativa e liberdade positiva tornada célebre por Berlin²⁸⁰. Embora sua observação seja interessante, ela desvia a atenção do ponto que nos parece essencial que é o fato de que Bernardo está propondo retirar a liberdade do centro das discussões sobre o melhor governo. Ao alertar o leitor de que está falando sobre a liberdade em seu sentido político e não sobre a condição dos indivíduos, ele nada mais faz do que dar

²⁷⁸ FRANCESCO GUICCIARDINI. *Dialogo del Reggimento di Firenze*. P. 336.

²⁷⁹ J.G.A POCOCK. *The Machiavellian Moment*. P 228-230.

²⁸⁰ I. BERLIN. *Deux conceptions de la liberté. Éloge de la liberté*. Paris: Calmann-Lévy, 1988, p 167-218

sentido às proposições seguintes, que discutem a relação entre a natureza dos homens e a liberdade. Dizer que não se trata de liberdade das “pessoas”, de sua condição, mas do mundo político evita o equívoco de uma discussão com a filosofia platônica e seus herdeiros no Renascimento, que, a exemplo de Pico della Mirandola, insistia na liberdade natural dos homens e em seu potencial para criar novos mundos para viver. A observação feita no começo do *Dialogo* por Bernardo de que ele não era versado em filosofia clássica, serve aqui para afastar a idéia de que o debate sobre a liberdade possa ser travado no terreno da metafísica ou mesmo da ética. Ele deixa claro que está falando de liberdade política e nada mais.

Essa salvaguarda fornece a chave para a compreensão do passo seguinte:

“Parece-me, se não me engano, que nos homens se encontra naturalmente o desejo de dominar e de ser superior aos outros e que em geral são poucos os que amam tanto a liberdade que tendo a oportunidade de se transformar em senhores ou superiores aos outros, não o fazem de boa vontade”²⁸¹.

A natureza dos homens é constituída em primeiro lugar pelo desejo de mando e não pelo desejo de ser livre. A ambição, força que moveu Guicciardini durante toda a vida, é mais natural do que o valor supremo da liberdade, que seus contemporâneos insistiam em entronizar como se fosse o núcleo de suas vidas. Para Bernardo os que se recusavam a aceitar essa proposição apenas desviavam os olhos de uma verdade que se manifesta no cotidiano de todos. Uma análise acurada do comportamento dos homens mostra que uma boa parte deles apenas “recobre sua ambição com o agradável nome da liberdade.”²⁸² Essa mudança na percepção das forças que movem os atores políticos, o ataque ao “mito” da liberdade natural das repúblicas, faz com que Guicciardini exponha com toda clareza um argumento que esteve na boca dos principais adversários dos florentinos, que desde a época de Salutati acusavam a república de levar em grande conta sua própria liberdade, para fazer valer a verdadeira força que estava por trás de suas ações: a ambição.

Desejar conquistar acaba sendo a verdadeira expressão da natureza humana, como já mostrara Maquiavel anos antes no *Príncipe*, mas isso só era aceito quando dizia respeito ao desejo das cidades e não dos cidadãos de uma república. Guicciardini radicaliza a proposição segundo a qual o desejo de conquista é anterior ao desejo de liberdade, mas não nega que os homens sejam capazes de agir virtuosamente em nome

²⁸¹ FRANCESCO GUICCIARDINI. *Dialogo del Reggimento di Firenze*. P. 336.

²⁸² *Idem*, p. 336.

da liberdade. Em primeiro lugar existem aqueles que de fato amam a liberdade e agem de acordo com esse sentimento e só merecem elogios por isso²⁸³. Mas o caso mais freqüente é o daqueles que arriscam a própria vida na defesa encarniçada da liberdade de sua cidade. Ora, esse fato facilmente constatável na história não contradiz a primeira proposição, segundo Bernardo, pois nesse caso a força motora não é o amor da liberdade, mas o amor da pátria, que “comporta em si tantos bens, tantos doces afetos,²⁸⁴” que por ela somos capazes de grandes sacrifícios. Mas as observações primeiras visavam uma outra realidade, a saber, a vida política interna, aquela que envolve os membros de uma mesma comunidade política, que é onde transparece a natureza humana em seus traços fundamentais. Observando esse terreno, podemos dizer que os homens desejam em primeiro lugar dominar e submeter os outros e não ser livres.

Mas essa observação esbarra no fato persistente de que muitos evocam o nome da liberdade para agir na cena pública, sem que isso possa ser atribuído a um comportamento heróico. Se se trata de uma característica fundamental da natureza humana, por que muitos teimam em contrariá-la? A resposta de Bernardo é bastante engenhosa. De fato, diz ele, esse é um fato recorrente, mas interpretado incorretamente.

“Os povos procuram e adotam por objeto a liberdade, por que a maior parte crê estar em posição de ser oprimida e de participar pouco nas honras e vantagens da república, de tal maneira que a primeira coisa que defendem é a igualdade, pois dessa forma estão mais seguros e recebem mais benefícios do que antes”²⁸⁵.

O desejo primeiro dos homens não muda, mas encontra várias linguagens para se expressar. A igualdade é desse ponto de vista uma linguagem para a ambição, que permite transformar a defesa da liberdade em uma forma eficaz de defesa dos interesses particulares. O que há de engenhoso nessa estratégia é que a defesa da igualdade parece ser o exato contrário do universo dos desejos particulares. Operado por aqueles que possuem poucas capacidades para fazer valer sua ambição, ela acaba por produzir o efeito desejado, uma vez que atua como um freio para o desejo daqueles mais fortes que se opõe à liberdade e a igualdade como algo contrário à natureza. A proposição inicial,

²⁸³ “...tra gli inimici del tiranno sono stati pochissimi queglii che si siano mossi meramente per amore della libertà della sua pátria , a’ quali si conviene suprema laude e tanto maggiore quanto è più rara”. Idem, p. 338.

²⁸⁴ Idem, p. 337.

²⁸⁵ Idem, p. 337.

no entanto, se encontra preservada, pois segundo Bernardo cada um se jogará de corpo e alma na disputa pelo poder se tiver a ocasião e se acreditar que poderá sair ganhador.

Com essa posição Guicciardini abre as portas para o confronto com a tradição republicana florentina de um lado e com Maquiavel de outro. O debate com o secretário florentino se dá menos no terreno da natureza da liberdade e mais na concepção dos componentes do corpo político. Maquiavel, ao contrário do amigo, não credita a todos os membros do corpo político os mesmo desejos e não transforma por isso a igualdade em mero disfarce da ambição. Para ele, a ambição pelo poder é central na estruturação da vida política, mas ela é contrariada pelo desejo de não ser oprimido, que é um desejo negativo, que não tem o mesmo objetivo daquele dos que buscam a supremacia sobre os outros homens em qualquer situação²⁸⁶. Guicciardini não reconhece essa diferença entre o desejo dos que não querem ser oprimidos e os que desejam dominar e vê nos primeiros meros simuladores, que farão valer sua natureza sempre que a ocasião lhes permitir. A defesa da liberdade é para ele um simulacro para um desejo não passível de ser realizado.

A outra disputa que ele abre com essas afirmações é com a tradição republicana florentina, que sempre fizera do par liberdade igualdade seu eixo fundamental. Ora, nosso autor aceita a indissolubilidade dos laços entre os dois conceitos, mas reduz isso ao terreno das ilusões que sustentam o poder de alguns e o desejo de outros. Longe de atribuir uma essência livre à cidade, ele busca as raízes de seu fracasso em conservá-la e acredita encontrá-las numa falsa compreensão do que seja a vida política e a disputa pelo poder que a constitui.

Vale a pena insistir que essa não a posição de Guicciardini, mas sim uma das possibilidades que explora. É claro que não podemos deixar de lado que seu realismo se calca justamente nessa destruição dos lugares comuns do pensamento político de seu tempo, mas também não podemos imaginar que ele queira ser identificado com um cínico que vê na vida política o terreno para a expressão dos interesses egoístas dos homens. Pela boca de Bernardo e pressentindo a interpretação que poderia ser dada à sua fala, ele pede a seus leitores “que não enganem a si mesmos, pois, se ele se dedica a fazê-los conhecer a natureza das coisas, isso não significa que seja amante das tiranias e inimigo da liberdade e das repúblicas”. Ao contrário, seu esforço é o de lançar as bases

²⁸⁶ MACHIAVELLI. Il Príncipe. *Tutte le Opere*. Firenze: Sansoni, 1971, cap IX

para uma república que se sustente em bases sólidas e não em ilusões. Esses alicerces darão sustentáculo ao edifício institucional que ele detalhará em seguida.

O Melhor Governo

A segunda parte do *Dialogo* nos propõe uma descrição do que poderíamos chamar de sonho de Guicciardini. Nas muitas incursões no terreno do debate institucional ele repete em vários momentos o que já dissera no *Discorso*. Se a primeira parte é o *pendant* das *Storie* a segunda é o do *Discorso*. As repetições, no entanto, não devem nos enganar, pois, se Guicciardini não vê motivos para mudar muitas de suas proposições, as discussões anteriores modificaram consideravelmente as condições de sua aceitação. Dentre outras coisas, Guicciardini passou a incorporar ao julgamento das instituições, ao lado da defesa de valores tradicionais das repúblicas, os efeitos que elas eram capazes de produzir. Sem essa referência bastava recorrer à primeira parte para acusar seu autor de mergulhar na utopia, como fazem tantos até hoje. O desafio de seu projeto é justamente o de mostrar como uma república aristocrática responde melhor aos desafios que ele mostrou serem constitutivos da vida política tal como ela pode ser descrita por um estudo criterioso de seus fundamentos a partir da observação direta dos fatos e da experiência. Contra os que poderiam alegar que ele imagina regimes que nunca existiram ele diz:

“E, no entanto, não devemos procurar novamente um governo imaginário, que seja mais facilmente encontrado nos livros do que na prática, como talvez tenha sido o caso da *República* de Platão”²⁸⁷.

A verdadeira arte do pensador político consiste, pois em conhecer as condições reais da cidade, “seus humores e aqueles dos cidadãos”, para poder propor um remédio que seja adequado a seus males e não necessariamente fácil de ser aceito. Como no *Discorso*, Guicciardini recorre à metáfora médica para indicar o caminho que deve ser seguido, para evitar a perigosa identificação com os legisladores antigos, que ele não cessou de admirar, mas que lhe pareciam figuras de ficção e não homens de carne e osso²⁸⁸. Além do mais a tentação de copiar Licurgo pode mais facilmente conduzir os homens a desejar fundar uma tirania do que usar para o bem o grande poder que lhes é

²⁸⁷ FRANCESCO GUICCIARDINI. *Dialogo del Reggimento di Firenze*. P. 399.

²⁸⁸ *Idem*. P. 443.

conferido pela cidade²⁸⁹ O médico parece-lhe uma boa referência pelo fato de que intervem de acordo com a compleição do doente e não segundo a imaginação. Além do mais o caráter prático da medicina tal como ele a concebe faz com que esteja de acordo com as condições que devem reger a ação na cena pública para homens que “como nós raciocinam para construir um governo, não como deveria ser, mas tal que possamos esperar que ele venha a existir”²⁹⁰.

O pensador político não pode ser inteiramente destituído de imaginação. Ainda no primeiro livro pela boca de Soderini Guicciardini lembra que “o principal objetivo dos filósofos e de todos os que escreveram sobre a vida política é de indicar as instituições que sejam capazes de produzir a virtude e a excelência do engenho e obras generosas”²⁹¹. Sua posição não é, portanto, a do analista que identifica as mazelas de seu tempo, mas se sente impotente para agir. Guicciardini procura dar a seu leitor, ou para si mesmo, um guia das dificuldades de sua pátria para encontrar as virtudes antigas do *vivere civile*, mas ao mesmo tempo o adverte das dificuldades que irá encontrar se decidir se lançar na ação. De maneira explícita ele coloca na pele do filósofo, propõe soluções e cria saídas para os impasses que descobre, mas submete sua obra aos olhos de um leitor feroz, para o qual ele fornece as armas de uma crítica realista. A acusação de que ele produz uma obra contraditória só pode ser levada a sério se aceitarmos sem mais que ele se identifica inteiramente com Bernardo e que por razões obscuras se nega a levar a sério os conselhos de prudência que dá ao longo do livro.

O melhor método para se ler o *Dialogo* é, portanto, o de deixar de lado as identificações fáceis propostas por uma parte da crítica e aceitar a complexidade de um texto, que foi longamente maturado pelo autor. Afinal, não é razoável supor que Guicciardini não percebeu ao longo dos anos que se dedicou à sua obra, mesmo com todas as interrupções, que ela podia se prestar à crítica quanto à consistência da posição de seus personagens e mesmo entre o projeto de uma república aristocrática fornecido no segundo livro e o que foi dito no primeiro. O autor não se identifica a Bernardo, mas ao conjunto dos personagens e preferimos acreditar que ele relata o processo de seu pensamento, suas dúvidas e problemas e não um jogo fixo de posições, que se digladiam na cidade. Escrevendo para si mesmo, ele não tinha razão para dissimular seu

²⁸⁹ “Di questi quando si truova chi lo abbia fatto, è da laudargli e onorargli e avere loro quella obbligazione che merita questo beneficio che è el maggiore che si possa fare a una città, ma non è già da desiderare che questa via se metta in uso, perché è troppo pericolosa, e darebbe occasione agli uomini ambiziosi di cercare sotto specie di questo bene di occupare la tirannide”. Idem, p 443-444.

²⁹⁰ Idem, p. 419.

²⁹¹ Idem, p. 333.

pensamento ou esconder seu pessimismo diante da situação de Florença, Diferentemente de muitos de seus contemporâneos, ele não pretendia oferecer aos Médici um projeto de reforma institucional. Ele medita longamente o assunto, mas o faz do lugar do filósofo, do interior de um exercício no plano dos conceitos, sem a pretensão de transformar suas idéias em conselhos para o príncipe. Daí o grau de liberdade que ele se propõe em relação a seus senhores e a força dessa obra nos dias de hoje. Guicciardini nos oferece no *Dialogo* sua filosofia política em estado puro, destituída do intento de seduzir os poderosos e de se enganar a si mesmo quanto à consistência dos argumentos.

O projeto de uma república aristocrática está inteiro no segundo livro. Encontramos de novo a referência à Veneza, a defesa do *Consiglio grande* e, sobretudo o Senado, como órgão de equilíbrio da cidade. A novidade é que para além das modificações que introduz com relação a seu texto de 1512, ele oferece ao leitor os instrumentos para julgar suas idéias a partir da experiência do mundo político, que o levou a descobrir muitas das armadilhas que o desejo de encontrar a melhor forma política prepara mesmo para os homens mais atentos. Para o leitor do *Dialogo*, mais importante do que identificar as modificações com relação ao projeto original de uma república aristocrática é se servir da análise e críticas sugeridas pelo autor como um guia para o julgamento de qualquer filosofia política, que não pretende se afastar da realidade, inclusive a sua. Por isso é fundamental prestar atenção às objeções levantadas ao discurso de Bernardo por Capponi e Soderini no começo da segunda jornada e não se fixar no fato certamente incômodo, mas não decisivo, que é um defensor dos Médici que apresenta o projeto institucional aristocrático. O exame das condições para a identificação de um bom governo são o passo necessário para o julgamento de qualquer projeto de reforma institucional.

O primeiro ponto importante é que Capponi recusa a via das conspirações com um caminho profícuo para se reformar as instituições principais da cidade. Além dos perigos evidentes, elas comprometem desde o início o equilíbrio do corpo político, que permanece sendo para Guicciardini um quesito importante para verificar sua saúde. Essa saúde se mede pela presença na vida política de indicadores seguros e passíveis de serem reconhecidos por todos. O primeiro a ser lembrado por Capponi é a solidariedade entre os cidadãos: “o maior vínculo da cidade, que lhe é mais útil e mais necessário, é a

benevolência dos cidadãos uns com os outros”²⁹². O cimento da solidariedade e da benevolência é a chave da concepção unitarista republicana de Guicciardini. Para ele um corpo político dividido não será jamais capaz de assegurar a defesa dos valores republicanos e de produzir os benefícios que esperamos de um regime organizado.

O primeiro benefício ao qual Capponi faz referência é a segurança dos bens e das pessoas. Esse “bem” fizera parte do elenco de Bernardo no primeiro livro. Ele é importante por revelar o desejo explícito de continuidade entre o projeto que se desenha no segundo dia de conversa e a bases realistas da análise política proposta no primeiro. Mas contra uma interpretação que modernamente qualificaríamos de utilitarista da segurança, o personagem de Guicciardini lembra que a segurança só será efetiva se vier acompanhada da justiça.

Os critérios levantados para a defesa da centralidade da justiça mostram claramente como se equivocaram os intérpretes do século XIX, que buscaram a modernidade de Guicciardini em sua proximidade com os utilitaristas. Num texto luminoso ele afirma:

“acredito para avaliar o bem estar de uma cidade deve-se considerar não somente se ela é governada com justiça e sem a opressão de ninguém de modo que todos possam gozar de seus bens em segurança, mas também que possua um governo que lhe confira dignidade e esplendor”²⁹³.

O ponto de referência da glória, fundamental em toda tradição republicana antiga permanece, portanto, como um dos eixos de sua concepção do melhor regime. Ele lembra um aspecto da vida política que não pode ser reduzido aos critérios próprios à idéia de segurança e de utilidade.

A crítica de Guicciardini é ainda mais vasta e possui um sabor inesperado para um pensador que tantas vezes foi criticado por sua tímida defesa do republicanismo ou por seu suposto vínculo com o pensamento utópico nascente do Renascimento. Colocando lado a lado uma concepção utilitária das instituições republicanas e o valor da glória ele diz:

“Porque o pensamento voltado exclusivamente para o que é útil e para o gozo seguro de suas posses, é algo conveniente para o mundo privado e não para o mundo público, no qual devem ser resguardadas a honra, a magnificência e a

²⁹² Idem, p. 387.

²⁹³ Idem, p. 394.

majestade e valorizar muito mais a generosidade e a amplitude de vistas do que a utilidade”.

Pela boca de Soderini, ele enuncia com toda a clareza sua adesão à tradição republicana e sua distância de uma concepção meramente utilitarista da vida política, que tantos de seus intérpretes posteriores quiseram lhe imputar. A utilidade faz parte de uma concepção saudável de um bom regime, ela deve ser levada em conta no momento em que se busca estabelecer os parâmetros para um bom governo. Ao colocar o debate sobre sua importância logo no início do segundo livro, Guicciardini nos incita a levá-la em conta para o julgamento do projeto que ele apresentará depois. No entanto, ao considera-lo ao lado dos princípios que guiam suas análises, ele não hesita em classificá-la como um bem da vida privada e não como um princípio fundante da vida política num regime político livre.

A ponte que Guicciardini estabelece entre a antiguidade e a modernidade está fundada numa clara separação entre o público e o privado. Como muitos pensadores do passado, ele sabe que os dois domínios não são idênticos e que a política é fruto da aplicação de princípios adequados ao público e não ao privado. Ao mesmo tempo, ele inova ao invocar valores como a utilidade, referência típica da vida privada na antiguidade, como referência fundamental para o julgamento da qualidade de um regime.

Para os que poderiam criticar o amor pela liberdade, que está no centro do projeto de república de Guicciardini, seu personagem aporta uma resposta convincente. Depois de ter admitido na primeira parte que a liberdade se presta a um uso meramente retórico, por vezes mesmo à pura manipulação, Soderini procura integrá-la no sistema de valores que comanda a vida política da cidade. Nesse caso, é a abstração da teoria dos regimes, que acredita poder indicar em qualquer situação qual a melhor forma de governo, é que deve ser combatida²⁹⁴. Pensar um projeto para Florença implica em se servir da teoria para estruturar a questão e da experiência para torná-lo adequado à realidade. Ora, o amor da liberdade era um fato da história florentina e havia em muitas ocasiões servido como elemento mobilizador das forças que compõe o corpo político. Por isso, não pode ser deixado de lado no momento em que se busca a forma adequada para prover uma saída para os impasses que devoravam a vida da cidade desde 1494. De um lado, ele não pode ser universalizado, como se fosse um operador independente da

²⁹⁴ Idem, p. 395.

história; de outro, era um elemento da tradição, que participava integralmente do dia a dia dos principais atores. Nesse sentido, é um dado da realidade tanto quanto a presença dos Médici e as ameaças estrangeiras. A aposta de Guicciardini é a de que o desejo de liberdade prevaleceria no curso dos sucessivos confrontos e desastres que constituíam sua história recente. Seu projeto de uma república estabilizada pela prudência dos *uomini da bene* incorpora a idéia de que a tradição de liberdade prevaleceria nos momentos cruciais de tal forma que “direi que o governo livre é sem comparação o melhor para Florença, onde é amado do mesmo modo que os governos excludentes (*stati stretti*) são odiados”²⁹⁵

Perdidas as ilusões, resta para Guicciardini a esperança de que um projeto institucional baseado na razão e equilibrado pelas vistas saudáveis do realismo político pudesse dar à sua cidade um rumo que parecia perdido para sempre. Os anos seguintes iriam desmenti-lo, transformando Florença num principado nos moldes mais tradicionais. Ficou a herança de uma geração de republicanos que, independente de sua posição no espectro político, desejava ver sua cidade livre e independente de senhores tirânicos e das forças estrangeiras. Florença não voltaria mais depois de 1530 a conhecer uma experiência republicana nos moldes que conhecera nos últimos 200 anos, mas deixou um farto material para a cultura política moderna. Desse arcabouço teórico faz parte a integralidade da obra de Guicciardini.

²⁹⁵ Idem, p. 396.

CAPÍTULO IV

GUICCIARDINI E MAQUIAVEL

A questão da relação entre Guicciardini e Maquiavel transcende a da mera comparação entre dois pensadores que, tendo freqüentado os mesmos círculos políticos e literários, viriam a desenvolver interpretações concorrentes de sua época e dos principais temas discutidos pelos que se interessavam pelos fundamentos da política, conservando ao mesmo tempo uma grande afinidade no que dizia respeito à história italiana e aos grandes problemas de sua cidade natal. Representantes de correntes diferentes do pensamento republicano italiano, eles se exprimiram de forma vigorosa sobre temas que eram centrais nas disputas políticas de então. Divergindo no tocante aos pontos principais de uma concepção republicana da política, seriam grandes amigos e veriam juntos a chegada da catástrofe que pôs por terra a liberdade de Florença²⁹⁶.

O encontro entre os dois homens se deu tardiamente²⁹⁷. Embora já se conhecessem, como provam as referências a Maquiavel nas *Storie Fiorentine*, foi somente a partir de 1521, quando Maquiavel foi enviado a Carpi, para resolver uma questão de frades, que se iniciou uma sólida amizade, que durará até o fim da vida de Maquiavel em 1527. Guicciardini era então governador de Modena e estava no auge de seu poder. Sério e pouco dado a diversões, o diplomata seria tocado pelo espírito alegre do novo amigo, ao mesmo tempo em que se converteria num admirador de sua capacidade de analisar a cena política de seu tempo.

A amizade com Maquiavel²⁹⁸ leva-nos a acreditar que um confronto entre concepções dos dois pensadores em torno de alguns conceitos pode alargar nossa compreensão da maneira como eles interagiam com seu próprio tempo e com as idéias mais debatidas pelos florentinos. Essa abordagem pode ser produtiva por pelo menos dois motivos. O primeiro diz respeito ao já comentado fato de que Guicciardini não publicava seus escritos e nesse sentido não podia ser julgado por seus contemporâneos.

²⁹⁶ Esse capítulo é uma versão aumentada e bastante modificada do artigo de nossa autoria: N. BIGNOTTO. "Nota metodológica: Guicciardini Leitor de Maquiavel", *Discurso*, nº 29 (1998), p111-131.

²⁹⁷ Ver a esse respeito: M. VIROLI. *Il sorriso di Niccolò. Storia di Machiavelli*. Roma: Laterza, 1998. p 201-210. R. RIDOLFI. *Vita di Francesco Guicciardini*. Milano: Rusconi, 1982. P 115-119.

²⁹⁸ Uma bibliografia detalhada sobre a questão se encontra em : G.F BERARDI. *Francesco Guicciardini. Antimachiavelli*. Roma: Ed. Riuniti, 1984, p 28-33.

De nosso ponto de vista, isso implica em dizer que não podemos nos servir da recepção imediata da obra para guiar nossa interpretação. O segundo elemento é o fato de que o pensador se dedicou a fazer com os escritos de seu amigo aquilo que não podia ser feito com os seus. Nesse sentido, podemos saber com certeza quais eram suas idéias a respeito de temas centrais nos debates políticos florentinos, em particular entre aqueles que como Maquiavel defendiam uma forma de república popular. Nossas análises terão como ponto de partida as *Considerazioni sui Discorsi Del Machiavelli*²⁹⁹.

O contexto florentino

Antes, porém, de passar diretamente ao texto citado, é necessário resumir o percurso que fizemos em nossos dois últimos capítulos. Como vimos, Guicciardini acreditava no começo de sua carreira, como quase todos os republicanos florentinos de então, que a liberdade fazia parte da essência da cidade e que não podia ser destruída sem implicar a aniquilação da própria cidade³⁰⁰. Ele via em algumas instituições típicas da época como o chamado *Consiglio grande*, o órgão típico de execução das tarefas fundamentais do governo, sustentando que a liberdade institucional assegurava a preponderância dos interesses públicos sobre os interesses privados³⁰¹, garantindo assim o domínio das leis sobre os desejos individuais. Essa concepção tradicional não podia, no entanto, ser vista apenas como a manifestação de um otimismo ingênuo, pois, como assinalamos, basta ler a introdução do *Discorso di Logrogno*, para ver que no tocante aos problemas políticos imediatos, Guicciardini deu mostras desde muito cedo de um forte realismo, que o fazia prever a perda da liberdade pela República de Florença³⁰².

Alguns anos mais tarde, Guicciardini produziu uma nova interpretação do significado do “regime livre”, na qual desenvolveu algumas observações esparsas que aparecem em seus primeiros escritos³⁰³. Vemos, então, que, se a definição do regime livre como um regime fundado nas leis permanece, assim como a exigência de uma

²⁹⁹ FRANCESCO GUICCIARDINI. *Considerazioni sui Discorsi Del Machiavelli. Opere*. Torino: UTET, 1983. p 607-677. Para Maquiavel seguimos a seguinte edição de suas obras completas: MACHIAVELLI.. *Discorsi sopra la prima deca di Tito Livio. Tutte le Opere*. Firenze: Sansoni Editore, 1971. p 73-254. A partir daqui vamos nos referir à obra apenas como *Discorsi* no corpo do texto.

³⁰⁰ FRANCESCO GUICCIARDINI. *Discorso di Logrogno. Opere*. p. 255.

³⁰¹ Idem, p 256

³⁰² Idem, p 249.

³⁰³ Albertini afirma a esse respeito: “per noi è essenziale che questa insistenza nel sottolineare l’attitudine politica dei pochi , questo distanziarsi dal popolo e la conseguente interpretazione della liberta non più come diritto di partecipare allo stato ma piuttosto come protezione garantita dalle leggi, mette sostanzialmente in crisi la coscienza politica comunale”. R. ALBERTINI. *Firenze dalla repubblica al principato*. Torino: Einaudi, 1970. p 98.

certa participação dos cidadãos nos negócios do Estado, os objetivos que acreditara serem os de um regime dessa natureza são atenuados: cidadania militar, participação na justiça e nas disputas políticas. Para ele, depois da queda do regime republicano, a segurança passou a ser o objetivo principal da vida política. Salvar a cidade da instabilidade é a tarefa primordial de um regime, que ele insiste em caracterizar como livre³⁰⁴. Se, do ponto de vista institucional, continua a defender a existência de um *Consiglio grande*, como órgão garantidor da neutralidade dos magistrados e pacificador das disputas internas, a participação popular ampla na política passa a ser vista como ameaça para a sobrevivência de Florença³⁰⁵. O regime republicano passa, então, a ser concebido unicamente como uma aristocracia moderada na qual, sem excluir completamente o povo, as principais funções de Estado pertencem necessariamente às famílias aristocráticas.

Essas observações servem para balizar o quadro do confronto entre os dois pensadores. Em 1530 -três anos depois da morte de Maquiavel-, é ainda um aristocrata convencido da importância de sua classe social na condução dos negócios públicos, que se debruça sobre a obra do amigo, que tanto influenciara a jovem geração no poder desde 1527. Nesse momento, Guicciardini estava disposto a fazer alianças até mesmo como os Médici, à condição de que fossem respeitadas as prerrogativas da aristocracia no futuro regime. As idéias de Maquiavel lhe pareciam contrárias às suas aspirações e por demais próximas da dos jovens republicanos, para poderem ser encampadas³⁰⁶.

Apesar dessa oposição política, o tom do escrito que vamos analisar é sereno. Guicciardini lê Maquiavel com olhos de quem conhece o autor e que sabe de suas qualidades. Além do mais, é muito significativo que ele dedique especial atenção aos dezesseis primeiros capítulos dos *Discorsi*, que contém o núcleo da teoria maquiaveliana sobre a liberdade. Começar pela análise dessa parte de seus escritos, dada sua coerência interna, permite-nos perceber com clareza como se estabeleceu relação de Guicciardini com Maquiavel no terreno da teoria republicana da política.

Essa escolha não implica desconhecer que a relação teórica entre os dois homens começou quando Guicciardini era ainda um jovem advogado. Como mostrou Sasso num escrito clássico, Maquiavel foi uma presença constante na obra do amigo, embora as

³⁰⁴ FRANCESCO GUICCIARDINI. Dialogo Del reggimento di Firenze. *Opere*. P 315.

³⁰⁵ J.G.A. POCOCK. *The Machiavellian moment*. Princeton: Princeton University Press. P 226-7

³⁰⁶ G.F BERARDI. *Francesco Guicciardini. Antimachiavelli*. P 12

referências nem sempre sejam explícitas³⁰⁷. Contrariamente, no entanto, ao grande comentador italiano, não acreditamos que as *Considerazioni* devam ser deixadas de lado por estar seu conteúdo melhor apresentado em outros escritos³⁰⁸. Se não podemos negar o caráter inconcluso e a escrita ríspida de certas passagens, o fato de que o objeto seja explicitamente o pensamento de Maquiavel permite uma certeza quanto aos objetivos de certas críticas, que não pode ser alcançada se formos obrigados a apenas supor que elas tivessem um endereço determinado. Aqui mais uma vez o fato de que Guicciardini não desejava publicar suas obras nos convida à prudência, pois não podemos atribuir uma intenção polêmica a um autor que não quer ser lido. O texto que escolhemos como central também não tinha uma intenção polêmica, mas não deixa dúvidas quanto ao endereço das críticas. Por isso acreditamos que o caminho mais seguro para balizar o confronto entre os dois pensadores é o de partir do debate explícito, para esclarecer o debate implícito em outros momentos da obra guicciardiniana. Esse procedimento não implica necessariamente nosso desacordo com as conclusões de Sasso, mas altera o peso que podemos dar a certas conclusões e afirmações.

Os primeiros passos de um confronto

O primeiro fato a ser notado é que nosso autor não se esquivava de manifestar suas concordâncias com a obra do amigo. Assim, em seu primeiro capítulo³⁰⁹, o diplomata florentino declara: “Nos *Discorsi*, é verdade que as cidades sejam fundadas por estrangeiros ou nativos”³¹⁰. Em seguida, ele examina as conseqüências de tal afirmação, mas para começar ele aceita plenamente a idéia de que uma discussão sobre a fundação de uma cidade possa melhorar nossa compreensão de sua “natureza”. De maneira geral, podemos dizer que essa concordância inicial com Maquiavel se repete ao longo de seus comentários, o que prova a pertinência de estudar a obra de nosso autor do ponto de vista de uma teoria republicana. Para reforçar esse sentimento basta ver que o segundo capítulo se abre com a afirmação de que o governo misto é o melhor de todos, afirmação com a qual Maquiavel estava de pleno acordo. Do sétimo ao décimo primeiro capítulos esse “acordo” se reitera de maneira quase monótona. Temos um exemplo claro

³⁰⁷ G. SASSO. *Per Francesco Guicciardini. Quattro studi*. “Guicciardini e Machiavelli”. P. 54-115.

³⁰⁸ Idem, p. 120.

³⁰⁹ Como as *Considerazioni* seguem a numeração dos *Discorsi*, quando nos referimos a um capítulo trata-se sempre da obra de Guicciardini que critica Maquiavel.

³¹⁰ FRANCESCO GUICCIARDINI. *Considerazioni sui Discorsi Del Machiavelli*. P 607.

no sétimo capítulo quando, analisando a questão das calúnias³¹¹, ele afirma que numa república a existência de tal fenômeno é uma praga que ameaça a sobrevivência do corpo político. Desse ponto de vista, não é necessário seguir todos os capítulos das *Considerazioni* para notar a constância com a qual Guicciardini se refere a certos argumentos de Maquiavel como a verdades mais ou menos aceitas pelos homens políticos de seu tempo.

Alguns intérpretes, como Ugo Spirito, acreditaram compreender a essência da relação dos dois florentinos a partir da idéia de que no fundo eles tinham as mesmas preocupações. Guicciardini seria simplesmente um analista mais realista e atento, embora utilizasse o método elaborado por Maquiavel³¹². Para Spirito, a unidade das duas obras se torna evidente quando constatamos que “a submissão dos meios aos fins”, que estaria no centro do pensamento maquiaveliano, era totalmente aceita por Guicciardini³¹³. Essa interpretação da relação dos dois pensadores, entretanto, se descuida de dois aspectos do problema.

Em primeiro lugar, ela deixa de lado o fato de que a concepção de liberdade sustentada pelos *ottimati*, e pelo autor das *Considerazioni* em particular, não podia ser vista como a expressão de um ponto de vista idêntico ao de Maquiavel. Considerando que essa era uma questão essencial na concepção que os dois autores tinham da política, vemos com dificuldade como encontrar unidade, quando o que constatamos é uma divergência importante quanto a questões fundamentais.

Em segundo lugar, para compreender a relação dos dois, é preciso ver sobre que pontos específicos da obra de Maquiavel Guicciardini manifesta seu acordo. Nesse sentido, mesmo uma análise superficial da obra do diplomata, demonstra que ele concorda apenas com o que podemos considerar como sendo lugares-comuns do pensamento político florentino do Renascimento. Assim, ele concorda com Maquiavel sobre a importância que pode ter a história da cidade para uma análise da natureza da constituição ideal; é sensível também ao fato de que dispositivos legais podem evitar os efeitos nocivos da calúnia, usada como arma política; ele nota além do mais, com entusiasmo, que Maquiavel, no décimo capítulo dos *Discorsi*, faz uma crítica feroz da tirania.

³¹¹ Idem, p. 620

³¹² U. SPIRITO. *Machiavelli e Guicciardini*. Firenze: Leonardo Olschki, 1945, p. 83.

³¹³ Idem, p 86.

Observando com mais atenção as concordâncias manifestas entre os dois autores, no entanto, não podemos deixar de suspeitar que elas sejam o fruto de um mal-entendido da parte de Guicciardini, ou da vontade deliberada de minimizar as divergências de fundo entre os dois pensamentos. A esse respeito, a análise dos quatro primeiros capítulos das *Considerazioni* nos fornece um campo de estudo privilegiado.

No primeiro capítulo, Guicciardini, mesmo reconhecendo a importância da história da fundação das cidades, critica Maquiavel por ter buscado longe no tempo as origens de Roma, lançando mão até mesmo do mito de Enéias³¹⁴. De sua parte, isso equivale a uma crítica aos humanistas cívicos que durante o *quattrocento* se dedicaram a tentar deslindar o sentido da criação de Florença nas brumas da história romana³¹⁵. Dessa maneira, o capítulo nos mostra um Guicciardini que, reconhecendo o pertencimento de Maquiavel à tradição do pensamento político florentino, se posiciona como crítico das idéias, que lhe parecem ainda devedoras do humanismo do século anterior ao seu. Na seqüência do capítulo, vemos desenvolver-se a análise de um escritor que se nega a emprestar ao estudo da história das cidades um papel importante dentro do esforço de elaboração de uma teoria mais geral sobre a política. Assim, ele procura mostrar que depois da queda do Império Romano, todas as cidades que haviam vivido sob seu domínio tiveram a possibilidade de alargar suas conquistas e tornar-se mais poderosas. Mostra, também que condições climáticas favoráveis são sempre um fator de maior importância do que a simples *virtù* dos cidadãos³¹⁶. É, pois, o diplomata prudente, que pretende ser audacioso, nesse momento do texto, a respeito de temas tabus do pensamento político.

O segundo capítulo das *Considerazioni* confirma que Guicciardini vê nos primeiros capítulos dos *Discorsi* uma exposição tradicional das idéias de seu tempo. Manifestando seu acordo com Maquiavel sobre a excelência do regime misto, o diplomata lança-se numa longa discussão sobre a natureza da melhor constituição. Deve-se observar que ele não presta a menor atenção à “teoria da história” exposta por Maquiavel, acreditando provavelmente que também sobre esse ponto a exposição de seu

³¹⁴ FRANCESCO GUICCIARDINI. *Considerazioni sui Discorsi del Machiavelli*. P. 607.

³¹⁵ V. de Caprariis viu nessa passagem uma crítica violenta a Maquiavel: “C’è qui non solo la diffidenza per la troppo facili generalizzazioni Che si lasciano sfuggire la molteplicità della matéria politica, il gusto Del particolare individualizzante che non deve essere smarrito in n’astratta formulazione normativa, ma c’è di piu , una piu cauta e natura attitudine critica innanzi al fatto storico, um tentativo di approfondimento di esso, um desideri di vederlo in tutta la sua coplessità non solo ma anche nei suoi piu intimi motivi”. V. de CAPRARIIS. *Francesco Guicciardini, dalla politica alla storia*. Napoli: Il Mulino, 1953, p. 89.

³¹⁶ FRANCESCO GUICCIARDINI. *Considerazioni sui Discorsi del Machiavelli*. P. 608

amigo nada mais faz do que repetir a adoração que os humanistas tinham pelo texto de Políbio, que inspirou a passagem de Maquiavel sobre o ciclo das constituições que se manifesta ao longo da história. Ao contrário, ele começa seu capítulo levando em consideração as conseqüências dessa teoria, ou seja, tomando como aceito que o regime misto é o único capaz de evitar os riscos inerentes a todas as outras formas políticas. Apesar desse acordo aparente, o que Guicciardini faz é procurar demonstrar a superioridade de um regime governado pelos *ottimati* em relação ao regime republicano de cunho popular, que vigorava então em Florença. Para ele, tratava-se de se opor à miragem romana, da qual participava Maquiavel e os humanistas, a prudência dos aristocratas³¹⁷. Sua hostilidade ao elemento popular manifesta-se sem ambigüidade no meio de uma discussão tradicional sobre as instituições republicanas³¹⁸.

A tendência de vincular Maquiavel aos humanistas prossegue no terceiro capítulo, ainda que Guicciardini passe a manifestar sua discordância com pontos específicos do pensamento do amigo de maneira mais explícita do que antes. Em particular, ele se opõe à idéia de que os homens são levados naturalmente a praticar o mal. Sem se preocupar em aprofundar sua compreensão do significado de uma proposição tão radical, o diplomata parece acreditar que Maquiavel se filia à longa tradição platônica, que associava cada regime a um tipo específico de homem. Pessoalmente, Guicciardini não estava disposto a aceitar a idéia da existência de uma maldade natural dos homens, mas reconhece que o legislador podia dela se servir, para impor limites aos desejos que acreditava serem desenfreados em sociedades com leis frágeis³¹⁹. A facilidade com que atribui um significado antropológico restrito às formulações de Maquiavel faz com que não perceba que a forma como trata a questão da instituição de leis, que servem para contrariar a natureza desejante dos homens, estava, na verdade muito mais próxima da maneira como o Secretário Florentino compreendia a questão, do que a interpretação que lhe empresta um colorido quase agostiniano.

O que acabamos de dizer fica ainda mais claro, quando analisamos a posição de Guicciardini em relação à criação dos tribunos do povo em Roma. Ele observa que essa instituição não podia servir de freio aos desejos do povo e critica o amigo por exagerar nas funções que atribui a eles na manutenção do equilíbrio das instituições republicanas.

³¹⁷ Idem, p 612

³¹⁸ idem, p 612

³¹⁹ Idem, p 613

Mas o interessante é que sua crítica não se estende ao argumento inicial de Maquiavel, segundo o qual é preciso pensar o problema das instituições a partir da consideração das dificuldades impostas à ação política por fatores relacionados com a natureza humana. As objeções de Guicciardini, no fundo, reproduzem com fidelidade as que podíamos esperar de um aristocrata da época: a desconfiança em relação ao povo, o elogio do Senado enquanto órgão de governo, a crítica ao suposto irrealismo de alguns humanistas do *quattrocento*.

Ora, sabemos hoje que Maquiavel se serviu em várias etapas de sua obra de uma adesão controlada à tradição, para captar a atenção e a benevolência dos leitores de sua época³²⁰. Quando lemos o texto de seu crítico e amigo, somos obrigados a constatar que sua conduta mostrou-se extremamente eficaz, para atingir seus objetivos teóricos e políticos. Um leitor menos atento poderia conferir inteira credibilidade às afirmações do crítico, mas com isso perderia as nuances das obras dos dois autores. Guicciardini, de fato, tende a aproximar Maquiavel muito mais de seus predecessores humanistas do que acreditamos hoje ter sido o caso, mas também não foi cego às transformações operadas por seu amigo no cenário do pensamento político. O exemplo mais claro é a análise que faz dos conflitos que dividem a cidade.

Conflito e unidade do corpo político.

Encontramos no quarto capítulo dos *Discorsi* uma teoria extremamente revolucionária sobre o papel dos conflitos na vida institucional das repúblicas. A defesa da paz foi um tema típico dos pensadores medievais que, inspirados em Agostinho, viam na manutenção da calma e da ordem no interior das comunidades políticas uma condição essencial para que os “agraciados” pudessem viver o tempo que lhes estava destinado na terra. Embora as raízes dessa concepção fossem religiosas e fizessem parte do que podemos chamar de uma teologia política, a idéia central de que a paz é o objetivo da política teve uma longa vida até os tempos modernos. A esse respeito basta lembrar a obra de Marsílio de Pádua que no século XIV, em plena efervescência política e filosófica na Itália, ainda fazia da paz o núcleo de suas preocupações³²¹.

³²⁰ Defendemos essa posição em nosso: N. BIGNOTTO. *Maquiavel Republicano*. São Paulo: Loyola, 1991, p 174-182.

³²¹ Ver: CARY J. NEDERMAN. *Community and Consent*. The Secular Political Theory of Marsiglio of Padua's Defensor Pacis. Boston: Rowman & Littlefield, 1995, p 29-52.

Maquiavel, no quarto capítulo dos *Discorsi*³²², afirma ao contrário que o conflito foi a fonte da grandeza romana. Analisando a criação dos tribunos e o resultado dos confrontos repetidos que se seguiram no interior da república romana, ele diz que da maneira como ocorreram os conflitos entre a plebe e o senado eles acabaram contribuindo de forma decisiva para a formação de uma república potente. Nessa forma de considerar o problema, ele inclui dois elementos essenciais. Em primeiro lugar o abandono explícito e consciente de toda uma tradição. No contexto em que escreve não é possível imaginar que ele não conheça a importância concedida por um grande número de autores à paz como fator de agregação. A intenção de Maquiavel deve assim ser considerada como uma declaração explícita de ruptura com o passado. Guicciardini, ao contrário, que insistia em ligar o amigo ao humanismo do século anterior, não se dá conta, (ao não julga necessário explicitar sua posição), de que integra um longo movimento de idéias, do qual parece querer se desligar. De forma incisiva ele diz: “não foi, pois, a desunião entre a plebe e o senado que fez de Roma uma cidade livre e potente, porque teria sido melhor que não tivessem existido as razões da desunião”³²³. A paz e a concórdia são o pano de fundo de uma sociedade bem estruturada e disso seu amigo parece não se dar conta.

O segundo elemento teórico mobilizado por Maquiavel em seu texto tem uma importância ainda maior do que sua relação com a tradição³²⁴. A leitura dos argumentos do diplomata parece sugerir ao leitor que a posição de seu amigo é fruto de um exagero retórico daqueles que com frequência mobilizam o passado romano para afirmar sua idéias. Uma leitura atenta dos dois autores sugere que sua discordância é muito mais profunda. Para justificar sua posição Maquiavel expõe mais uma vez uma teoria que diz respeito à constituição do corpo político. Referindo-se às partes em conflito em Roma, ele diz:

“Digo que aqueles que criticam as disputas entre os nobres e a plebe criticam aquilo que foi a causa principal de Roma ter se mantido livre. Conferem maior importância aos rumores e aos gritos que nasciam desses tumultos que os bons efeitos que geravam; e que não levam em conta que em toda república existem dois humores diversos, o do povo e o dos grandes. Toda lei que favorece a

³²² MACHIAVELLI. *Discorsi sopra la prima deca di Tito Livio*. P. 82.

³²³ FRANCESCO GUICCIARDINI. *Considerazioni sui Discorsi Del Machiavelli*. P 615-616.

³²⁴ A esse respeito ver: GERARD COLONNA D' ISTRIA. *L' art politique chez Machiavel*. Paris: J. Vrin. 1980, p 129-133.

liberdade nasce da desunião dos dois elementos constitutivos da cidade, como se pode ver facilmente em Roma”³²⁵.

O secretário florentino repete aqui uma afirmação que já havia feito em *O Príncipe*: a de que o corpo político é cindido por natureza e que nada pode fechar essa brecha³²⁶. Trata-se, para conservar sua linguagem, de dois desejos que visam objetos diferentes. Os *grandes* representam aqueles que querem o domínio, o poder, que visam como a um objeto de desejo insaciável. Igualmente insaciável é o desejo do *povo* de não ser oprimido. Como se trata de uma divisão fundamental do corpo político, para Maquiavel a afirmação de Guicciardini de que teria sido melhor se os conflitos não existissem não faz sentido.

O que se mostra aqui é uma diferença de dois pensamentos políticos, que possuem fundamentos diferentes. A afirmação do diplomata de que a unidade do corpo político é um bem desejável acompanha uma série de observações que ao longo de sua obra vai constituindo um caminho bastante diferente daquele de seu amigo. Desde o *Dialogo Del Reggimento di Firenze* essa distância se anuncia de maneira decisiva. Existe é claro uma diferença quanto à posição de cada um no tocante à organização do regime republicano, à qual voltaremos mais tarde. O que importa aqui, no entanto, é mostrar que as diferenças políticas mais imediatas escondem uma divergência séria quanto à formulação dos princípios de uma filosofia política. Unidos pelo desejo de ver Florença resgatar um passado livre, os dois amigos pensavam os fundamentos do político³²⁷ de maneira bastante diversa.

No *Dialogo* Guicciardini deixa clara, desde o primeiro livro, sua posição contrária à instauração de um governo popular em Florença, como já comentamos anteriormente. Sua preferência por um governo aristocrático não o cega, entretanto, para o fato de que o *povo*, ou a plebe como prefere, não pode ser simplesmente deixado de lado, sobretudo quando se trata de evitar as discórdias internas. Para ele, as disputas que marcaram a história da república romana tinham uma origem evidente: “a de serem distintas as *ordens* da cidade”, e mais o fato de que:

³²⁵ MACHIAVELLI. Discorsi sopra la prima deca di Tito Livio. P. 82.

³²⁶ Dos intérpretes de Maquiavel Claude Lefort foi o que melhor viu a importância dessa afirmação da divisão do corpo político. CLAUDE LEFORT. *Le Travail de l'oeuvre. Machiavel*. Paris: Gallimard, 1973, p. 382.

³²⁷ Usamos o termo “o político” no sentido de Claude Lefort, que diferencia a investigação sobre a vida política dos estudos sobre os fundamentos “do político”.

“as magistraturas e as honras eram atribuídas apenas aos patrícios, sendo os plebeus delas excluídos por lei, o que significava que uma parte da cidade era dona do poder e a outra se encontrava em um estado de servidão”³²⁸.

O que esse trecho mostra é que não escapava ao analista arguto o verdadeiro estado do povo romano antes da criação dos tribunos. Os termos que ele usa para designar a condição de cada um dos componentes do corpo social lembram aqueles empregados por Maquiavel, mas não podemos nos equivocar quanto a seu real significado.

O problema que ele pretende abordar é o da razão dos conflitos, que em vários momentos ameaçaram a sobrevivência da república romana. Os patrícios ao adquirirem um grande poder após a derrubada dos reis só pensaram em gozar dos benefícios de sua nova condição “injuriando a plebe ameaçando-a continuamente com a lei”³²⁹. Ora, tal estado de coisas não pode durar, sobretudo em uma república dependente de seus exércitos como foi Roma. O pequeno número de patrícios não permitia concentrar a defesa da cidade apenas em suas mãos e, por isso, o elemento popular se fazia tão necessário³³⁰. A estratégia de extensão dos privilégios a certos membros da plebe seguia a visão mais ampla de que a preservação do poder pela elite patricia exigia uma mudança em seu comportamento com a massa dos mais pobres.

Para que tal estratégia dê resultados é preciso que “as desordens que constatamos no dia-a-dia e que se desenvolvem no tempo possam ser corrigidas pela fortuna”³³¹. As desordens às quais se refere Guicciardini são aquelas mesmas que observamos no cotidiano de uma república como a florentina, que durante anos e anos foi atravessada por conflitos insolúveis entre seus membros principais. A grande felicidade seria ver as discórdias cessarem de tal forma que o governo pudesse visar apenas o bem comum.

Na continuação do texto o diplomata não deixa dúvida quanto ao que seria o objetivo último de todo movimento de acomodação da plebe: “de forma verdadeira o objetivo seria que a cidade fosse constituída de um único corpo, e que não houvesse distinção entre patrícios e plebeus, quando se tratasse de participação no governo”³³².

³²⁸ FRANCESCO GUICCIARDINI. Dialogo Del Reggimento di Firenze. P 451.

³²⁹ Idem, p.452.

³³⁰ “Ma ritornando a propósito, voi vedete quale fu la causa delle sedizione di Roma, perché si trovò male condizionata quella parte che sanza comparazione era maggiore e sanza la quale la città, che aveva ogni fondamento suo nelle arme, non poteva fare la guerra”. Idem, p. 455.

³³¹ Idem, p.455

³³² Idem, p. 456.

Permitir uma melhor repartição do poder é para nosso autor a melhor forma de evitar os conflitos, que dilaceram a cidade e impedem seu pleno desenvolvimento. Por isso o elogio de Maquiavel lhe parece destituído de sentido. Se a plebe tinha razão de reivindicar sua parte no poder, e por isso os conflitos eram “inevitáveis” em muitas situações, fazer-lhes o elogio correspondia a seus olhos manter um estado de coisas que era nefasto para todos.

Esse conflito de posições teóricas esconde mais do que uma simples discordância entre os dois amigos quanto à interpretação de uma passagem da história romana. Da maneira como foi formulada, a crítica de Guicciardini pode parecer até mesmo uma simples admoestação contra os exageros retóricos do amigo. Mas essa não parece ser a boa via para compreender a diferença entre os dois pensadores. O primeiro ponto a ser observado é que nosso autor se alia a uma longa tradição florentina e italiana de condenação das disputas entre facções. Desde o século XIII, por ocasião das temíveis brigas entre *guelfos* e *gibelinos*, os florentinos sabiam que a divisão profunda da sociedade em partidos inconciliáveis era uma praga que devia ser combatida sob o pretexto de ver a cidade afundar no sangue de seus próprios cidadãos. A prática da *vendetta* entre as partes envolvidas acabava impedindo a continuidade das instituições, a prática da justiça e o desenvolvimento da cidade. Dante talvez tenha sido a vítima mais ilustre desse processo de destruição do corpo político, que se tornou perigoso no período de sua vida³³³.

Esse fenômeno gerou uma longa e consistente crítica à formação de facções no interior das cidades, que unia pensadores de todas as tendências. Esse movimento de recusa dos conflitos e de afirmação da necessidade de se preservar a unidade do corpo político encontrava forte apoio na filosofia política medieval, que desde Agostinho fizera da paz o objetivo central da política. Nesse ponto específico houve uma perfeita continuidade entre os medievais e os humanistas do *quattrocento*³³⁴. Se a unidade do corpo político, defendida pelos pensadores do período, estava em contradição com a concepção dominante na Idade Média, que a via, sobretudo, como aquela das grandes instituições universais, a Igreja e o Império, o mesmo não se podia dizer da idéia de paz. No curso do século XIII e XIV o grande problema que afligia os pensadores políticos,

³³³ JOHN LARNER. *Italy in the age of Dante and Petrarch. 1216-1380*. London: Longman, 1980, p 106-127.

³³⁴ NEWTON BIGNOTTO. *Origens do Republicanismo moderno*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2001, p 160-176.

sobretudo os juristas, era o de assegurar que as pequenas repúblicas italianas pudessem aspirar a uma unidade mesmo sendo, na lógica da Igreja, apenas uma parte do todo.

No tocante à paz as coisas eram bem diferentes. A priori não havia porque excluir do conceito as pequenas cidades uma vez que todos aceitavam a idéia como um valor universal perfeitamente atemporal. A rigor, a defesa da unidade do corpo político também aspirava a ser um valor universal, mas não se dirigia aos mesmos corpos políticos e por isso merecia um tratamento diferente daquele dado ao conceito de paz³³⁵. Essa diferença de percepção dos dois problemas era, no entanto, bastante diferente no século XV. Há muito as “forças universais” haviam deixado de galvanizar as atenções. O surgimento das nações modernas, como a França e a Espanha, havia ao longo do tempo mudado completamente a face da Europa. As pretensões temporais da Igreja esbarravam no fato de que a disputa por território e poder não de dava mais entre instituições com pretensão à universalidade, mas entre países e nações, que defendiam ferozmente sua identidade e seus direitos.

Guicciardini estava, portanto, ecoando uma velha tradição ao insistir tanto na necessidade de se pacificar as relações entre as partes constitutivas da cidade quanto ao definir a unidade do corpo político como a meta maior de toda política. Nesse ponto específico do texto, ele não estava pregando uma forma exclusiva de governo e nem mesmo manifestando suas preferências aristocráticas. O que defendia era simplesmente a continuidade de uma maneira de abordar a política a partir da idéia de unidade e de paz. Essa defesa tornava manifesta uma discordância que ia além das escolhas políticas imediatas. Na verdade, no terreno mais imediato da vida florentina, os dois pensadores manifestaram mais acordos do que desacordos no final da década de 20³³⁶. O que lhes separava era a forma de encarar os fundamentos da vida política.

Experiência e História

Na seqüência das análises de Guicciardini dois princípios parecem comandar sua *démarche*: o da prudência e o da experiência. Deixaremos para mais tarde nossas observações sobre a prudência para nos concentrarmos no conceito de experiência. Já nos confrontamos com ele em outras ocasiões, mas é interessante constatar como se torna operativo à medida que as diferenças entre os dois autores se manifestam.

³³⁵ JULIUS KIRSHNER (ED). *The Origins of the State in Italy. 1300-1600*. Chicago: The University of Chicago Press, 1995. p 152-162.

³³⁶ ROBERTO RIDOLFI. *Vita di Francesco Guicciardini*, p 163-180.

Comentando a escolha maquiaveliana de conferir a guarda de liberdade ao elemento popular, nosso autor faz algumas observações.

Em primeiro lugar, ele parece não compreender a natureza da questão. Tendo partido da idéia de que a unidade do corpo político é um ideal a ser perseguido e que não se pode conferir essência à diferença existente entre a plebe e a nobreza, não há razão evidente para colocar a guarda da liberdade em uma das partes. Retornando à história romana ele diz: “seria correto dizer que a guarda da liberdade em Roma esteve a cargo tanto dos patrícios quanto dos plebeus, uma vez que os cônsules e os ditadores tinham a obrigação de defender a liberdade”³³⁷. Os fundamentos de sua filosofia política o levam a acreditar que não tem sentido escolher uma parte do corpo político para ser a depositária de um bem que a priori interessa a todos. As diferenças existentes e os resultados históricos da maneira como cada república resolveu seus problemas são os dados fundamentais da questão e não a definição de uma prioridade que independeria da história concreta dos povos para ter validade.

Em outros termos, o problema era para Guicciardini de escolha institucional e não de fundamento. Ou melhor, os fundamentos da análise política recomendavam tratar a questão como a de um equilíbrio institucional³³⁸. Posta a unidade como princípio fundamental, a escolha das melhores instituições só poderia servir ao estabelecimento do ponto de equilíbrio possível. Por isso não é surpreendente que no mesmo capítulo nosso autor faça uma defesa veemente do governo misto, afirmando ser ele o melhor remédio para os males que afligem as repúblicas de seu tempo. Ao fazer coro ao que era um lugar comum do pensamento republicano da época, Guicciardini estava esposando uma tese muito diferente da de seu amigo.

Antes de qualquer coisa, cabe observar que ele não faz referência alguma à teoria clássica segundo a qual o regime misto seria a melhor forma de imunizar as sociedades políticas contra a passagem do tempo. Desde a antiguidade o problema do regime misto era posto para se pensar o problema da corrupção dos regimes. Ao misturar os elementos centrais das várias constituições acreditava-se que as mudanças poderiam ocorrer no interior da ordem constitucional não implicando assim na derrocada sucessiva das formas políticas à medida que o tempo fosse passando. Para Guicciardini, o inimigo a ser combatido é a ruptura do corpo político; a divisão, que

³³⁷ FRANCESCO GUICCIARDINI. *Considerazioni sui Discorsi del Machiavelli*. P 617.

³³⁸ Sasso já mostrou o papel que a idéia de equilíbrio constitucional tinha para Guicciardini. G. SASSO. *Per Francesco Guicciardini. Quattro studi*. P. 115.

acaba por destruir as amarras legais. Nesse sentido, seu texto não poderia ser mais explícito:

“eu elogiarei sempre contra todos os outros um governo misto, pois em um tal governo encontrarei a guarda da liberdade empregada contra os que desejam oprimir a república, fugindo sempre que possível à distinção entre nobres e plebeus”³³⁹.

Sua visão era solidária do fato de que durante toda sua vida ele evitou expor as leis que comandam a história de maneira muito radical. Aliás, já no início de suas críticas a Maquiavel ele observa que seu amigo tinha a tendência a colocar as coisas de maneira muito absoluta, referindo ao fato de que o secretário florentino não se eximia de tirar conclusões formais quanto à marcha dos acontecimentos históricos.

Guicciardini, ao contrário, tendia a valorizar a experiência e o que podemos aprender com ela. Comentando o sexto capítulo dos *Discorsi* ele observa que o recurso à experiência teria sido suficiente para evitar a divisão do corpo político. Se tivessem os patrícios recorrido aos ensinamentos acumulados pelo tempo, eles não teriam recusado à plebe o que ela demandava. Por isso, ao contrário de Maquiavel, ele acreditava que “não teria sido impossível para os romanos organizar o governo de tal forma que não existissem os tumultos e as sedições, ao contrário teria sido muito fácil”³⁴⁰. Para chegar a essa conclusão é preciso abandonar as grandes afirmações sobre a história e fixar a atenção nos detalhes particulares.

Nesse ponto o pensamento dos dois autores diverge de maneira radical. Nosso autor repete ao longo de toda sua obra o que está consubstanciado de forma definitiva nos *Ricordi*: “É um grande erro falar das coisas do mundo de maneira indistinta e absoluta”³⁴¹. A saída é o uso do que ele chama de “*discrezione*”: “porque quase tudo comporta uma distinção ou uma exceção à regra em virtude da variedade das circunstâncias, que não podem ser fixadas com uma única medida”³⁴². Não há como fugir do fato de que Guicciardini abdica de um método, que parte de princípios gerais para compreender as partes, para um procedimento que pelo respeito das particularidades deixa de lado a busca das regras que unem os acontecimentos singulares. Esse traço de seu pensamento é constante em toda sua obra e marcou de

³³⁹ FRANCESCO GUICCIARDINI. Considerazioni sui Discorsi Del Machiavelli p. 618.

³⁴⁰ Idem, p. 620.

³⁴¹ FRANCESCO GUICCIARDINI. Ricordi. *Opere*. N° 6, p 729.

³⁴² Idem, N° 6, p 729.

forma decisiva não apenas suas idéias políticas, mas também a maneira como escreveu a história de seu tempo.

Uma prova do que estamos dizendo encontramos em suas críticas ao *proemio* do segundo livro dos *Discorsi* de Maquiavel. Nele o secretário florentino defende entre outras coisas que nosso julgamento sobre as coisas do passado é corrompido pelo fato de que aqueles que proferem esses julgamentos estão necessariamente contaminados pelo lugar do qual falam e pelos interesses e desejos que são próprios a cada etapa de nossa vida. Isso não impede, no entanto, a seus olhos que possamos raciocinar de maneira coerente sobre as coisas da política pelo fato de que “o mundo conserva-se sempre no mesmo estado, nele existindo a mesma quantidade de bem e de mal; mas esse bem e esse mal percorrem as diversas províncias e lugares”³⁴³. Dessa forma Maquiavel pretendia ao mesmo tempo eliminar a idéia de que fosse possível a um ator particular pretender proferir juízos universais, que não dependessem do lugar do qual fala na história e recusar a idéia contrária de que não exista base objetiva para todos os juízos políticos. O lugar do ator é assim ao mesmo tempo o do sujeito, que incorpora sua história ao se relacionar com o mundo, e o do analista, que pode confiar em uma certa objetividade do juízo pelo fato de que o mundo dos homens possui um substrato que permanece, mesmo se suas manifestações históricas são muito diferentes nas diversas épocas.

Guicciardini concorda com o amigo no tocante à variabilidade e à imprecisão do julgamento dos autores que fazem do passado seu principal objeto: “a conclusão é verdadeira, uma vez que os tempo antigos são elogiados mais que o devido e a razão é bem apontada pelo escritor (Maquiavel)”³⁴⁴. Mas não pode concordar com o princípio segundo o qual o mundo permanece o mesmo ao longo dos tempos. Para provar seu ponto de vista, ele se dedica então a recolher exemplos que mostrem claramente que as diferenças existentes entre as épocas são intransponíveis e não podem ser anuladas em nome de um fundo permanente de bem e de mal.

Ora a concordância quanto à crítica dos que abusam das referências ao passado não deve esconder o fato de que há uma discordância de princípio entre dos dois escritores, que não pode ser desconsiderada. A *discrezione* é sempre a arma principal de que um ator político dispõe para interagir com o mundo. Essa “capacidade de distinguir os aspectos e os componentes de uma situação particular, de avaliar as variáveis que

³⁴³ MACHIAVELLI. *Discorsi sopra la prima deca di Tito Livio*. P.145.

³⁴⁴ FRANCESCO GUICCIARDINI. *Considerazioni sui Discorsi del Machiavelli*. P. 660.

distinguem uma situação de outra, de compreender os fatos com juízos analíticos precisos e concretos”³⁴⁵ –na bela definição de Antonio Quatela – vai de par com uma concepção da natureza humana que aceita a *fortuna* como uma parte integrante de todos os momentos da vida. Diante de um acontecimento ao qual deve reagir o ator político pode contar, sobretudo, com a experiência para tomar a decisão correta. Essa experiência, entretanto, não ultrapassa as fronteiras de sua própria vida. O manancial disponível para cada ator é derivado de sua interação com um meio ao qual ele pertence e com o qual está em troca constante.

Isso não implica em dizer que a experiência de um ator não possa ser formada em contato com o passado e com a história. Guicciardini foi ele mesmo um historiador talentoso para desprezar os relatos do passado. O que ele sugere é que o aprendizado do presente não pode ser feito apenas com o passado, uma vez que não existe um fio de continuidade entre as épocas, que permita a formação de juízos sobre os dias atuais baseados apenas em fatos de outras épocas. Maquiavel, ao contrário, aposta na existência de uma natureza das coisas que permanece ao longo dos tempos, como um fundamento para um operador essencial de seu pensamento: a idéia de imitação. Para ele, e isso fica visível desde o começo dos *Discorsi*, os homens devem procurar reproduzir no presente a *virtù* da qual foram capazes seus antepassados³⁴⁶. Tal imitação será garantida pela permanência dos traços fundamentais do mundo, com o que chama de mesma quantidade de bem e de mal. É claro que se trata de uma metáfora, á qual cada pensador confere um valor diferente, mas que marca uma separação decisiva entre os dois.

Talvez seja a diferença entre a “imitação” maquiaveliana e a “*discrezione*” de Guicciardini que explique a diferença de sensibilidade dos dois autores com relação ao fenômeno da corrupção. Em primeiro lugar, é preciso evitar um equívoco. Ambos concordam com o diagnóstico da corrupção italiana e com a existência do fenômeno ao longo de toda a história. O problema se coloca na maneira de abordar o fenômeno no terreno da teoria política.

Em primeiro lugar cabe observar que Guicciardini comenta apenas um dos capítulos dos *Discorsi* de Maquiavel nos quais o tema é tratado deixando de lado justamente aqueles nos quais o secretário florentino expõe de forma mais consistente sua preocupação com o tema. Para Maquiavel, a questão principal é a de saber se um

³⁴⁵ ANTONIO QUATELA. *Invitto alla lettura di Guicciardini*. Milano: Mursia, 1991, p 110.

³⁴⁶ Essa formulação deve muito a Claude Lefort em seu livro já citado sobre Maquiavel.

povo corrompido pode recuperar a liberdade e isso à luz dos muitos exemplos fornecidos pela história. Ou seja, o problema é o de saber se é possível chegar a uma teoria da política que pudesse conferir racionalidade aos movimentos das nações, que procuram escapar das garras da corrupção. O leitor superficial do segundo capítulo dos *Discorsi* pode ser levado a acreditar que a natureza cíclica da história garante sozinha uma solução para o problema, uma vez que nenhum estágio de uma constituição pode durar para sempre. Nada mais longe das investigações maquiavelianas sobre a questão do que essa crença no automatismo das mudanças sociais. O verdadeiro drama das sociedades corrompidas é que não parece existir um caminho seguro para seu retorno aos dias gloriosos. Ao contrário, o que a história parece ensinar é que ela é irreversível. Nessa situação como pensar a situação vivida pela Itália no século XVI?

Guicciardini não confere ao problema a mesma carga dramática que seu amigo. Isso não se deve, entretanto, a uma discordância quanto ao momento vivido pela Itália. Ao longo da segunda década do século XVI, quando o convívio entre os dois autores se estreitou, suas posições quanto ao cenário político foram no mais das vezes convergentes. Mais uma vez as divergências são de fundo teórico e não prático. Ao conduzir suas análises o diplomata florentino presta grande atenção às diferenças existentes entre os diversos regimes e sua relação com a liberdade³⁴⁷. Aparece aí a tese maquiaveliana de que um povo acostumado a viver livre pode recuperar mais facilmente a liberdade do que um povo que nunca a conheceu³⁴⁸. A seqüência do texto mostra, no entanto, que os dois autores partem em direção totalmente diversa, quando se trata de considerar o lugar do povo e da corrupção dos regimes.

Guicciardini confere pouco valor ao problema mesmo da corrupção, ou melhor, retira-lhe inteiramente a radicalidade ao sugerir que a experiência das coisas pode sempre oferecer um caminho para a solução dos dilemas aos quais as cidades são confrontadas. Se lermos o capítulo à procura da posição de nosso autor sobre a questão da corrupção, ficaremos frustrados. Em Maquiavel o problema não é genericamente o da relação do povo com o príncipe, mas sim o da possibilidade de um povo corrompido recuperar ou não a liberdade em diversas situações. Já em Guicciardini o que importa é menos a questão da corrupção e mais o da relação entre o povo e o príncipe, quando está

³⁴⁷ “Io fo in questo Discorso grandissima differenza da uno popolo che non abbia mai conosciuto liberta, a uno poplo che qualche volta sai stato libero...”. FRANCESCO GUICCIARDINI. Considerazioni sui Discorsi Del Machiavelli. P. 631.

³⁴⁸ “È adunche difficile conservare una liberta acquistata di nuovo, e molto piú difficile a uno popolo stato in continua servitù”. Idem, p. 632.

em questão o desejo de se adquirir a liberdade. Essa forma de abordar o tema é inteiramente compatível com sua recusa de aceitar leis gerais para a compreensão da política. A corrupção não deixa de ser um fenômeno importante da vida dos povos, mas ela não ocupa um papel determinante uma vez que sua ocorrência parece conduzir a um território teórico difícil de ser equacionado. De maneira esquemática poderíamos dizer que Guicciardini não recusa a existência da corrupção, apenas se nega a conferir-lhe um alcance universal. Para cada povo corrompido existe a seus olhos um problema, que não pode ser abordado com o auxílio de leis gerais retiradas da história.

O segundo ponto importante a ser notado é que a conclusão de Guicciardini vai no sentido oposto à do amigo. Ao se interrogar sobre a possibilidade de um príncipe ganhar os favores do povo, para continuar a governar, Maquiavel afirma que ele deve satisfazer seus desejos, pelo menos aqueles passíveis de serem satisfeitos se quiser reinar.³⁴⁹ Isso implica em dizer que em todas as ocasiões o elemento central de equilíbrio é o povo, mesmo quando estamos distantes das condições ideais de estabelecimento de uma república. No caso de Guicciardini, o ponto central de sua argumentação é a recusa dos conflitos: “Evite-se, sobretudo, que nasçam divisões nas cidades, o que acontece sempre que o governo não é bem organizado”³⁵⁰ - diz ele em determinado momento. Mas se o conflito entre o príncipe e o povo ocorrer, a solução deve ser contrária a de seu amigo. No lugar de buscar compreender e de favorecer os desejos populares, o príncipe deve buscar se cercar de amigos potentes, que possam “oprimir o povo”, ou aniquilá-lo, “introduzindo novos habitantes que não tenham motivo para desejar a liberdade”³⁵¹. A posição política do diplomata a favor de uma república aristocrática encontra sua justificação até mesmo nos extremos da vida política, quando o corpo político se encontra corrompido e já não é possível recorrer a vias tradicionais da negociação e da composição entre as partes envolvidas no conflito. Dos fundamentos passamos sem transição para a organização da vida política e para o papel que cada componente do corpo político desempenha na busca do equilíbrio constitucional. Nesse ponto as diferenças entre os dois autores não poderiam ser mais nítidas.

³⁴⁹ “Volendo, pertanto, uno príncipe guadagnarsi uno popolo che gli fosse inimico, parlando di quelli principi che sono diventati della loro patria tirani, dico ch’ei deve esaminare prima quello che il popolo desidera, e troverà sempre che desidera due cose: l’uma, vendicarsi contro a coloro che sono cagione che sai servo; l’altra di riavere la sua liberta”. MACHIAVELLI. Discorsi sopra la prima deca di Tito Livio. P.100.

³⁵⁰ FRANCESCO GUICCIARDINI. Considerazioni sui Discorsi del Machiavelli. P. 633.

³⁵¹ Idem, p. 635.

A Prudência dos aristocratas.

Ao longo dos *Discorsi* Maquiavel multiplica as referências ao povo e manifesta com clareza sua confiança de que é nessa parte do corpo social que encontramos a origem da grandeza das repúblicas e sua fonte de renovação. Instado a comparar o elemento popular ao elemento aristocrático o secretário florentino, como no quinto capítulo de sua obra citada, prefere sempre o primeiro por oferecer maior segurança na defesa dos valores centrais de uma república, sobretudo a liberdade. Como vimos, Guicciardini parece nem mesmo compreender o sentido das afirmações do amigo, e isso pela simples razão de que não compartilha dos mesmos pressupostos no que diz respeito aos fundamentos do *vivere libero*. Partindo da idéia central de que a unidade do corpo político deve ser garantida a qualquer preço, ele analisa a questão dos grupos sociais constituintes da república preferencialmente do ponto de vista da ordenação jurídica e isso o leva a pender a balança a favor dos aristocratas. Se observarmos o conjunto de suas observações sobre a obra de Maquiavel, veremos que essa era para ele uma questão decisiva.

Logo no segundo capítulo de suas *Considerazioni*, quando nosso autor aborda o tema do regime misto, o que ressalta é seu elogio ao governo dos *ottimati*. Embora prefira o regime derivado da mistura de todas as constituições, por sua capacidade de resistir às mudanças, no que apenas repete um lugar comum de todo pensamento republicano da época, Guicciardini não deixa de propor uma instigante comparação entre uma república aristocrática e um regime republicano popular. Para ele:

“No governo dos *ottimati* existe isso de bom, que sendo muitos a governar, não podem com facilidade constituir uma tirania como ocorre no governo de um só. Sendo o regime governado pelos homens mais qualificados da cidade, o fazem com mais inteligência e mais prudência do que faria uma multidão; e sendo honrados não vêem motivos para criar sedições, como poderiam fazer se estivessem descontentes”³⁵².

Existe é verdade o risco de que os membros da aristocracia deixem de lado os desejos do povo e acabem colocando em risco a saúde do corpo político. De qualquer maneira, a prudência é a virtude por excelência dos aristocratas e só ela pode evitar que

³⁵² Idem, p. 611.

os problemas inerentes a cada regime corrompam suas estruturas de forma mais rápida do que o normal.

Se o apelo à figura do regime misto serve para lembrar o leitor da fragilidade natural de todas as formas políticas, a análise de cada um delas separadamente fornece uma visão muito mais clara das reais dificuldades que atormentam as repúblicas divididas pelos apelos de seus grupos sociais. Ora, ao falar da república popular, no mesmo capítulo, Guicciardini não deixa a menor dúvida quanto à sua visão das qualidades, (ou da falta delas), do povo. Depois de ter elogiado o regime popular por guardar distância da tirania, ele afirma: “De ruim (no regime popular) se encontra o fato de que o povo por sua ignorância não é capaz de deliberar sobre nada de importante”³⁵³. Nada do que diz respeito à eleição dos magistrados, à criação das leis, e outros assuntos importantes, deve ser levado ao conhecimento do povo sem antes passar pelas mãos de um órgão aristocrático, como o senado, que terá a função de ordenar as matérias, evitando que a incapacidade popular se transforme em uma fonte de sedição.

Não há nada de novo na posição de Guicciardini, nem contradição com o que ele afirma em seus textos já estudados anteriormente. O que nos interessa ressaltar é a escolha da oposição entre prudência e ignorância como a ponta de lance de um debate contra a posição do amigo. Maquiavel desde *O Príncipe*³⁵⁴ insiste em se bater contra uma percepção comum em sua época de que não se pode fundar o poder no elemento popular. Para ele, a aceitação da divisão natural do corpo político em dois “humores” opostos condiciona a escolha do povo como elemento mais seguro da fundação do Estado. Guicciardini, ao contrário, procura sempre se apoiar na afirmação da ignorância do elemento popular, para demonstrar a superioridade da prudência aristocrática. Em seu caso, o pressuposto da unidade do corpo político desvia o problema da busca do equilíbrio das instituições para o debate sobre qualidades associadas a posições de classe. Sem se preocupar demais, nesse contexto, com a definição do que seria a prudência, ele assegura apenas que ela é a virtude por excelência do ator político, mas que só pode ser encontrada entre os aristocratas. Em momento algum ocorre-lhe pensar, por exemplo, que o desejo de conservação da liberdade, tal como proposto por Maquiavel, pode ser interpretado como um forma superior de prudência.

Nesse debate não podemos deixar de notar que nenhum dos dois autores aborda a questão do fundamento da vida institucional do ponto de vista do problema da

³⁵³ Idem, p. 612.

³⁵⁴ MACHIAVELLI. *Il Principe. Tutte le Opere*. Cap IX, p. 271.

soberania. Embora fosse uma questão recorrente desde o final da Idade Média não fazia parte do aparelho conceitual mobilizado pelos pensadores republicanos do *cinquecento*. Talvez por isso o confronto entre os dois amigos seja tão sinuoso, pois a divergência fundamental sobre a constituição do corpo político, acaba levando-os a apreciar a vida institucional de pontos de vista muito diferentes. Enquanto a prudência alegada dos *ottimati* é para Guicciardini uma categoria que diz respeito à ação ou a capacidade de ação dos atores, a ignorância do povo parece ser um dado constitutivo de sua própria natureza. Nesses termos ele segue seu confronto ao longo de suas *Considerazioni*.

O capítulo cinquenta e oito é exemplar dessa estratégia. O próprio título dado por Maquiavel parece uma provocação. Com efeito, ele diz que “uma multidão é mais sábia e mais constante do que um príncipe”. Saindo de uma certa reserva verbal que governa seu escrito, Guicciardini começa dizendo: “Difícil empresa a daqueles que, contra a opinião dos homens, atribui ao povo constância e prudência”³⁵⁵. O interessante do capítulo é que ao evitar a contraposição entre o governo dos *ottimati* e o popular, Guicciardini dá livre curso a suas considerações sobre o povo. Comentando as qualidades existentes em cada regime, ele não hesita em aproximar o governo dos príncipes daquele dos aristocratas. Nos dois casos, segundo ele, é possível encontrar maior racionalidade e maior capacidade de decisão. Quando governa a multidão o que se encontra é a confusão. Da diversidade de cabeças, que ele opõe à unidade das virtudes dos pequenos grupos sociais, não pode nascer “nem discurso racional, nem resolução bem fundada, nem ações consistentes”³⁵⁶.

Contrariamente ao que diz em várias partes de sua obra, Guicciardini não hesita em tirar conclusões universais da observação de fatos particulares. Desafiando o amigo, ele diz que o exame de cinquenta anos de governo popular e do mesmo período do de uma monarquia mostraria que o resultado seria sempre favorável ao governo de um só. O fundamento de tal afirmação se encontra na natureza mesma da multidão. Sem ambigüidades Guicciardini resume assim as qualidades do povo: “não se pode negar que um povo em si mesmo não é mais do que uma arca de ignorância e de confusão”; mais à frente ele comenta: “na multidão não se encontra nem prudência nem constância”³⁵⁷. Repetem-se aqui os mesmo operadores conceituais, que já encontramos no começo das *Considerazioni* – a ignorância e a prudência -, mas, contrariamente ao que

³⁵⁵ FRANCESCO GUICCIARDINI. *Considerazioni sui Discorsi Del Machiavelli*. P. 655.

³⁵⁶ Idem, p. 656.

³⁵⁷ Idem, p. 656.

poderíamos esperar, eles possuem um uso bastante específico. Se antes parecia que a prudência designava uma forma de ação correta na cidade, bem nos moldes de Aristóteles, aqui ela adquire um sentido muito mais restritivo. Associando-a ao “exame racional” dos acontecimentos é às “ações consistentes”, Guicciardini faz da prudência um fator absoluto de definição do elemento popular.

Na verdade trata-se de um fator negativo, pois o que define o povo é sua absoluta incapacidade de agir de forma prudente, donde nasce sua inconstância e sua confusão. A definição adotada por Guicciardini é tão essencial para ele, e sua repugnância do elemento popular tão arraigada, que procederá até mesmo a crítica de um dos mitos políticos de seu tempo: o povo romano. Deixando mais uma vez de lado os conselhos que oferece ao amigo e tantos outros autores, que recorrem ao passado para buscar formulações gerais sobre a história, ele é conduzido a um exercício de simulação histórica, que destoa inteiramente do método que adota em muitas partes de sua obra. Diante da necessidade de provar sua tese, ele aceita comparar o povo romano, e sua história de glórias, com um hipotético príncipe, que teria gozado de condições semelhantes àquelas vividas pelos habitantes de Roma:

“Tome-se um príncipe que tivesse a mesma superioridade de *virtù* com relação a outros príncipes que teve o povo romano com relação a outros povos: acredito que sem dúvida alguma esse príncipe procederia em tudo com mais prudência e constância do que o povo romano procedeu”³⁵⁸.

A tomada do poder pelos Médici acabou por soterrar as aspirações de Guicciardini, assim como havia feito com as de seu amigo em 1512. Apesar de todos seus esforços para contribuir de alguma forma com o novo governo, que se instalou em Florença em 1530, suas conhecidas habilidades políticas não foram suficientes para garantir-lhe uma posição de destaque na formulação dos destinos de sua cidade. A prudência dos príncipes não foi suficiente para reconhecer no velho aristocrata um aliado precioso. Assim como o radicalismo dos jovens savonarolianos impediu que eles vissem em Maquiavel um homem fundamental para a implantação de uma república popular em sua terra natal³⁵⁹, também os Médici acabaram deixando de lado seu velho

³⁵⁸ Idem, p. 655.

³⁵⁹ LORENZO POLIZZOTTO. *The elect nation. The Savonarolian movement in Florence 1494-1545*. Oxford: Clarendon Press, 1994. p. 369.

aliado, quando soterraram para sempre o sonho de implantação de uma república aristocrática em Florença³⁶⁰.

³⁶⁰ R RIDOLFI. *Vita di Francesco Guicciardini*. P 314-317.

Bibliografia

Fontes Primárias:

ALAMANNI, Lodovico. Discorso di Lodovico Alamanni sopra il fermare lo stato di Firenze nella devozione de' Medici, in: ALBERTINI, R. *Firenze dalla Repubblica al Principato*. Torino: Einaudi, 1970, p 376-384.

BRUCIOLI, Antonio. *Dialogi*. Vinegia: G. de Gregori, 1526.

GHERI, Goro. Istruzioni per Roma, in: ALBERTINI, R. *Firenze dalla Repubblica al Principato*. Torino: Einaudi, 1970, p 360-364.

GIANOTTI, Donato. *Opere Politiche*. Milano: Marzorati, 1974. 2 vol.

GUICCIARDINI, Francesco. *Opere*. Torino: UTET, 1970. Ed. E. M. Scarano. 3 vol.

_____. *Ricordi*. Milano: Garzanti, 1984.

_____. *Storia d'Italia*. Milano: Garzanti, 1988, 3 vol.

MACHIAVELLI, Niccolo. *Tutte le Opere*. Firenze: Sansoni, 1971.

SAVONAROLA, G. *Prediche sopra Aggeo*. Roma: Angelo Belardetti, 1965.

Fontes Secundárias:

ALBERTINI, R. *Firenze dalla Repubblica al Principato*. Torino: Einaudi, 1970

BIGNOTTO, N. *Maquiavel Republicano*. São Paulo: Loyola, 1991.

_____. Nota metodológica: Guicciardini Leitor de Maquiavel. *Discurso*, 29, (1998), p 111-131.

_____. *Origens do Republicanismo Moderno*, Belo Horizonte: Ed UFMG, 2001.

_____. A relevância do estudo da tirania na obra de Bartolus de Sassoferrato, *Veritas*, 150, (1993), p. 315-323

BLUM, Paul Richard (org). *Filósofos da Renascença*. São Leopoldo: Editora Unisinos, 2003.

BOCK, G. *Machiavelli and Republicanism*. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.

BODIN, J. *Methodus ad facilem historiarum cognitionem, libri VI*. Trapani: ed Celebes, 1969.

- BRAUDEL, Fernand. *Civilização material, economia e capitalismo. Séculos XV-XVIII*. São Paulo: Martins Fontes, 1995. 3 Vol.
- BURCKHARDT, Jacob. *Del paganismo al cristianismo*. Mexico: Fondo de Cultura Economica, 1996.
- BURKE, P. *Cultura e Società nell'Italia del Rinascimento*. Torino: Einaudi, 1984.
- CABRINI, ANNA MARIA. *Un'idea di Firenze. Da Villani a Guicciardini*. Roma: Bulzoni, 2001.
- CADONI, G. *Crisi della Mediazione Politica*. Roma: Jouvence, 1994.
- _____. *Un Governo Immaginato. L'universo politico di Francesco Guicciardini*. Roma: Jouvence, 1999.
- CAILLÉ, A; LAZZERI, C; SENELLART, M. (Org). *História argumentada da Filosofia Moral e Política*. São Leopoldo: Editora Unisinos, 2004.
- CAVALLAR, O . Francesco Guicciardini and the "Pisan Crisis": logic and discourses. *The journal of Modern History*. vol 65, 2, (1993), p. 245-285.
- CHABOD, Federico. *Escritos sobre el Renacimiento*. Mexico: Fondo de Cultura Economica, 1990.
- CHIANTELLA.R. *Storiografia e pensiero politico nel Rinascimento*. Torino: Società editrice internazionale. 1973. p 23-94.
- CLOULAS, I. *Savonarole*. Paris: Fayard, 1994.
- COCHRANE, E. "L'eredità del Guicciardini. Dall storia "nazionale" alle "storie definitive", in: *Francesco Guicciardini nel V Centenario della nascita. 1483-1983*. Firenze: L. Olschki, 1984, p 271-291.
- COSTA, G. Francesco Guicciardini e l'ermetismo rinascimentale. *Annali d'italianistica*, vol 2, (1984), p. 64-80.
- De CAPRARIIS, V. F. *Guicciardini: dalla politica alla storia*. Napoli: Il Mulino, 1953.
- _____. Le "Cose Fiorentine" di Francesco Guicciardini. *Rivista storica italiana*, vol 61, 2 (1949), p 177-195.
- DELUMEAU, Jean. *A Civilização do Renascimento*. Lisboa: Editorial Estampa, 1994.
- De SANCTIS, F. *Saggi critici, III*. Bari: Laterza, 1957.
- DONI GARFAGNINI, M. Metodo storico e riflessione política nelle "Cose fiorentine" di Francesco Guicciardini. *Rinascimento, Seconda serie*, vol 28 (1988), p 3-40.
- FINLAY, Robert. The immortal republic: the myth of Venice during the Italian Wars (1494-1530). *The Sixteenth century journal*, vol 30, 4 (1999), p 931-944.

FOURNEL, Jean-Louis. L'unico dialogo di Francesco Guicciardini o la lingua della nuova repubblica. *Giornale storico della letteratura italiana*, vol 177, 3, (2000), p 321-336.

FUBINI, M. *Studi sulla letteratura del Rinascimento*. Firenze: Sansoni, 1947.

GARIN, Eugenio. *La Cultura Filosofica del Rinascimento Italiano*. Firenze: Sansoni, 1979.

_____, *Scienza e Vita Civile nel Rinascimento Italiano*. Bari: Laterza, 1985.

_____, *L'umanesimo Italiano*. Bari: Laterza, 1988.

_____, *Medioevo e Rinascimento*. Bari: Laterza, 1973.

_____, *Educazione umanistica in Italia*. Bari: Laterza, 1975.

GILBERT, F. *Machiavelli e Guicciardini*. Torino: Einaudi, 1970.

_____. *Machiavelli e il suo tempo*. Bologna: Il Mulino, 1977.

GOLDTHWAITE, Richard. *The Building of Renaissance Florence: an economic and social history*. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 1980.

HALE, J.R. *A concise Encycloaedia of the Italian Renaissance*. Londres: Thames and Hudson, 1981.

_____, *Florence and the Medici: the pattern of control*. Londres: Thames and Hudson, 1977.

HANKINS, J. . *Renaissance Civic Humanism*. Cambridge: Cambridge University Press, 2000.

_____. *Plato in the Italian Renaissance*. Nova York: E.J. Brill, 1991.

_____. The Baron Thesis after forty years and some studies of Leonardo Bruni. *Journal of the history of ideas*, v.I, (1995), p. 309-338.

_____. . The Myth of Platonic Academy of Florence. *Renaissance Quarterly*. V. XLIV, 2, (1991) p. 429-75.

HIBBERT, C. *Ascensão e Queda da Casa dos Médici*. São Paulo: Cia. das Letras, 1993.

KELLEY, D. *Renaissance Humanism*. Boston: Twayne Publishers, 1991.

KIRSHNER, J. *The origins of the State in Italy. 1300-1600*. Chicago: The University of Chicago Press, 1995.

KRAYE, J. (ED). *The Cambridge Companion to Renaissance Humanism*. Cambridge: Cambridge University Press, 1996.

MARK, P. Francesco Guicciardini: the historian as aphorist. *Annali d'italianistica*, vol 2, (1984), p. 110-122.

_____. Reappraising “Guicciardinian man”: changing contexts of judgement on Guicciardini since De Sanctis. *Rivista di studi italiani*, vol.1, n° 2, (1983), p 13-29.

MARTINES, Lauro. *The social World of the Florentine Humanists*. London: Routledge and Kegan Paul, 1963.

_____. *Strong Words. Writing and social strain in the Italian Renaissance*. Baltimore: The John Hopkins University Press, 2001.

MOLLAT, Michel. *Los exploradores del siglo XIII al XVI*. Primeras miradas sobre nuevos mundos. Mexico: Fondo de Cultura Economica, 1990.

MOULAKIS, A. *Republican Realism in Renaissance Florence*. New York: Rowman & Littlefield, 1998.

PALUMBO, M. *Francesco Guicciardini*. Napoli: Liguori editore, 1988

_____. I discorsi contraposti nella *Storia d'Italia* di Francesco Guicciardini. *MLN*, vol 106, n° 1, (1991), p. 15-37.

_____. *Gli orizzonti della verità. Saggio su Guicciardini*. Napoli: Liguori editore, 1990.

POCOCK, J. G. A. *The Machiavellian Moment*. Princeton: Princeton University Press, 1975.

POLIZZOTTO, L. *The Elect Nation. The Savonarolan Movement in Florence. 1494-1545*. Oxford: Clarendon Press, 1994.

QUATELA, A. *Invitto alla lettura di Guicciardini*. Milano: Mursia, 1991.

RICCÒ, L. Le date-guida delle “Storie fiorentine” e delle “Cose fiorentine” di Francesco Guicciardini. *Rinascimento, Seconda serie*, vol 21 (1981), p 265-284.

RIDOLFI, R. *Studi Guicciardiniani*. Firenze: Olschki Editore, 1978.

_____. *Vita di Francesco Guicciardini*. Milano: Rusconi, 1982.

RUBINSTEIN, N. The *Storie fiorentine* and de *Memorie di famiglia* by Francesco Guicciardini. *Rinascimento*, vol 4, 2, (1953), p. 171-225.

_____. “Guicciardini Político”, in: *Francesco Guicciardini nel V Centenario della nascita. 1483-1983*. Firenze: L. Olschki, 1984. p 161-189.

_____. “Florentina Libertas”, *Rinascimento*, 26 (1986), p 3-26.

SCARANO, E. *La ragione e le cose. Ter Studi su Guicciardini*. Pisa: ETS, 1980.

_____. *Guicciardini e la crisi del Rinascimento*. Roma, Bari: Laterza, 1982.

SASSO, G. *Per Francesco Guicciardini. Quattro studi*. Roma: Istituto storico italiano per il Medio Evo, 1984.

_____. *Niccolò Machiavelli. Storia del suo pensiero politico*. Bologna: Il Mulino, 1980.

SILVANO, G. Gli "uomini da bene" di Francesco Guicciardini: coscienza aristocratica e repubblica a Firenze nel priemo '500. *Archivio storico italiano*, vol 148, 4,(1990), p. 85-892.

_____. *'Vivere civile' e 'Governo Misto' a Firenze nel primo cinquecento*. Bologna: Pàtron, 1985.

SKINNER, Q. *As fundações do pensamento político moderno*. São Paulo: Cia. das Letras, 1996.

SYMONDS, J. A. *El Renacimiento en Italia*. México: Fondo de Cultura Economica, 1995, 2 vol.

TAYLOR, Charles. *As Fontes do self*. A construção da identidade moderna. São Paulo: Loyola, 1997.

TOFANI, Annamaria Petrioli (Ed). *Italian Painting. The Uffizi, Florence*. Köln: Taschen, 2000.

TREXLER, R. *Public Life in Renaissance Florence*. Ithaca: Cornell University Press, 1980.

WHITLOCK, K (ED). *The Renaissance in Europe*. New Haven: Yale University Press, 2000

ZIMMERMANN, P. Francesco Guicciardini and Paolo Giovio. . *Annali d'italianistica*, vol 2, (1984), p. 34-52